



SENADO FEDERAL

COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL



RUMOS DA POLÍTICA EXTERNA BRASILEIRA

GEOPOLÍTICA E RELAÇÕES INTERNACIONAIS

BRASÍLIA - 2011



Senado Federal

Secretaria de Comissões

Subsecretaria de Apoio às Comissões Permanentes

Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional

Presidente: **Senador Fernando Collor** (PTB – AL)

Vice-Presidente: **Senador Cristovam Buarque** (PDT – DF)

Composição da Comissão

Titulares

Aloysio Nunes Ferreira (PSDB – SP)	Gleisi Hoffmann (PT – PR)
Anibal Diniz (PT – AC)	Jarbas Vasconcelos (PMDB – PE)
Antonio Carlos Valadares (PSB – SE)	João Pedro (PT – AM)
Blairo Maggi (PR – MT)	José Agripino (DEM – RN)
Cristovam Buarque (PDT – DF)	Luiz Henrique (PMDB – SC)
Eduardo Suplicy (PT – SP)	Paulo Bauer (PSDB – SC)
Fernando Collor (PTB – AL)	Pedro Simon (PMDB – RS)
Francisco Dornelles (PP – RJ)	Randolfe Rodrigues (PSOL – AP)
Gim Argello (PTB – DF)	Valdir Raupp (PMDB – RO)

Suplentes

Acir Gurgacz (PDT – RO)	Jorge Viana (PT – AC)
Aécio Neves (PSDB – MG)	Lindbergh Farias (PT – RJ)
Ana Amélia (PP – RS)	Lobão Filho (PMDB – MA)
Clésio Andrade (PR – MG)	Marcelo Crivella (PRB – RJ)
Cyro Miranda (PSDB – GO)	Mozarildo Cavalcanti (PTB – RR)
Delcídio do Amaral (PT – MS)	Ricardo Ferraço (PMDB – ES)
Demóstenes Torres (DEM – GO)	Roberto Requião (PMDB – PR)
Eduardo Amorim (PSC – SE)	Rodrigo Rollemberg (PSB – DF)
Inácio Arruda (PC do B – CE)	Romero Jucá (PMDB – RR)

Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional

Plenário nº 7 – Ala Senador Alexandre Costa

Fone: (61) 3303-4777

Fax: (61) 3303-3546



SENADO FEDERAL

COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES
E DEFESA NACIONAL

RUMOS DA POLÍTICA EXTERNA BRASILEIRA

Geopolítica e Relações Internacionais

Brasília – 2011

Brasil. Congresso Nacional. Senado Federal. Comissão de
Relações Exteriores e Defesa Nacional.

Rumos da política externa brasileira : geopolítica e relações
internacionais. -- Brasília : Senado Federal, 2011.

185 p.

1. Política externa, Brasil. 2. Geopolítica, Brasil. 3. Relações
internacionais, Brasil. I. Título.

CDD 327.81

SUMÁRIO

Apresentação.....	5
Cenário estratégico internacional e perspectivas; Egito – importância para a estabilidade geopolítica da região; Líbia – impacto econômico no mundo.....	7
As insurgências no Mundo Islâmico e seus reflexos na estabilidade política do Oriente Médio e da África Setentrional.....	27
A importância da atividade de inteligência para o Brasil, sua diplomacia e suas forças armadas. Causas do fracasso dos serviços de inteligência das grandes potências ocidentais em prever movimentos populares no mundo árabe.....	45
A política externa dos Estados Unidos, União Europeia e Rússia e seus reflexos no cenário internacional	67
A Política Externa de China, Índia e África do Sul e seus Reflexos no Cenário Internacional.	89
Um balanço dos 20 anos do Tratado de Assunção, cenário no entorno da América do Sul, rodovia Interoceânica, relação comercial entre Brasil, Peru e Bolívia.....	111
A influência da China e da Al-Qaeda na África Setentrional e Meridional	151
O Brasil e o Conselho de Segurança da ONU – perspectivas..	171

APRESENTAÇÃO

O início de um novo governo e a consolidação do Brasil como um dos principais protagonistas no concerto das Nações, por si só já denotam o momento adequado para se discutir as políticas públicas do País e, mais precisamente, no caso da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, a política externa e a política de defesa do Estado.

Além disso, temos percebido a carência de um debate mais especializado e profundo no âmbito do Legislativo no que tange às políticas de governo nos seus mais diversos segmentos de atuação. Mais ainda, percebemos que no campo das relações exteriores e defesa nacional, o nosso Parlamento pouco tem contribuído no sentido de oferecer, mais do que sugestões, uma análise crítica e um rol de ações concretas que, constitucionalmente, estão ao seu alcance. Soma-se a isso, a percepção de que a CRE deve refletir não só ao Senado Federal, mas a toda a sociedade brasileira, os temas de maior relevância que hoje pautam o tabuleiro geopolítico do mundo.

Assim, logo nas primeiras reuniões da CRE apresentamos e aprovamos a proposta de realização de um ciclo de debates sobre os *Rumos da Política Externa Brasileira*, nos mesmos moldes da exitosa experiência que adotamos na Presidência da Comissão de Serviços de Infraestrutura, no biênio 2009-2010.

Nesta primeira publicação, apresentamos os relatos das oito primeiras audiências constantes do primeiro ciclo de debates, cujo enfoque foi *Geopolítica e Relações Internacionais*. Ao todo, serão 25 painéis compondo os 5 ciclos de discussões, que se estenderão até o final do primeiro semestre de 2012. Trata-se de um valioso material de reflexão, contendo o pensamento e as sugestões dos mais renomados acadêmicos e especialistas nos diversos assuntos abordados, sempre com o tom da independência de opinião, como deve ser um fórum dessa envergadura.

Senador Fernando Collor
Presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional

Geopolítica e Relações Internacionais

Painel 1

I – Identificação

Assunto: Cenário estratégico internacional e perspectivas; Egito – importância para a estabilidade geopolítica da região; Líbia – impacto econômico no mundo

Local: Plenário da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional

II – Participantes

1. Professor Mohamed Habib – Universidade Estadual de Campinas – UNICAMP;
2. Embaixador Luiz Felipe Lampreia;
3. Professor Samuel Feldberg – Faculdades Integradas Rio Branco; e
4. Professor Pio Penna Filho – Universidade de Brasília – UnB.

III – Introdução

Realizou-se, no dia 11 de abril de 2011, às 18 horas, Audiência Pública da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional para tratar do assunto: “Cenário estratégico internacional e perspectivas; Egito – importância para a estabilidade geopolítica da região; Líbia – impacto econômico no mundo”. A presente discussão integra o tema “Geopolítica e Relações Internacionais”, dentro do ciclo de audiências públicas “Rumos da Política Externa Brasileira (2011-2012)”.

Para proferir as palestras, foram convidadas as seguintes autoridades e especialistas: Professor Mohamed Habib, da Universidade Estadual de Campinas – Unicamp; Embaixador Luiz Felipe Lampreia; Professor Samuel Feldberg, das Faculdades Integradas Rio Branco; e Professor Pio Penna Filho, da Universidade de Brasília – UnB.

A reunião foi presidida pelo Senador Fernando Collor. Estiveram presentes o Senador Eduardo Suplicy e a Senadora Ana Amélia.

IV – Relato das exposições dos palestrantes

1. Prof. Mohamed Habib

Inicialmente, o Professor Habib ressaltou que a importância do Egito no campo político se deve ao fato de ser um interlocutor entre o ocidente e o mundo árabe, enquanto a Líbia é um país exportador de petróleo e de gás natural, principalmente para a Europa.

Em sua opinião, a análise da situação atual do Oriente Médio sob a ótica brasileira é uma maneira de o Brasil – como potencial grande produtor de petróleo em um futuro próximo – se precaver e evitar os erros cometidos pelo mundo árabe nas últimas dez décadas. Nesse período, o mundo ocidental, principalmente a Grã-Bretanha, já antevendo a situação atual, elaborou o seu plano estratégico e tratou da região já na iminência da Primeira Guerra Mundial.

Salientou que os recentes movimentos de levante popular no Oriente Médio têm dimensões nunca vistas antes, na medida em que atingem diversos países. No caso dos sistemas republicanos, a população exige a saída dos seus governantes. E as sociedades que vivem em monarquias exigem maior democracia e melhores condições de vida. De acordo com o palestrante, mesmo o ocidente, por meio de setores da sociedade civil, já exige mudanças bastante grandes no sentido da democratização da região.

Segundo o Professor, estudando a história dos últimos cem anos, conhecemos e entendemos muito bem o que está acontecendo hoje naquela região. Desse modo, reforçou que valeria a pena a Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional do Senado Federal investir um pouco no estudo da história do Oriente Médio para construir o projeto, o plano estratégico brasileiro no que diz respeito a recursos energéticos, em especial quando se trata do Pré-Sal.

Destacou três questões referentes ao Oriente Médio que hoje explicam muito bem o drama que a região vive: recursos energéticos, localização estratégica e relação entre árabes e israelenses.

Quanto à primeira questão, a dos recursos energéticos, disse se tratar dos recursos naturais mais importantes no mundo contemporâneo, que interferem diretamente em geopolíticas, em relações internacionais. Baseado em dados da CIA, pontuou que, entre os países que mais produzem petróleo, dez são árabes, sendo o primeiro a Arábia Saudita. Os Estados Unidos estão na terceira posição, mas, como consomem três vezes mais do que produzem, dependem da produção de outros. O Brasil está em 17º lugar. Entre os vinte maiores produtores de gás natural, sete são países árabes. Mais uma vez, os EUA ocupam posição de destaque, sendo o segundo maior produtor. No entanto, também são dependentes da importação. Na produção desse recurso, o Brasil ocupa a 41ª posição.

Acerca do consumo dos insumos citados, informou que boa parte do petróleo é utilizada na geração de eletricidade. De modo geral, os países mais desenvolvidos são sempre os maiores consumidores de recursos energéticos. Nesse sentido, acrescentou que, quando se fala de consumo de recursos energéticos, é preciso fazer uma associação com o tamanho populacional. Como exemplo, citou o caso da China, que tem a maior população humana, porém consome menos energia do que os Estados Unidos, que têm menos de ¼ da população chinesa. O Brasil é a quinta população humana e ocupa a nona posição no consumo de petróleo e a 33ª no de gás natural.

No que diz respeito à produção e ao consumo de eletricidade, os Estados Unidos ocupam a primeira colocação e a China, a segunda. O Brasil, com sua matriz energética baseada em hidrelétricas, está em décimo lugar.

Outro dado relevante apresentado trata dos gastos militares, em porcentagem do Produto Interno Bruto (PIB) de cada país. Entre os primeiros dez, sete estão no Oriente Médio. Segundo o Dr. Habib, isso é muito importante para compreender por que o Brasil precisa olhar desde já para a história do Oriente Médio para construir de forma segura o seu plano estratégico no campo de energia. O gasto brasileiro

com despesas militares equivale a apenas 2,6 % de seu PIB, deixando o país em 59º no *ranking*. Para o expositor, é um dado positivo, na medida em que o mundo precisa abandonar essa mentalidade de investir na indústria da morte por recursos energéticos, por interesses geopolíticos. É preciso partir para uma cultura de paz.

Citou ainda como indicador a ser levado em consideração pelo Brasil o fato de o Oriente Médio, principalmente os países produtores do petróleo, ser um grande consumidor de tecnologias. Eles não desenvolvem tecnologias próprias. Os países que mais produzem e exportam energia, que mais exportam matéria-prima são países atrasados. Os países desenvolvidos são aqueles que menos exportam matéria-prima, que raramente exportam energia e que sempre trabalham com valor agregado. Desse modo, o Brasil precisa mudar a sua política nesse sentido, porque exporta energia e matéria-prima, como grãos e itens afins, para outros países fabricarem ração para animais e outros produtos.

Falando especificamente sobre as reservas petrolíferas da Líbia e do Egito, disse que o primeiro país é o maior produtor de recursos energéticos no continente africano, enquanto o segundo tem uma produção energética que atende à demanda interna, em termos de petróleo, e exporta gás natural.

Explicou que a Líbia é um país tipicamente exportador de petróleo e de gás natural. O grande comprador da energia líbia é a Europa, mas uma parte ainda é exportada para os Estados Unidos e para a China. Contudo, sublinhou que o petróleo e o gás natural líbios são explorados por empresas que, na totalidade, são estrangeiras, pois o próprio país não tem tecnologia para fazer esse tipo de trabalho.

Posteriormente, em função do tempo reduzido, fez um breve resumo da história do Egito, reforçando a ideia de que deve ser usada como exemplo para o Brasil na definição de sua política energética.

Lembrou que, alguns anos após a inauguração do Canal de Suez, a Companhia Canal de Suez tornou-se binacional – inglesa e francesa – no território egípcio. Em função disso, sete anos depois, o Egito como um todo se tornou uma colônia ocupada militarmente pelos

ingleses. Então, na iminência da I Guerra Mundial, a Grã-Bretanha fez um acordo com os dirigentes árabes, que estavam sofrendo com o domínio do império turco-otomano. Em troca do apoio durante a grande guerra, eles seriam totalmente independentes daquele império. De fato foi o que ocorreu, mas, em compensação, eles foram colonizados pela Inglaterra e pela França. Isso tudo devido aos recursos energéticos: o petróleo, na época, e o gás natural hoje. Com a Guerra, os impérios antigos, Alemanha e Turquia, caíram e surgiram os grandes aliados, que formaram a Liga das Nações, que posteriormente foi substituída pela Organização das Nações Unidas.

Em 1936, assumiu o poder, com 16 anos de idade num país ocupado militarmente pelos ingleses, o último rei da monarquia egípcia: o rei Faruk I. Veio a revolução em 1952, a única 100% pacífica da história, e caiu a monarquia. Em 1954, saiu a ocupação britânica do Egito. Nasser, considerado o homem que construiu uma identidade árabe nos anos 50 e 60, tinha o seu projeto desenvolvimentista, nacionalista. Entretanto, em 54, Nasser recebeu resposta negativa do Banco Mundial para seu projeto de construção da barragem de Assuan para gerar eletricidade. Além de impedido, foi obrigado a nacionalizar o canal de Suez e sofreu o primeiro ataque da Inglaterra e da França. Com sua morte, em 1971, morreu também seu projeto nacional desenvolvimentista e assumiu a liderança do país Sadat, que, com uma linha muito diferente da linha do governante anterior, fez uma aliança com os Estados Unidos.

Sadat governou por onze anos, morrendo em decorrência de um atentado. Assumiu, então, seu vice, Mubarak, que saiu do poder apenas recentemente, por volta de 25 de janeiro de 2011.

O Professor enumerou então as consequências das ditaduras no Egito: 40% da população abaixo da linha da pobreza; o maior índice de desemprego desde 1952; deterioração de políticas públicas; altos índices de corrupção e nepotismo; acúmulo indevido de riquezas; e um estado de emergência e opressão política.

Enfim, ressaltou que tudo isso levou ao levante do último 25 de janeiro, na praça central do Cairo. E, graças aos meios de comunicação

e às redes sociais, o movimento terminou com o resultado relativamente positivo. As tentativas de opressão não foram dramáticas como no caso da Líbia e os pedidos de socorro para o ditador do Egito, feitos por aliados dos Estados Unidos no Oriente Médio – Arábia Saudita, Emirados Árabes, Jordânia e Israel – não foram atendidos.

2. Embaixador Luiz Felipe Lampreia

O embaixador informou quealaria sobre a situação atual do Egito e da Líbia. Acredita que o mundo se surpreendeu com a velocidade com que a chamada “Revolta das Massas” do mundo árabe se espalhou pelo Oriente Médio. Segundo ele, o fenômeno, que começou inesperadamente na Tunísia e se propagou para o Egito de forma rápida, deve ser analisado com cuidado, pois possui características específicas em cada país.

Para ele, é superficial a análise que vê esse movimento como originário da tentativa de jovens estudantes de se livrarem de um regime autoritário. Segundo o embaixador, há uma combinação de fatores no Egito. De um lado, os jovens, conectados pela internet, queriam derrubar um dirigente, o ex-presidente Hosni Mubarak, que prometia continuar de forma dinástica, ao tentar encaminhar a sucessão para seu filho Gamal. De outro, segundo ele, os militares do país também resistiam à perpetuação no poder de um presidente enfraquecido, sobretudo com a situação de economia estagnada e pobreza do país. Nesse aspecto, Egito e Tunísia se assemelham, porque ambos governados por uma ditadura familiar, corrupta e agressiva.

Segundo o Embaixador Luiz Felipe, a revolta, então, no Egito, teve o apoio dos militares, já descontentes com Mubarak. O expositor esclareceu que o Exército egípcio possui prestígio junto à população, pois os jovens do país prestam serviço militar durante vários anos. Além disso, detém poder econômico, pois dirige várias e importantes empresas estatais, que lhe concedem vantagens e privilégios fiscais. Esses fatores permitiram que as Forças Armadas inspirassem o conflito que, na visão dos militares, traria mudanças, mas não alterações; algo traduzido pelo embaixador como: “é preciso que tudo mude para que

tudo fique como está”. O Exército resolveu correr o risco de derrubar Mubarak do poder, assumir mais diretamente o comando do país e vivenciar uma transição cujo resultado ninguém poderia prever.

O embaixador informou que, para os militares, bem como para o ex-presidente, havia a ideia de que a Irmandade Muçulmana estava se tornando cada vez mais organizada. Embora esse grupo, originário dos anos 30, tenha sido violentamente reprimido por todos os regimes egípcios ao longo do tempo, ele ainda possui certa identificação popular. Continua a ser, portanto, como frequentemente ocorre com grupos clandestinos na oposição, um partido particularmente disciplinado e organizado. Ou seja, com a queda de Mubarak e com o vácuo de poder surgido, a Irmandade Muçulmana representava e ainda representa um risco. Os militares certamente estavam conscientes disso quando convocaram eleições presidenciais para o mês de setembro próximo.

Para o embaixador, a junta militar no poder não pode estar tranquila com a situação, pois toda mudança afigura-se perigosa e frágil. Crê que o desafio do Exército, hoje, consiste em criar uma transição que não seja imediatamente contestada pelos jovens egípcios da Praça Tahrir. Informou, entretanto, que eles não só já começam a se manifestar como já houve duas ou três mortes em protestos reprimidos pelo Exército. Além da questão interna, o Egito também se preocupa com os Estados Unidos da América. A atual liderança militar egípcia não pode criar uma situação que faça com que o Congresso Americano ponha em risco a ajuda militar de US\$ 1,5 bilhão de dólares ao país.

Afora essas questões, a presença, na Faixa de Gaza, do Hamas, movimento radical que nasceu da Irmandade Muçulmana, pode levar à entrada das forças israelenses nessa área e a conflitos com Israel. O Egito não tem interesse em quebrar a paz com os israelenses, por mais que ela seja questionada no mundo árabe de modo geral.

O Embaixador Luiz Felipe Lampreia concluiu a exposição sobre o Egito resumindo os desafios vividos pelo país durante a fase atual de transição, quais sejam: (i) o risco da Irmandade Muçulmana nas urnas;

(ii) a economia desaquecida; (iii) possíveis novas manifestações contra o regime; e (iv) um quadro com Israel agravado.

Em seguida, informou que a situação na Líbia é diferente, por ser país menos populoso, sem o sentimento de união nacional dos egípcios. Relembrou que, até o Pós-Guerra, a Líbia não era sequer um país, mas duas regiões riquíssimas em petróleo: Sirenaica, a leste, e Tripolitânia, a oeste, das quais Muamar Kadafi fez um feudo pessoal. Com a exploração dessa riqueza, ele abasteceu a Líbia com armamentos modernos e recrutou mercenários em países vizinhos, principalmente Chade e Níger. Hoje, possui uma posição relativamente forte, pois, sendo atacado pela aviação da OTAN há várias semanas, nada indica que irá cair. Aparentemente, a posição dele, pelo menos militarmente, afigura-se mais forte do que a dos rebeldes entrincheirados em Bengazi, na parte da Sirenaica. Estes tiveram êxito no começo, provavelmente pelo efeito surpresa e pela perplexidade criada. Em determinado momento, parecia que iriam chegar a Trípoli, mas, quando Kadafi resolveu revidar, eles tiveram que recuar, pois não são militarmente fortes.

De acordo com o embaixador, os americanos, apesar de terem, inicialmente, dado sinais de que não iriam participar, acabaram entrando no conflito, instigados pela Secretária de Estado Hillary Clinton e pelo clamor da opinião pública ocidental.

Sobre a ação da OTAN, o palestrante acredita haver inconsistências no objetivo estratégico da instituição. Em primeiro lugar, essa ação não visa a salvar pessoas, mas a forçar a queda de Kadafi e a mudar o regime, o que não foi possível. Ao contrário, Kadafi tem demonstrado capacidade de resistência aos ataques ocidentais. Então, para o palestrante, a situação caminha para um impasse. Só se muda de regime com infantaria e ataques terrestres, o que significa mais vítimas civis e reação da opinião pública ocidental. Os ocidentais não querem chegar a esse ponto.

Acredita que o que está sendo construído é um cessar-fogo impulsionado pela União Africana, por intermédio do presidente da África do Sul, e pela Turquia, que desempenha papel diplomático cada vez mais relevante na região. Essa medida foi espertamente aceita por

Kadafi, pois ela preserva seu regime. Os rebeldes a recusam, pois não querem a permanência de Kadafi.

Para o expositor, parece que o interesse dos países ocidentais consiste em restabelecer um mínimo e normalidade e retomar a produção e a exportação de petróleo. Salientou que a zona perto de Trípoli concentra o grosso das instalações de petróleo.

Há, no entanto, quem vislumbre que a melhor fórmula seja uma partição da Líbia, uma volta ao esquema colonial de antes de 1952, visto não ser possível a queda de Kadafi. O país seria dividido entre Sirenaica de um lado e Bengazi de outro; esta administrada pelos rebeldes, aquela por um filho de Kadafi. Para o embaixador, a Líbia não é estrategicamente importante, pois, apesar de ter muito petróleo, produz tanto quanto o Brasil, que não é um produtor de porte. Itália e França são os principais consumidores da produção petrolífera líbia. A Líbia, portanto, afigura-se importante para essas nações. Na opinião do embaixador, somente o Reino da Arábia Saudita, o Bahrein e o Iêmen são países importantes, pois neles se concentram os principais interesses do Ocidente no Oriente Médio. A Líbia é secundária.

O embaixador acredita que há muitos países interessados em uma interrupção das hostilidades. Considera sintomático que os Estados Unidos da América tenham resolvido retirar sua força ofensiva da região. Os americanos não têm interesse nem condições de encetar outra guerra contra um país árabe e fazer a reconstrução da nação, vale dizer, ocupar o país arrasado pelo conflito e reorganizá-lo econômica e politicamente. Os europeus tampouco têm condições para isso. Crê que o conflito não pode durar muito tempo.

3. Prof. Samuel Feldberg

O Prof. Feldberg, antes de iniciar sua exposição, louvou a iniciativa do Senador Fernando Collor de promover esse ciclo de debates. Demonstrando o valor do ciclo, afirmou ser fundamental poder discutir esses temas com maior profundidade.

O palestrante tratou inicialmente da questão da Líbia. Reforçou as considerações do expositor anterior de que a Líbia é um país relativamente insignificante do ponto de vista de sua capacidade econômica, e justificou a observação citando que o país produz menos petróleo do que o Brasil e exporta o produto apenas para a Europa. Mencionou, ademais, que, apesar de os países exportadores terem sentido um leve choque no início da crise, a Arábia Saudita, explorando capacidade ociosa, já havia suprido completamente a falta do petróleo líbio.

A questão líbia, afirmou, seria resumida a dois pontos. O primeiro, que Kadafi dificilmente aceitaria a divisão do país com os rebeldes, já que o território sob controle efetivo do ditador era desprovido de quaisquer riquezas naturais. O outro ponto era que as regiões do centro e do sul são desérticas, sem recursos e habitadas por tribos nômades que nunca haviam sido controladas por nenhum governo. Diante disso, explicou haver receios de que essas áreas se transformassem no equivalente a um estado falido, nos moldes do Iêmen e da Somália.

Dito isso, o Prof. Feldberg passou a analisar a decisão das Nações Unidas de autorizar a intervenção na crise da Líbia. Primeiro, comentou que será preciso atentar para as consequências futuras da decisão e para como o Brasil terá que se posicionar em decisões semelhantes. Ainda sobre o tema, destacou que a intervenção, caracterizada como humanitária, teve iniciativa francesa, e que os EUA teriam relutado em participar da ação.

Sobre o porquê da intervenção, explicou que era necessária alguma ação para evitar um massacre na região de Bengazi. Por outro lado, destacou também que foi uma decisão praticamente sem custos, além dos financeiros. A limitação da ação ao estabelecimento de uma zona de exclusão aérea dispensou o emprego de tropas terrestres, ao qual nenhum país estava disposto, ao mesmo tempo em que o desnível tecnológico entre as duas partes adversárias reduziu o risco de baixas a um nível desprezível.

Advertiu que, ainda que sem custos significativos, a intervenção provou-se bastante ineficaz, tendo sido observado que continuou o

massacre aos civis. Considerando isso, o palestrante fez a crítica de que, houvesse real interesse em proteger a população local, a forma de intervenção haveria de ser completamente diferente.

Explicou, também, que a asserção de que a intervenção na Líbia fora praticamente sem custos foi feita em comparação com cenários que envolviam países importantes na ordem internacional. A respeito, notou que, a despeito de terem ocorrido eventos semelhantes na Arábia Saudita e no Bahrein, países de maior relevância, não se propôs intervenções nestes lugares.

Após observar a diversidade de variedades das revoluções populares árabes, decorrente das diferenças entre aqueles países, o expositor voltou-se para a revolução egípcia. Sobre o tópico, apontou que o descontentamento foi disseminado mais entre a população urbana, minoritária no país, que demandava a flexibilização do regime e um aumento da representatividade no governo. Salientou também que, apesar da queda de Hosni Mubarak, o exército ainda mantém o controle no país. Concluindo a análise do assunto e após notar que a composição do governo que emergirá das eleições marcadas para setembro de 2011 é largamente imprevisível, expressou curiosidade e preocupação quanto ao que será decidido sobre as políticas internacionais praticadas há décadas.

Em seguida, trouxe à atenção a Síria, país que reputou como muito importante, por estar relacionado a grande parte dos conflitos na região. Para ilustrar, citou os seguintes fatos sobre a Síria: é aliada ao Irã e serve de canal para a influência iraniana sobre as organizações terroristas da região; é, ela própria, incentivadora de grupos terroristas como o Hezbollah e o Hamas; trabalha contra a consolidação da independência e o fortalecimento do Líbano e tem disputa pendente com Israel quanto ao território das Colinas de Golan. Além disso, o governo sírio é frágil e instável, por ser uma pequena minoria religiosa governando uma população predominantemente de seguidores de diferente segmento do Islã, e só tem se mantido por força do controle do exército sobre o país.

O professor constatou, então, que a Primavera Árabe havia desviado o foco de questões importantes do Oriente Médio, como o conflito entre palestinos e israelenses e o comportamento arredoio do Irã.

Indagando-se sobre qual a importância desses acontecimentos para o resto do mundo, o Prof. Feldberg ressaltou a necessidade de se antever situações semelhantes em outras regiões, como América Latina e África.

Retomando o foco sobre as Nações Unidas, o palestrante mencionou que as lições desses episódios são de que há de ser concretizada a Carta da ONU tanto no que diz respeito à soberania das nações como no que é disposto sobre direitos humanos e de que eventualmente é necessário o uso da força para essa concretização.

Por fim, tratou da visão brasileira, ponderando sobre o interesse do país em uma participação maior dentro das Nações Unidas, até mesmo com um assento permanente no Conselho de Segurança da organização, e sobre qual deveria ser a postura do Brasil, satisfeito esse interesse. Concluiu, então, que o Brasil deveria atuar balizado nos valores que costuma promover e, mais concretamente, que o país, como país signatário do tratado de não proliferação de armas nucleares e que desenvolve tecnologias nucleares apenas para fins pacíficos, tratasse da questão da proliferação nuclear.

4. Prof. Pio Penna Filho

Antes de começar a exposição, o Prof. Pio Penna Filho adiantou que sua exposição seria estruturada em comentários sobre Egito e Líbia, seguidos das implicações regionais e globais dos acontecimentos e terminando com enfoque específico nas implicações para o Brasil.

Em primeiro lugar, o palestrante lembrou o começo da Primavera Árabe, com a rebelião na Tunísia. Considerou que as análises feitas à época foram apressadas e superficiais, e falharam ao enxergar nos acontecimentos a conversão do mundo árabe aos valores ocidentais, democracia e liberdade. Em sua opinião, as análises erraram

ao generalizar excessivamente uma região tão diversa como o mundo árabe.

Ainda assim, o professor reconheceu a existência de elementos comuns e a utilidade de examiná-los. Identificou, primeiro, o grau muito pequeno de participação política, o que leva ao acirramento das tensões sociais porque inexistente a válvula de escape das reivindicações políticas. Segundo, uma grande dificuldade de inclusão social, que, conjugada ao quadro demográfico típico da região, resulta em uma população jovem muito grande, socialmente alienada e sem perspectivas de melhoras. Esses elementos, continuou, contribuíram para o desânimo e insatisfação da população e provavelmente foram os catalisadores das revoltas.

Analizados os elementos comuns, passou às distinções, concentrando-se no Egito e na Líbia.

Sobre o Egito, afirmou que o país tem uma cultura nacional muito forte e um Estado estruturado, e que o governo egípcio conseguiu inserir-se de forma positiva no âmbito das relações internacionais após a aproximação com Israel.

Já a Líbia, notou, falta-lhe identidade nacional, é um país assentado em bases tribais, cujo regime foi erigido em torno de um ditador. Além do que, na maior parte do tempo, sua postura internacional foi marcada por conflitos com o mundo ocidental. No aspecto econômico, revelou que o país depende fortemente da exploração de gás e de petróleo, responsável por 95% a 98% da renda estatal, e a população depende fortemente do Estado, responsável por, pelo menos, 75% dos postos de trabalho da Líbia.

Quanto à revolução egípcia, disse não enxergar participações relevantes de grupos organizados como o Exército ou a Irmandade Muçulmana, como aventado por outros palestrantes. Em sua opinião, ninguém controlava as manifestações, o início foi espontâneo e o alastramento, por difusão entre a população.

As manifestações líbias, por outro lado, começaram de forma mais violenta do que no Egito e já carregavam intuito separatista, propósito não observado no Egito. A reação governamental também

foi fundamentalmente distinta, com emprego brutal de força contra os rebeldes e a população civil.

Depois dessas considerações, o Prof. Pio Penna Filho dirigiu-se à questão da intervenção na Líbia. Disse, a respeito, vislumbrar um recrudescimento de políticas intervencionistas sob o manto do humanitarismo, fato que reputou preocupante. Revelou agravamento da preocupação ao considerar que, neste episódio, a postura intervencionista, até há pouco adotada apenas pelos americanos, encontrou ressonância entre os países europeus e contou, até mesmo, com o apoio do Conselho de Segurança das Nações Unidas. Alertou, assim, para a necessidade de atenção no futuro próximo para determinar se se tratou de um episódio isolado ou de um ressurgimento dessa política intervencionista.

Voltando a tratar do Norte da África e do Oriente Médio, o palestrante apontou que sofrem de instabilidade crônica em razão, principalmente, de seus recursos energéticos. Essa instabilidade tem causado um movimento de deslocamento gradual dos interesses dos países consumidores da energia para a zona do Atlântico Sul. Para ilustrar, citou exemplos de recentes projetos de grandes consumidores como EUA, China e Índia para o Golfo da Guiné, a África Ocidental e a costa leste brasileira.

Concluindo, advertiu que, considerada essa projeção de ascensão estratégica do Atlântico Sul, o Brasil deve começar a adotar, sobre a questão, planejamentos e ações de médio a longo prazos.

V – Questionamentos e Debates

- Questões do Senador Eduardo Suplicy:

O Senador Eduardo Suplicy perguntou primeiro o quão eficazes para promover a paz nesses países seria a adoção de medidas para elevar o grau de transparência quanto ao uso das receitas provenientes de recursos energéticos e minerais, direcionadas tanto às empresas como aos governos.

A outra pergunta foi se o uso de pessoas renomadas que, por sua estatura, experiência e respeito em todo o mundo árabe e africano, e deu como exemplos, em sua opinião, o ex-Presidente Lula, o ex-Presidente Nelson Mandela e o Prêmio Nobel da Paz Bispo Desmond Tutu, como mediadores entre as partes conflitantes da região poderia contribuir significativamente para a resolução dos conflitos.

- Resposta do Embaixador Luiz Felipe Lampreia:

Sobre a primeira pergunta, o Embaixador disse que abordava um ponto fundamental, tendo em vista que a história do petróleo mostra mais exemplos de mau uso do que de uso racional desse recurso.

Como exemplos positivos, citou as experiências da Noruega e da Grã-Bretanha, que, além de terem feito bom uso do dinheiro do petróleo, desenvolveram também polos tecnológicos associadas à exploração do recurso.

Mencionou, como exemplos até certo ponto positivos, países como Arábia Saudita, Kuwait, Abu Dhabi e Omã. Nações estas em que, mesmo que grande parte da riqueza fique concentrada nos grupos regentes, parte dessa chega eventualmente ao resto da população. Não há miséria e são países relativamente estáveis, embora superconservadores e muito cautelosos.

Em oposição a estes, destacou o caso da Nigéria, que reputou uma tragédia. Segundo o palestrante, o país poderia ser rico e desenvolvido e, no entanto, é um emaranhado político e econômico, com terroristas, divisões regionais, corrupção desenfreada e outras mazelas. Em sua opinião, a Venezuela e o México também não aproveitam plenamente a riqueza do petróleo.

Após essas considerações, advertiu ser esta questão fundamental para o Brasil, com as recentes descobertas de grandes reservas de petróleo. Sobre isso, salientou também a grande responsabilidade do Congresso Nacional em conferir maior transparência ao assunto e garantir que essa nova riqueza seja direcionada para causas fundamentais para o povo brasileiro.

Quanto à indagação sobre mediação, disse ser muito difícil que uma grande personalidade internacional pudesse alcançar bons resultados no caso líbio. Apontou que esse papel seria mais apropriado a organismos multilaterais de países africanos ou árabes, que têm mais influência sobre Kadafi.

- Resposta do Prof. Pio Penna Filho:

Em resposta, o palestrante afirmou que dificilmente existiria no momento alguém que fosse reconhecido como autoridade moral pelos dois lados do conflito líbio. Noticiou, a respeito, que as partes recusaram até mesmo a proposta de mediação da União Africana.

- Questões da Senadora Ana Amélia:

A Senadora Ana Amélia perguntou ao Embaixador Luiz Felipe Lampreia se a diplomacia brasileira estaria agindo adequadamente diante da Primavera Árabe, consideradas as relações comerciais, diplomáticas e políticas do Brasil com os países da região.

Aos demais, indagou se as sociedades civis desses países, incluída a Arábia Saudita, teriam condições políticas de consolidar alguma mudança expressiva nos respectivos regimes?

- Resposta do Embaixador Luiz Felipe Lampreia:

Sobre estar a diplomacia brasileira ajudando a promover a democratização entre os países da Primavera Árabe, o embaixador disse acreditar que não. Mas completou que o Brasil não dispõe de meios para uma atuação, que não a de encorajamento. Ainda sobre o tópico, disse achar correta a atuação brasileira nas Nações Unidas nas duas oportunidades em que se discutiu a questão líbia.

- Resposta do Prof. Pio Penna Filho:

O palestrante, após advertir que não se deveria subestimar a tradição milenar desses povos, afirmou achar que teriam plena condições de consolidar mudanças expressivas em direção à democracia. Mas

ressaltou que o processo não seria fácil e progrediria gradativamente, além do que, o resultado não seria uma democracia nos moldes ocidentais, mas de um tipo novo, informado pela cultura desses povos.

- Resposta do Prof. Samuel Feldberg:

Contestando respostas anteriores, o Prof. Feldberg lembrou que as civilizações milenares nessas regiões não têm nenhum histórico de democracia, sempre viveram sob regimes autocráticos. Isto torna a definição de como deve ser o processo e de quanto ainda demorará para que essas populações alcancem representação junto aos seus governos um grande desafio.

- Questões do Senador Fernando Collor:

O Senador Fernando Collor inicialmente destacou que todas as intervenções dos últimos anos revelaram-se desastrosas, que algumas até foram feitas com base em premissas fáticas falsas e que são seletivas quanto à aplicação dos valores afirmados, ao que lembrou o exemplo dos massacres na Costa do Marfim, ignorados pelas potências ocidentais. Quanto a isto, quis saber se os palestrantes achavam que essas ações intervencionistas recentes contribuíam para a paz mundial e para a defesa das populações civis.

Sobre o Egito, indagou sobre os cenários pós-queda de Mubarak, em especial quanto à possibilidade de ascensão da Irmandade Muçulmana ao governo e o conseqüente reflexo para a estabilidade da região.

Em relação à Líbia, perguntou quais os planos dos países interventores para o futuro do país, se almejavam um Kadafi enfraquecido ou fora do poder. Neste ponto, ressaltou que, bem ou mal, o ditador conseguira reunir as cerca de 800 tribos nômades sob um governo por eles aceito.

- Resposta do Embaixador Luiz Felipe Lampreia:

Comentando a assertiva do Senador Fernando Collor de que o intervencionismo tem se mostrado desastroso, revelou concordar sem dúvida alguma.

Em relação à queda de Mubarak, considerou que o fato não representa diretamente uma coisa muito importante, apesar de ele ter sido um aliado sólido do Ocidente. Em sua opinião, o Exército egípcio conduziria a transição de forma gradual, mas firme, e sem alienar os países ocidentais ou romper a boa relação com Israel.

Sobre a Irmandade Muçulmana, disse que a organização provavelmente agiria dentro de uma perspectiva de longo prazo, e que dificilmente alcançaria maioria para governar nessas próximas eleições.

Quanto ao destino de Kadafi, apontou que as nações interventoras já perceberam depender sua deposição de uma ação terrestre, procedimento que nenhuma delas está disposta a fazer. Disse também acreditar que, se Kadafi revelasse alguma flexibilidade, o resultado mais provável seria um acordo de acomodação que não o retirasse do poder.

- Resposta do Prof. Mohamed Habib:

Sobre o caso do Egito, o Professor Habib disse que uma indagação que se faz presente diz respeito à atuação da Fraternidade Muçulmana, um movimento egípcio surgido em 1922 e conhecido no Brasil como Irmandade Muçulmana. Segundo o palestrante, eles nunca procuraram o poder, tendo inclusive emitido boletim oficial após o levante de 25 de janeiro informando que não iriam disputar as eleições para a presidência. Contudo, esse é um medo propagado pelo Ocidente dominante. Na opinião do professor, o partido que vai surgir, um partido certamente religioso, pode vir a disputar as eleições legislativas, porém, o máximo de espaço que ele teria no Parlamento seria de 5% das suas cadeiras, já que o Egito sempre foi um país laico. Ainda nesse sentido, salientou que o povo egípcio não quer nem governo muçulmano, nem legislação islâmica, mas um Estado laico, onde os muçulmanos, como partido, poderão disputar o Legislativo à vontade, mas sem nenhuma condição de ocupar o poder, assim como as Forças Armadas. Concluindo, disse que os candidatos mais fortes atualmente são dois muito conhecidos pelo Ocidente: Mohamed El Baradei, que foi o presidente da Agência Nuclear da ONU, e Amro Moussa, atual Presidente da Liga dos Países Árabes.

Com relação à Líbia, disse acreditar que a situação é semelhante à do Iraque, que tem um contrato de concessão de petróleo por 50 anos com o governo norte-americano. Do seu ponto de vista, a Europa, a Comunidade Europeia e a OTAN não estão fazendo uma intervenção efetiva porque antes precisam negociar entre si como fica a questão do controle do país, principalmente de suas reservas de petróleo. Sendo assim, enquanto essa questão não se resolve, é conveniente que a Líbia continue passando por essa situação dramática até que a força de oposição que está se formando assuma o poder. Para o Prof. Habib, Kadhafi não resistirá por muito tempo. Desse modo, quando a oposição atual, embora fragilizada, governar o país, terá total apoio da Comunidade Europeia, que, em função da situação, firmará os acordos para exploração e garantia do fornecimento energético de petróleo e de gás natural.

- Resposta do Prof. Pio Penna Filho:

Com relação à queda de Mubarak, a opinião do palestrante é de que ela encerra um período de alinhamento automático do Egito com os Estados Unidos, mas não vai além disso, por que o Exército ainda é muito dependente da ajuda americana.

No tocante à Líbia, disse achar que Kadafi é um grande problema para os europeus, já que, iniciada a intervenção, qualquer resultado em que ele continue no poder tenderá à retomada do terrorismo apoiado pela Líbia. Em seguida, afirmou ser improvável a hipótese de divisão do país.

Ainda sobre o tema, deu à intervenção na Líbia o propósito europeu de controle dos recursos naturais do país, mas disse acreditar que o resultado será contraproducente para estes, ao provocar o dissenso dentro da União Europeia.

- Resposta do Prof. Samuel Feldberg:

Sobre a questão egípcia, a opinião do palestrante é de que demorará ainda muito tempo para que um governo democrático e funcional surja no Egito. Além disso, disse achar que as eleições

de setembro sejam apenas um passo muito pequeno rumo a alguma modificação significativa no país, e que qualquer que seja o resultado das urnas, o Exército não cederá parte significativa de seu poder atual.

Analisando a política externa futura do Egito, o Prof. Feldberg afirmou que a probabilidade de uma mudança significativa no rumo adotado ao longo das últimas décadas é bem pequena. Como justificativa, citou que o grupo atualmente no poder no Egito compartilha das preocupações israelenses de conter o aumento do fundamentalismo em Gaza. No entanto, no caso de um confronto aberto entre Israel e o Hamas em Gaza, um governo democrático naturalmente sofreria pressão maior da população para mudanças em sua política externa.

Passando à questão da Líbia, o palestrante disse acreditar ser difícil a deposição de Kadafi, e advertiu que, no caso de uma trégua, o resultado seria o fortalecimento do ditador. Por fim, mencionou que a divisão do país não lhe parece improvável.

Painel 2

I – Identificação

Assunto: As insurgências no Mundo Islâmico e seus reflexos na estabilidade política do Oriente Médio e da África Setentrional

Local: Plenário da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional

II – Participantes

1. Embaixador Marcos Azambuja;
2. Professora Arlene Clemesha – Universidade de São Paulo – USP;
3. Professor Márcio Scalécio – Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro – PUC-RJ;
4. Professor Eduardo Viola – Universidade de Brasília – UnB;
5. Professor Reginaldo Nasser – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo – PUC-SP.

III – Introdução

Realizou-se, no dia 25 de abril de 2011, às 18 horas, Audiência Pública da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional para tratar do assunto: “As insurgências no Mundo Islâmico e seus reflexos na estabilidade política do Oriente Médio e da África Setentrional”. A presente discussão integra o tema “Geopolítica e Relações Internacionais”, dentro do ciclo de audiências públicas “Rumos da Política Externa Brasileira (2011-2012)”.

Para proferir as palestras, foram convidadas as seguintes autoridades e especialistas: Embaixador Marcos Azambuja; Professora Arlene Clemesha, da Universidade de São Paulo – USP; Professor Márcio Scalécio, da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro – PUC-RJ; Professor Eduardo Viola, da Universidade de Brasília – UnB; e Professor Reginaldo Nasser, da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo – PUC-SP.

A reunião foi presidida pelo Senador Fernando Collor. Estiveram presentes a Senadora Ana Amélia e os Senadores Eduardo Suplicy e Cristovam Buarque.

IV – Relato das exposições dos palestrantes

1. Embaixador Marcos Azambuja

O Embaixador Marcos Azambuja iniciou sua apresentação afirmando que não se pode dizer com certeza se o que está acontecendo nos países do Oriente Médio e Próximo guarda uma relação de causalidade entre si. Isto é: não é possível aferir se o que ocorreu na Tunísia precede, necessariamente, o que acontece no Egito, na Líbia ou no Iêmen. No entanto, o embaixador salienta que esses regimes, cristalizados e marcados pela tolerância com a corrupção, vêm sofrendo forte rejeição da sociedade e possui algumas características comuns.

Para o especialista, o processo é benéfico e se caracteriza, primeiramente, pela espontaneidade dos acontecimentos. Não há sugestão de que as recentes sublevações se devam a influências externas. Em segundo lugar, há um efeito laico, ou seja, não se conseguiu atrelar esses movimentos a uma ideia religiosa ou sectária. Em verdade, eles acontecem por uma vontade de justiça e de liberdade, na visão do palestrante. E, por fim, as insatisfações apontam na direção de combate à corrupção e no desejo de democracia.

O Embaixador Marcos Azambuja aponta, ainda, alguns problemas existentes entre o Oriente Médio e o Mundo Ocidental, que entravam o entendimento de um pelo o outro. No seu ponto de vista, essas civilizações não têm sido contemporâneas. Enquanto o Islã vivia seu apogeu no século VIII, a Europa estava na Idade Média. Quando o Ocidente atravessou seu renascimento, o mundo islâmico começou sua decadência.

Nas palavras do estudioso, “houve um tempo em que o Islã era o refúgio dos perseguidos, por razões religiosas e políticas. O êxodo que se dá dos países cristãos em direção aos países árabes é real e verdadeiro e a Península Ibérica é exemplo disso. O cristianismo parecia uma religião violenta e militarizada e o Islã uma cultura de paz e de civilização, mas, agora, há o contrário: o Islã é que parece militarizado e beligerante e o cristianismo civilizado e moderado”.

Outra questão levantada pelo expositor foi a de que no Ocidente há uma separação entre Estado e Igreja, ao passo que no Islã a religião atinge todos os setores da sociedade, abrangendo, naturalmente, as relações jurídicas. A regulamentação da vida é de ordem divina e as transformações sociais podem vir a ter o caráter herético, o que as torna lentas e difíceis. Além disso, ressaltou que, devido à proximidade das áreas em conflito, a coexistência é difícil e qualquer análise e atitude na região devem ser cautelosas.

Sobre o papel a ser desempenhado pelo Brasil, ele sustentou que nosso país está tendo, e deverá ter, uma posição muito prudente, pautada no multilateralismo, mantendo-se perto o suficiente para exercer influência e longe o bastante para não se envolver naquilo que não terá capacidade decisória. Nesse sentido, elogiou o voto brasileiro de abstenção no Conselho de Segurança da ONU, juntamente com a China, a Índia, a Rússia e a Alemanha, denotando que é preciso ir devagar com as atuais circunstâncias.

Por fim, o Embaixador Marcos Azambuja sustentou que talvez o Ocidente e o Oriente tenham encontrado certa contemporaneidade,

traduzida na busca de ambos em terem regimes políticos mais democráticos e na perseguição de justiça e liberdade para seus povos.

2. Professora Arlene Clemesha

Dando sequência ao debate, a Professora Arlene Clemesha disse que as revoluções no mundo árabe já se estendem por cinco meses, desde o fato que deflagrou as revoltas, a autoimolação do jovem Mohamed Bouazizi, na Tunísia, em 17 de dezembro de 2010. Em pouco tempo, na Tunísia, derrubou-se o Presidente Zine El Abidine Ben Ali. E, a partir de 25 de janeiro, esse processo se estendeu ao Egito, com uma manifestação já marcada anteriormente para o Dia da Polícia, que desembocou num novo processo revolucionário, que também derrubou, em menos de um mês, o governo de Mubarak, que estava há trinta anos no poder.

No entanto, a palestrante salientou que há diferenças da revolução em cada país. Por exemplo, na Líbia, onde esse processo de revolta desembocou numa guerra civil; no Iêmen, onde se espera que, a qualquer hora, caia o seu Presidente; no Bahrein, com especificidades em relação à maioria xiita, que vem protestando nas ruas, reprimida, com o envio de tropas da Arábia Saudita; e na Síria, também com ecos em outros países. Ou seja, o processo de revolta, que, de fato, se configura numa revolução, que não se sabe até onde vai chegar, é um processo revolucionário e ecoa em diversos países, em pelo menos na metade de todos os 22 países que compõem a Liga Árabe.

A professora da USP assevera que, em meio a grandes diferenças, que se explicam pelo próprio fato de os países árabes serem muito diferentes entre si, o que têm em comum todas essas revoltas em curso é o fato de que elas são laicas. Destaca que, quando a população toma as ruas, aparece a verdadeira dimensão dos tão mencionados e citados grupos religiosos extremistas, que são minoritários e não possuem respaldo popular.

Entre as conquistas menos tangíveis, nem por isso menos importantes, ressalva que se tem visto a derrubada dos mitos mais

persistentes a respeito dos árabes, em particular, e dos islâmicos, em geral. As mulheres, sobre as quais recaem os piores estereótipos, não são submissas pelo fato de usarem o *hijab*, o lenço. Nas ruas, elas participam ativamente. A estudiosa cita que, no Iêmen, notadamente, uma das grandes oradoras nas ruas é uma mulher, mãe de três filhos: Tawakkol Karman. Na Tunísia, no dia 11 de abril, aprovou-se o princípio da paridade eleitoral, isto é, os partidos políticos terão de apresentar o mesmo número de mulheres e homens nas listas eleitorais.

Nessa linha de pensamento, a Professora Arlene Clemesha sustenta que os povos árabes demonstram não apenas desejar a democracia, mas também estarem dispostos a lutar por ela. Reivindica-se, em última instância, a formação de governos representativos e a conquista da soberania nacional, ou seja, um contexto árabe mais democrático e menos submisso a potências estrangeiras na região.

Para a expositora, é preciso fazer uma distinção básica entre todas essas revoltas. No Egito e na Tunísia, o *establishment* percebeu que poderia permanecer no poder na ausência dos governantes, dos Presidentes Mubarak e Ben Ali. Na Líbia, assim como na Síria, pelo contrário, o regime não se dissocia do Estado, tanto é que membros descontentes desses governos, como o chefe das forças especiais Abdel Fatah Younis e o Ministro das Relações Exteriores, Mussa Kussa, na Líbia, tiveram de desertar, pois não havia como substituir Kadafi a partir de dentro.

Na Síria, segundo a versão do governo, protestos que varrem o país são obras de conspiradores externos, que representam uma insurreição armada de salafis, membros de um movimento islâmico puritano de linha dura. No entanto, o que se vê, através de entrevistas nas ruas e de análises políticas da história mais recente do país, é a frustração generalizada com o regime de Damasco, que alimenta a insurreição.

Na verdade, esclarece a especialista, o movimento salafista na Síria não é forte. O serviço secreto Moukhabarat reprimiu e praticamente aniquilou os extremistas religiosos na década de 80. Quando o partido Baath assumiu o poder em 1963, o braço sírio da

Irmandade Muçulmana, criada há pouco tempo, partiu para a ofensiva naquele momento, propondo a criação de um estado islâmico no lugar da rigorosa laicidade do novo regime Baath. Na década de 70, a Síria foi marcada pela luta dos irmãos muçulmanos contra o governo de Hazez al-Assad, pai do atual Presidente. Ameaçado de morte pelos radicais islâmicos e com o precedente de um recente assassinato que marcou a região, o assassinato do Presidente egípcio Anuar al-Sadat, em 1981, al-Assad autorizou que seu irmão Rifaat al-Assad conduzisse uma campanha de extermínio da Irmandade Muçulmana, que foi massacrada, o que derivou no massacre da cidade de Hama, em 1982, no qual morreram, provavelmente, de dez a vinte mil pessoas. Esse golpe aniquilou na Síria a força dos extremistas religiosos.

Mais do que isso, as experiências dos islâmicos tanto na Síria como no Egito, na década de 80, mostraram que esses regimes árabes não poderiam ser derrubados por meio de assassinatos ou subversões de grupos minoritários.

Na Líbia, diferentemente da Tunísia e do Egito, a onda de protestos contra o regime conduziu rapidamente a uma guerra civil que completa dois meses e promete estender-se ainda mais. Às vésperas do iminente massacre da cidade de Benghazi, aprovou-se a Resolução nº 973 no Conselho de Segurança da ONU, que, embora contasse com amplo apoio internacional, nem sempre atendia a chamados locais de auxílio.

Com efeito, na visão da palestrante, abraçar o chamado de solidariedade exige uma avaliação muito mais cuidadosa da opção intervencionista. O desejo de agir em nome do povo líbio exige que se avaliem as opções existentes à luz do princípio básico de legitimidade que toda intervenção deve satisfazer. Ou seja, não causar mais danos através da intervenção. Para ela, a probabilidade de que a intervenção atendesse o princípio de não prejudicar deveria ter sido analisada sob o pano de fundo, em primeira instância, sem deixar de levar em conta os precedentes históricos da região, além das realidades logísticas locais e a isenção de interesses particulares dos estados interventores.

E a solução negociada tampouco tem sido muito mencionada, mas a conclusão foi que os líderes rebeldes e os seus apoiadores não estavam interessados em qualquer oferta que mantivesse Kadafi.

A respeito dos argumentos contrários à intervenção, a expositora alerta que saltam à vista as tragédias relacionadas à longa história de intervenção externa na Ásia Ocidental e norte da África, exemplificando com o caso do Iraque, que começou com uma zona de exclusão aérea e terminou com a invasão do país.

Disse que as considerações humanitárias invocadas para justificar uma intervenção raramente estão isoladas de outros interesses. De fato, a Resolução nº 973 da ONU não apenas é questionável como representa o resultado de anos de lobby a favor do reconhecimento da chamada doutrina do direito de intervir com o seu conceito derivado de responsabilidade de proteger.

Assim, a ausência de movimentação política e a improbabilidade de uma solução negociada na Líbia se apresentam como consequência da chamada intervenção humanitária, que endureceu ambos os lados e tornou qualquer diálogo impossível. Dessa maneira, agir em defesa da população líbia com base no princípio de não prejudicar oferece muitas obrigações e poucas possibilidades. Mas, no final das contas, deveria haver um maior grau de humildade, ao imaginar o papel que o Ocidente pode exercer no curso da luta do povo líbio, principalmente a comunidade internacional, que não está intitulada a tomar as rédeas hoje ou ditar o cenário pós-regime de amanhã.

Apesar dos múltiplos interesses envolvidos, a especialista defende que mudanças importantes foram postas em curso a partir do momento que dezenas de milhões de egípcios, tunisianos, sírios, jordanianos, iemenitas politizaram-se e alguns dos piores regimes policiais do Planeta resultaram ser mais frágeis do que se podia imaginar e, se não caíram na década de 80 por ação de extremistas religiosos, de pequenos grupos que não tinham bases populares, hoje começam a cair por obra das populações em massa nas ruas.

Em relação à política dos Estados Unidos no Oriente Médio, a professora assentou que, nas últimas décadas, ela foi construída a partir de estreitos laços com basicamente alguns Estados: Israel, Egito e Arábia Saudita, além do Paquistão. Hoje, essa política apresenta diferenças significativas nesses três países.

É visível que, nos últimos anos, a relação com Israel vem se tornando cada vez mais tensa, a exemplo do isolamento dos Estados Unidos ao votarem contra o projeto de resolução no Conselho de Segurança, que condenava a continuada expansão dos assentamentos israelenses nos territórios palestinos ocupados. E, até o momento, tudo indica que serão também os únicos, no Conselho de Segurança, a vetarem o ingresso da Palestina na ONU em setembro próximo, na qualidade de Estado independente e membro permanente. Portanto, já se torna evidente o isolamento dos EUA nas questões do Oriente Médio.

Por fim, a palestrante disse que, no Oriente Médio, essas revoluções, inacabadas por certo, mas que apontam na direção de uma vontade de instaurar um contexto mais democrático, têm o efeito de romper a linha divisória imaginária que divide um Ocidente democrático, progressista, moderno e avançado de um Oriente atrasado, radical e extremista, ao revelar que, no Egito, a população foi às ruas para derrubar um governo que era mantido no poder pela grande democracia do mundo – um governo autoritário aliado dos Estados Unidos.

3. Professor Márcio Scalécio

Em seguida, falou o Prof. Márcio Scalécio. Ele lançou mão de duas reflexões: 1) no ano de 2011, algumas coisas importantes aconteceram nos países árabes; e 2) por qual razão tais acontecimentos se deram nesse ano?

Respondendo às questões suscitadas, o professor da PUC-RJ defendeu que a população dos países árabes saiu às ruas para se manifestar contra governos longevos marcados pela autoridade e pela

corrupção. Mais do que isso, a sociedade foi em busca de democracia e de liberdade.

O ano de 2011, por sua vez, é trazido como consequência de um processo iniciado nos anos 80 e 90, quando o modelo de desenvolvimento capitalista começou a se constituir de forma mais audaciosa, estabelecendo redes de interesse em economias do Terceiro Mundo e do Leste Europeu. Paralelamente a essa nova forma capitalista, houve algumas transições nas regiões citadas, como, por exemplo, desagregação da União Soviética, crise do socialismo real e mudança dos regimes militares da América do Sul para regimes democráticos.

Posteriormente, esse movimento de introdução do capitalismo neoliberal atingiu os países da África do Norte. No entanto, nesses Estados não ocorreu a transição política, permanecendo, ali, as estruturas ditatoriais e antidemocráticas.

O desenvolvimento capitalista, a seu turno, incentivou o crescimento de uma classe média cada vez mais politizada e sintonizada com a tecnologia globalizada, e que, um dia, não se contentaria com aquele modelo de governo. Para o palestrante, é nesse contexto que exsurgem as rebeliões no Oriente Médio, e o ano de 2011 foi o momento em que a população decidiu não aguentar mais tanta opressão.

O estudioso sustentou que alguns países do Ocidente contribuíram para esse quadro de fomento a estruturas despóticas, a exemplo da que se observou no Egito. Cita os Estados Unidos, que chegaram a subvencionar o país egípcio para que ele fosse fiel a seus interesses. No entanto, eles estão hesitando em cumprir um papel mais ativo na Líbia, uma vez que já estão engajados em duas guerras no Oriente Médio, uma no Afeganistão e outra no Iraque.

Em seguida, fez algumas ponderações acerca da Resolução da ONU nº 1973/2011, que estabeleceu uma área de exclusão aérea na Líbia. Em sua visão, sem tal medida, o Coronel Muamar Kadafi teria tomado Benghazi e feito recuar a revolução em outras regiões árabes. Mesmo sendo a favor da intervenção humanitária, destacou que está

havendo interpretações divergentes sobre a Resolução da ONU, já que ela dispõe que os países membros estão autorizados a fazer tudo aquilo que for possível para manter a zona de exclusão aérea e proteger vidas civis, mas não permite o bombardeamento e a derrubada de Kadafi. Essa última hermenêutica tem sido peculiar de países como a França e a Grã-Bretanha.

Por fim, aquiesceu com o que foi dito pela Professora Arlene Clemesha, no que diz respeito às inverdades sobre a dicotomia existente entre Ocidente avançado e Oriente retrógrado. Essas revoluções denotam o quanto essa convicção é um mito e que a sociedade árabe vem lutando contra um sistema autoritário financiado pelos governos de países ocidentais.

4. Professor Eduardo Viola

O Sr. Eduardo Viola sustentou haver quatro dimensões no processo revolucionário no Grande e Médio Oriente. A primeira dimensão diz respeito à “onda” democratizadora nos países árabes. Para o acadêmico, esta região ficou alheia à onda democratizadora ocorrida nas décadas de 80 e 90, sobretudo nos países da América do Sul. Essa “primavera” tardia está ocorrendo agora, mas tem um de seus fundamentos no ano de 2009, na época das eleições iranianas, que foram reprimidas pelo regime autoritário do país. Para o palestrante, esse é um fator importante, que acabou desencadeando essas sublevações.

Para melhor compreender o que está acontecendo, o especialista diferenciou os vários tipos de regime existentes na área. Dessa forma, destacou que há as democracias (Turquia, Israel e Líbano), sendo que a Turquia é o regime mais democrático, enquanto o Líbano apresenta um quadro um pouco instável; as semidemocracias (Marrocos, Egito, Jordânia, Iraque, Tunísia e parte da Cisjordânia da Palestina), que podem avançar para democracias, dependendo da evolução do processo revolucionário; os regimes autoritários (Irã, Arábia Saudita, Síria, Kuwait, Catar, Emirados, Bahrein, Omã, Argélia e, na Palestina, Gaza diferenciada), que são de diferentes graus, podendo chegar ao

totalitarismo; e duas situações semianárquicas: uma na Líbia, que é de guerra civil, e outra no Iêmen, que pode levar a uma fragmentação total.

Detalhado cada regime, o palestrante ressaltou os avanços ocorridos desde janeiro na zona de conflitos. Dois países autoritários, Tunísia e Egito, transformaram-se em semidemocracias e podem chegar a uma democracia. Em Bahrein, o avanço de um regime autoritário para uma semidemocracia foi abortado sobretudo pela intervenção externa saudita. No Iêmen, a situação é de instabilidade e o houve o retrocesso na reestabilização do regime autoritário. No caso da Líbia, a guerra civil travou o processo de democratização.

A segunda dimensão é a questão da rivalidade geopolítica existente entre os Estados da região e as potências internacionais. Para o expositor, um dos interesses não somente das potências estrangeiras, mas de todos os países do mundo, é a estabilidade do fluxo de petróleo. Outro ponto fundamental é a quem interessa esse processo de democratização do Oriente Médio. Para ele, os interessados são os Estados Unidos, o Reino Unido e a União Europeia. Já a China teme o impacto dessa onda democratizante dentro de seu país. Para o Brasil, essas revoluções são favoráveis, pois somos uma democracia.

Em relação às potências regionais, a exemplo de Israel, Turquia, Egito e Irã, o estudioso defendeu que os interesses são difusos. O Irã, ao mesmo tempo em que se sente ameaçado pela revolução da Síria, o que justifica as reiteradas intervenções, está muito interessado na desestabilização dos regimes autoritários, que, em geral, são pró-americanos. Israel, por sua vez, preocupa-se com esses movimentos, levando o país judeu a subdimensionar o papel da onda democrática e super dimensionar a rivalidade geopolítica e os conflitos religiosos. As outras potências temem a estabilidade que possa derivar da situação síria, mas não se sentem profundamente ameaçados pela derrubada do regime sírio.

A terceira dimensão dos movimentos revolucionários é a questão dos conflitos religiosos. Na visão do Sr. Eduardo Viola, esse ponto

é fundamental em dois países que não estão no centro dos conflitos atualmente, que são o Líbano e o Iraque. Todavia, nada impede que nos outros países a questão religiosa possa se tornar importante e contaminar a democratização, por exemplo, na Arábia Saudita, onde a minoria xiita detém grande parte do petróleo.

Por fim, o palestrante ressaltou a quarta dimensão, que é a dos conflitos étnico-tribais, dando destaque para a questão curda. No seu ponto de vista, os grandes vitoriosos da invasão anglo-americana foram os curdos.

5. Professor Reginaldo Nasser

O último palestrante, o Sr. Reginaldo Nasser, salientou, inicialmente, que é preciso corrigir a intitulação dada ao painel ora em debate, pois as revoluções estão ocorrendo no mundo árabe e não em todo o mundo islâmico, como se sugere. Isso é importante, porque desde há muito tempo há uma associação completa entre islamismo e árabes, mas alguns países, embora islâmicos, não são árabes, a exemplo da Turquia e Indonésia.

Feita essa preliminar, o palestrante posicionou-se no sentido de atribuir a origem dos atuais eventos de conflito a dois fatos ocorridos no ano de 1979, quais sejam, a revolução no Irã e a guerra no Afeganistão. Nesse momento, os Estados Unidos passaram a subvencionar crises no Oriente Médio, estendendo-se até as repúblicas da URSS, o que Brezinski, assessor do Presidente americano Jimmy Carter, chamou de Arcos das Crises, com o fito de promover um processo de desintegração nas áreas de influência soviéticas.

Passados alguns anos, esse modelo de subvenção norte-americano entrou em decadência e encontra-se, atualmente, em crise. Isso porque, a fundamentação original de intervenção, isto é, o que justificava a presença dos EUA nesses países, era o viés islâmico, e por isso autoritário na versão ocidental, da forma de governo e da política.

No entanto, o especialista assevera que esse mundo, tantas vezes reproduzido pela mídia ocidental, está dando sinais de sua extinção. As atuais revoltas não dizem respeito a um interesse do Estado Nacional, mas sim da população. Elas acontecem nas cidades e se caracterizam por serem realizadas pela massa da sociedade. É, dessa maneira, uma revolta do povo, uma revolução popular, e não estatal ou religiosa. E as reivindicações são econômicas, políticas e sociais. O que torna esse mundo tão distante do nosso, então? Reflete o professor.

Assim, o palestrante acredita que esses movimentos trazem a perspectiva de mudança que, primeiramente, está acontecendo no nível interno, mas que se estenderá ao redor do mundo, tangenciando ora interesses colidentes, ora interesses convergentes.

Por fim, sobre a participação do Brasil na região, o Prof. Reginaldo Nasser divergiu do Embaixador Marcos Azambuja. No seu sentir, o momento propício para que o Brasil tenha uma posição mais assertiva no Oriente Médio e no norte da África é exatamente este, em que as grandes potências, a exemplo dos EUA, perderam um pouco de sua influência. Além disso, destacou o fato de sermos um país democrático e respeitar os regimes internacionais, o que facilita o diálogo e nos credencia para uma atitude mais determinante.

Finalizado o debate entre os convidados, o Sr. Presidente, Senador Fernando Collor, passou a palavra para os senadores presentes, para que fizessem suas observações e questionamentos.

V – Relato das intervenções dos Senadores

- Questões da Senadora Ana Amélia:

A Senadora Ana Amélia foi a primeira a indagar os convidados. Ela fez os seguintes questionamentos e ponderações: i) o que houve de errado com o episódio envolvendo a Universidade britânica *London School of Economics*? ii) sobre a imprevisibilidade dos acontecimentos no Oriente Médio, apontou que não há novidade nisso, já que nenhum

economista do mundo previu a recente crise financeira econômica; iii) qual o papel da Al-Qaeda e das redes sociais nas atuais sublevações? iv) as lideranças nos países em conflitos possuem condição de dar continuidade ao processo de democratização inaugurado?; e v) há uma previsão das consequências dessas revoltas para o Ocidente?

- Resposta do Professor Reginaldo Nasser:

O Prof. Reginaldo Nasser, sobre o ocorrido na universidade britânica, explicou que esse evento é muito revelador e vai além da defesa de doutorado do filho de Muamar Kadafi. Para ele, o fato de o governo da Líbia patrocinar uma instituição europeia para ela reproduzir a ideia de que aquele país se opunha, por exemplo, ao terrorismo, às manifestações da Al-Qaeda e à proliferação das armas de destruição em massa, compromete a credibilidade das pesquisas daquela instituição e assinala para que tenhamos cuidado com outros institutos de pesquisa, não somente europeus, mas também norte-americanos.

- Resposta do Professor Márcio Scalécio:

Sobre as redes sociais, o Prof. Márcio Scalécio destacou que essa nova forma de se comunicar e reivindicar direitos não é específica do Oriente Médio. Refere-se, em verdade, a uma característica do mundo moderno e acontece nos mais diversos lugares. Especificamente sobre a Al-Qaeda, disse que ela não é tão forte assim de modo a ter influência relevante na área.

- Resposta da Professora Arlene Clemesha:

No que tange às lideranças nos países em revolta, a Prof^a Arlene Clemesha sustentou que quando começaram as irrisignações, buscava-se um líder, mas não se encontrava. Por exemplo, no Egito, houve o retorno de uma liderança que causou muita expectativa e pouco efeito e, em menos de dois meses após a derrubada de Mubarak, foi registrado o aparecimento de cerca de trezentos novos partidos. Algo semelhante também ocorreu no Iêmen e no Bahrein. Em sua visão,

portanto, o que de fato há é o surgimento de muitas novas lideranças no curso do processo revolucionário, mas ainda é cedo para dizer sobre a sua capacidade em dar cabo do processo de democratização, que é multifatorial, não estando atrelado somente à questão de liderança.

- Resposta do Embaixador Marcos Azambuja:

Por fim, o Embaixador Marcos Azambuja assentiu que o processo revolucionário do Oriente Médio e Norte da África ainda está em fase embrionária, sendo difícil averiguar quais suas consequências para o Ocidente. O que se evidencia é a preocupação da Europa em impedir a imigração descontrolada dos árabes para seu continente e, por outro lado, a vontade ocidental de ter o livre fluxo de petróleo.

- Questões do Senador Cristovam Buarque:

Em seguida, o Senador Cristovam Buarque fez duas indagações: 1) de onde vêm as armas que o povo está usando na Líbia, e há uma diferença da revolução que ocorre nesse país para a que está ocorrendo nos outros países? 2) quando essas sublevações acabarem, prevalecerá o caos ou a ordem? Haverá uma espécie de “democracia islâmica”?

- Resposta do Professor Reginaldo Nasser e do Professor Márcio Scalécio:

Para os Professores Reginaldo Nasser e Márcio Scalécio, o que se passa na Líbia é parecido com o que se passa nos outros países, mas houve uma mudança em um momento, fazendo com que o movimento fosse reprimido com mais eficácia. Márcio Scalécio presume que, enquanto as tropas de Kadafi possuírem munição, o movimento será colocado em xeque. Em relação às armas do povo, Reginaldo Nasser explicitou que elas são precárias, chegando a ser rudimentares. E, para fechar sua resposta, acreditou ser possível a construção de uma democracia no modelo islâmico. Para ele, falta um olhar mais apurado sobre aquela sociedade capaz de dissociar estrutura do Estado e regime político de religião e cultura.

- Resposta do Professor Eduardo Viola:

Na mesma linha de pensamento, o Prof. Eduardo Viola acrescentou que será possível uma democracia, na qual estará presente a religião islâmica. Mais especificamente, ele crê que, em países como Egito e Tunísia, o desenrolar dos acontecimentos desemboque numa ordem democrática. Já no Iêmen e na Líbia, por exemplo, apostou na prevalência do caos sobre a ordem.

- Resposta do Embaixador Marcos Azambuja:

Já o Embaixador Marcos Azambuja disse que não vê, ainda, um triunfo da democracia, mesmo no Egito ou na Tunísia. Para ele, aliás, é possível que haja uma fragmentação dos Estados envolvidos.

- Resposta da Professora Arlene Clemesha:

A Prof^ª Arlene Clemesha reiterou que é difícil fazer uma previsão, mas que se pode afirmar que todo esse processo tem sido importante para os árabes, sobretudo porque há um resgate do orgulho, da cultura e da possibilidade de o povo se expressar.

- Questões do Senador Eduardo Suplicy:

Dando sequência ao debate, o Senador Eduardo Suplicy fez as seguintes questões: i) em que medida o processo de democratização, política e econômica, poderá contribuir para a melhoria da qualidade de vida na região?; ii) quais alternativas possui o Governo brasileiro para atuar no Oriente Médio?; 3) em que proporção os povos árabes têm liberdade de locomoção entre eles próprios?; e 4) quais os efeitos desse processo revolucionário sobre a questão existente entre Palestina e Israel? E qual o papel do Brasil nesta questão?

- Resposta do Embaixador Marcos Azambuja:

Em relação à querela entre Palestina e Israel, o Sr. Marcos Azambuja acredita que, desses movimentos, pode nascer uma maior

compreensão entre essas civilizações. Sobre o fluxo entre os países árabes, expõe que há uma tradição de trânsito de pessoas na região, sobretudo em virtude de necessidade de mão de obra nos países petrolíferos, localizados no golfo. Alerta, no entanto, que essas revoluções têm causado a fuga de pessoas dessas localidades, que possivelmente inverterão o fluxo migratório para a Europa num momento em que este continente enfrente uma crise e não aceita vê com bons olhos a chegada de imigrantes.

- Resposta da Professora Arlene Clemesha:

A Prof^a Arlene Clemesha concorda com o Embaixador sobre o fluxo de pessoas nos países árabes. Para ela, existe, sim, uma tradição de locomoção entre eles. Sobre a questão palestina, assevera que seria interessante que a Primavera Árabe chegasse até Israel e que este país, dessa forma, entrasse em consonância com a Palestina.

- Resposta do Professor Reginaldo Nasser:

Visão com a qual adere o Prof. Reginaldo Nasser, a Primavera Árabe traria benefícios também para o deslinde da questão palestina. Apontou um problema muito grave no Oriente Médio e Norte da África, qual seja, o fato de aqueles países importarem grande quantidade de alimentos, sobremaneira o Egito, que chega a fazê-lo na proporção de até setenta por cento de tudo que consome. Isso pode deixá-los em uma situação frágil, numa eventual alta de preço dos alimentos.

- Resposta do Professor Márcio Scalécio:

O Prof. Márcio Scalécio tratou do problema Israel-Palestina. Para ele, a opinião pública árabe cobra fortemente a solução desse conflito e, num país que quer a democracia, a opinião pública representa um importante fator. Ele acredita que o cenário das revoluções adentrará no território israelense, até por uma questão de vizinhança, o que favorecerá a convivência com seus vizinhos árabes.

- Resposta do Professor Eduardo Viola:

Por fim, o Prof. Eduardo Viola afirmou que a democratização do mundo árabe é decisiva para um acordo de paz entre Palestina e Israel, e, nesse contexto, o destino da Síria se torna decisivo, pois Israel pode se sentir ameaçado dependendo do desfecho, seja ele para a fragmentação do país sírio, seja para sua extrema repressão.

- Intervenção do Senador Fernando Collor:

Antes de terminar a intervenção dos senadores, o Senador Fernando Collor, Presidente da Comissão, trouxe alguns dados acerca dos países que mais gastam com armamentos em relação ao seu PIB. Em primeiro lugar está Omã, que gasta 11,4% do seu PIB; em segundo, o Catar: 10%; em terceiro, a Arábia Saudita: 10% do seu PIB; em quarto, o Iraque: 8,6%; em quinto, a Jordânia: 8,6%; em sexto, Israel: 7,3%; em sétimo, o Iêmen: 6,6%; em oitavo, a Armênia: 6,5%; em nono, a Eritreia, 6,3%; e, em décimo, a Macedônia, com 6% do seu PIB. Observou que, dos dez países citados, sete deles estão na região que está em conflito atualmente.

Painel 3

I – Identificação

Assunto: A importância da atividade de inteligência para o Brasil, sua diplomacia e suas forças armadas. Causas do fracasso dos serviços de inteligência das grandes potências ocidentais em prever movimentos populares no mundo árabe

Local: Plenário da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional

II – Participantes

1. Dr. Denilson Feitoza – Presidente do Capítulo Brasil da Associação Internacional de Analistas de Inteligência de Segurança Pública (IALEIA-BR);
2. Professor Eugênio Diniz – Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais (PUC-MG);
3. Dr. Joanival Gonçalves – Consultor Legislativo do Senado Federal;
4. Professor José Manuel Ugarte – Universidad de Buenos Aires – Argentina.

III – Introdução

Realizou-se, no dia 2 de maio de 2011, às 18 horas, Audiência Pública da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional para tratar do assunto: “A importância da atividade de inteligência para o Brasil, sua diplomacia e suas forças armadas. Causas do fracasso dos serviços de inteligência das grandes potências ocidentais em prever movimentos populares no mundo árabe”. A presente discussão integra o tema “Geopolítica e Relações Internacionais”, dentro do ciclo de audiências públicas “Rumos da Política Externa Brasileira (2011-2012)”.

Para proferir as palestras, foram convidados os seguintes especialistas e autoridades: Doutor Denilson Feitoza, Presidente do

Capítulo Brasil da Associação Internacional de Analistas de Inteligência de Segurança Pública (IALEIA-BR); Professor José Manuel Ugarte, da Universidad de Buenos Aires – Argentina; Dr. Doutor Joanisval Gonçalves, Consultor Legislativo do Senado Federal e o Professor Eugênio Diniz, da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais (PUC-MG).

A reunião foi presidida pelo Senador Fernando Collor. Estiveram presentes os Senadores Luiz Henrique, Cristovam Buarque e Pedro Simon.

IV – Relato das exposições dos palestrantes

1. Dr. Denilson Feitoza

O Prof. Dr. Denilson Feitoza começou explicando que a análise da importância da atividade de inteligência para o Brasil, sua diplomacia e suas forças armadas há de ser feita dentro de três grandes áreas: a de segurança interna, que é um conceito mais amplo do que segurança pública, com enfoque em nível de interesse nacional; a das relações exteriores e a área da defesa externa do Brasil.

Em seguida, afirmou que o uso da atividade de inteligência é essencial ao cumprimento de parte das competências constitucionais de determinados órgãos, como a Presidência da República, o Congresso Nacional, as Forças Armadas, as polícias, as forças de segurança, o Ministério Público e os tribunais de contas. O não uso da atividade de inteligência, reforçou, equivale a uma renúncia desses órgãos de um dever que lhes impõe a Constituição Federal.

O palestrante destacou a diversidade das situações que requerem uso da inteligência nos campos da segurança interna, das relações exteriores e da defesa nacional.

Segundo ele, no que tange à segurança interna, a inteligência é útil ao combate das organizações criminosas, inclusive das organizações

criminosas transnacionais que atuam no tráfico de armas, de pessoas e de drogas.

Nas relações exteriores, a atividade de inteligência é capaz de produzir informações sobre nações amigas ou adversárias, informações essas que auxiliam na condução da política externa brasileira.

E quanto à defesa nacional, o palestrante observou que, apesar de o Brasil ser um país pacífico e bem inserido nos organismos internacionais multilaterais, a realidade é que o mundo é um ambiente anárquico, onde prevalece, em última instância, o uso da força. Além disso, lembrou que o país tem se tornado cada vez mais relevante no cenário internacional e que é possuidor de muitas riquezas minerais. Por isso, entende que o país precisa estar sempre preparado para eventuais problemas nessa esfera e que a atividade de inteligência é instrumento para tanto.

O palestrante, em seguida, asseverou a necessidade de se definir quem faz a inteligência no Brasil; quem a controla; como e para que fazê-la. Em sua opinião, há deficiência legislativa em todos esses campos. Citou o caso específico de ser a Lei nº 9.883, de 1999, que institui o Sistema Brasileiro de Inteligência, cria a Agência Brasileira de Inteligência (ABIN), e dá outras providências, insuficiente para organizar a inteligência no Brasil, estabelecendo com clareza quais as competências de cada órgão.

Afirmou a necessidade de o Congresso Nacional tomar iniciativa sobre o controle da inteligência. Apontou que todos os países desenvolvidos e com democracia consolidada têm inteligências fortes, e, reforçou, esses países têm inteligências fortes porque têm um controle parlamentar forte. Lembrou, então, a importância da apreciação do Projeto de Resolução do Congresso Nacional nº 2, de 2008, que dispõe sobre as finalidades, a composição e o funcionamento da Comissão Mista de Controle das Atividades de Inteligência (CCAI), órgão parlamentar de controle e fiscalização externos da atividade de inteligência.

O palestrante alertou para o fato de que, sendo inevitável o uso da inteligência, havendo ou não controle parlamentar, órgãos de inteligência existirão. Citou, como exemplo, que, nos últimos dez anos, foram criadas mais de sessenta agências de inteligência no Brasil e que, atualmente, existem mais de cento e cinquenta em funcionamento no país. Em seguida, reforçou que há consenso no mundo, tanto no meio público quanto no meio acadêmico, de que o controle parlamentar é fundamental para que se tenha uma inteligência de qualidade.

O expositor sugeriu ao Congresso Nacional que, em vez de tentar regular a atividade de inteligência como um todo, o que seria mais difícil, regulasse por meio de projetos setoriais. Um projeto trataria da organização das atividades de inteligência, outro, do controle destas, o terceiro, das operações de inteligência e um quarto, que reputou fundamental, do plano nacional de inteligência, que definiria a finalidade do sistema de inteligência brasileiro. E, para enfatizar o argumento, citou vários exemplos de países que já legislaram sobre o assunto. Ressaltou, ainda, que há dois dispositivos na Lei nº 9.883, de 1999, acerca do Plano Nacional de Inteligência, mas que estes são insuficientes para estabelecer um mecanismo democrático capaz de produzir uma política nacional de inteligência.

Em conclusão, resumiu a proposta concreta de que o Congresso Nacional enfrente a regulamentação do setor por meio de projetos setoriais, porque, segundo ele, a questão é simples. Em seguida, alertou que, se isso não for feito, a inteligência vai continuar a funcionar, porque ela é um imperativo lógico e sistemático do ordenamento nacional, não há como realizar certas competências sem inteligência, e, reforçando, afirmou que, enquanto não houver uma lei no sentido estrito, haverá resoluções, portarias e outros instrumentos que permitirão o nascimento e o funcionamento de agências de inteligência no país.

Passando ao tema de por que os órgãos de inteligência não previram os conflitos no mundo árabe, o Prof. Dr. Denilson Feitoza inicialmente levantou dúvida sobre um pressuposto da própria questão. Perguntou ele se os conflitos realmente não tinham sido previstos.

Continuando o raciocínio, explicou que é impossível, por serem secretas, conhecer completamente as atividades dos órgãos de inteligência de outros países no mundo árabe. Ainda assim, disse, alguns dados são acessíveis por meio da imprensa. Mencionou, então, que a inteligência norte-americana investira seis milhões de dólares em organizações que se opunham ao governo sírio e que publicações norte-americanas noticiaram a presença de oficiais de inteligência daquele país na Líbia e na Síria.

Ações de inteligência desse tipo, explicou o professor, são chamadas de ações encobertas, conceituadas como intervenções num outro país com objetivo de influenciar as suas condições militares, econômicas e políticas, de tal maneira que a função do governo interventor possa ser negada de maneira plausível. Destacou, como exemplo, que as ações encobertas nos Estados Unidos da América têm previsão legal e são sujeitas a controle parlamentar.

Alertou, então, para o fato de que nada garante que o Brasil não sofra esse tipo de ação. Pelo contrário, há histórico de ações encobertas no país. Por isso, continuou, a necessidade de ser capaz de antecipar tais atividades, e, concluiu, os órgãos de inteligência são os únicos aptos para essa tarefa.

2. Prof. José Manuel Ugarte

O Prof. José Manuel Ugarte iniciou-se dirigindo à questão de por que a inteligência brasileira não conseguiu prever os movimentos populares do Oriente Médio que provocaram quedas de governo pela região e os conflitos na Líbia e na Síria.

Primeiro, o palestrante aliviou a culpa da inteligência brasileira, por considerar aqueles eventos como surpresas estratégicas. Em sua definição, surpresa estratégica é uma mudança imprevisível nas tendências até então observadas. Apontou que a história mostra que as surpresas estratégicas ou táticas são impossíveis de evitar, mas que é possível administrar suas consequências negativas.

Em segundo lugar, mencionou ser importante considerar as consequências estratégicas na condução dos Estados, porque os que tomam decisões nem sempre conseguem lidar adequadamente com as informações produzidas pelos órgãos de inteligência. Ressaltou que isso acontece no mundo todo e citou exemplo de um estudo sobre o episódio de Pearl Harbor, que apontava que havia abundância de informações, mas que estas se chocavam com os preconceitos existentes nos círculos governamentais. E concluiu que o papel da inteligência é significativo, mas não é absoluto.

Em seguida, destacou que, se a inteligência brasileira não pode prever esses acontecimentos, a inteligência de país latino-americano algum poderia prevê-los. Justificou a afirmação com o fato de as estruturas de inteligência na América Latina, em sua maioria, se originaram e se fortaleceram durante o conflito Leste-Oeste. Assim, esses países adotaram os conceitos de segurança e defesa daquela época, o que fez com que as atividades de inteligência e de contrainteligência fossem praticadas com pouca competência e definição legislativa, além de serem voltadas para o interior do próprio país. Em vista disso, afirmou que não é surpreendente que os países latino-americanos não tenham desenvolvido capacidade em inteligência exterior para diminuir as surpresas estratégicas ou diminuir os efeitos negativos destas.

Além de todas essas considerações, o palestrante minimizou, ainda, a importância para o Brasil da surpresa estratégica representada pelos acontecimentos do mundo árabe. Citou também o fato de a Argentina já ter experimentado uma surpresa estratégica com o atentado contra a Embaixada de Israel em 1992.

Após essas considerações, o professor apontou que todo país latino-americano que desejar desenvolver uma presença real de inteligência exterior deveria organizá-la. Perguntou por que não constituir órgãos de inteligência evidentemente sob a dependência do Ministério das Relações Exteriores, a exemplo do que acontece no Reino Unido e outros países que têm agências de inteligência exterior como EUA, Alemanha, França, Austrália e até a Federação Russa.

Segundo o professor, não há país importante que não desenvolva uma organização de inteligência exterior. O expositor apontou que tanto Brasil quanto a Argentina não planejaram efetivamente as atividades de inteligência exterior.

No caso específico do Brasil, destacou que a atividade de inteligência está voltada para o interior e tem como prioridade a luta contra o crime organizado. Segundo o professor, a ABIN, como outras agências de inteligência latino-americanas, está preparada para a inteligência interior e exterior; mas o fenômeno é que elas se voltam somente para a inteligência interior. Analisando o Sistema Brasileiro de Inteligência, apontou que, sob a coordenação do Gabinete de Segurança Institucional, o Ministério das Relações Exteriores está presente, mas presente por meio da Coordenação Geral de Combate aos Delitos Transnacionais. Isso, disse, torna claro que a prioridade é a luta contra o delito transnacional, e não o apoio à política externa.

Na opinião do palestrante, para potencializar a inteligência exterior, é preciso construir capacidade de inteligência criminal. Ele reconheceu avanços do Brasil na área e concluiu fazendo sugestões específicas.

A primeira seria melhorar a capacidade dos agentes de inteligência nos idiomas relevantes para a inteligência brasileira.

Sugeriu também criar relações com universidades isentas, de modo a conseguir aportes externos e estimular dentro dos órgãos de inteligência a racionalização das hipóteses competitivas, a racionalização não convencional. Segundo ele, isso mitigaria os efeitos do principal fator da surpresa estratégica, que é o pensamento linear, a adesão ao que sempre se sustentou.

A última sugestão foi de potencializar fortemente as capacidades em matéria de análise; construir grupos de alerta estratégico de analistas, especializando-os em alerta estratégico.

3. Prof. Eugênio Diniz

O Prof. Eugênio Diniz afirmou que, por mais que se pudesse ter antecipado algumas tendências e situações gerais, insatisfações e

coisas do gênero, com relação ao *timing*, à intensidade, à extensão e à simultaneidade dos acontecimentos no mundo árabe, os serviços de inteligência foram claramente pegos de surpresa.

Para responder a questão de por que os serviços de inteligência foram surpreendidos por esses acontecimentos, o palestrante questionou antes se a expectativa de previsão no caso não seria um pouco exagerada. Perguntou também o que seria o conhecimento de inteligência, o que as organizações de inteligência poderiam efetivamente produzir e quais as dificuldades encontradas nessa atividade.

O professor disse que talvez a melhor forma de entender o que e como é o trabalho de inteligência seria uma analogia. Explicou, então, que organizações de inteligência são estruturalmente semelhantes a grandes agências de notícia, mas com, fundamentalmente, um leitor só. Esse leitor seria o chefe do Poder Executivo, com a fiscalização feita pelo Poder Legislativo.

Continuando a analogia, apontou que, assim como cada órgão noticioso tem editoriais específicos de cultura, de política e de outros assuntos, as agências de inteligência são divididas em departamentos ou setores específicos, mas que funcionam basicamente da mesma maneira. Aos repórteres seniores correspondem os supervisores das agências de inteligência, aos focas, os oficiais de inteligência que atuam na ponta e aos jornalistas investigativos, os encarregados de operações de inteligência. Mencionou também que ambas as organizações têm suas fontes, que dificilmente são reveladas. Existe, ademais, correspondendo ao colunista de jornal, o analista de inteligência, que não trabalha diretamente na produção de informações, mas é responsável por integrar as informações produzidas pela agência com as das demais fontes, usando, inclusive, sua experiência e sua formação prévia.

Completo a comparação afirmando que o processo é semelhante estruturalmente. A semelhança não é em relação ao conteúdo produzido, tem a ver com o grau de penetração, com o tamanho da organização, com a capacidade, a quantidade e a qualidade dos recursos que ela utiliza para produzir suas informações.

Nesse sentido, asseverou que é por isso que, mesmo nos melhores casos, em que tudo funciona como deveria, existem limites muito claros ao que é possível fazer e ao que é possível obter. Lembrou que também as agências de notícia são sujeitas a esse limite, e, para ilustrar, destacou que também são poucos os verdadeiros furos jornalísticos, aqueles que, frutos de longo trabalho, revelam informações inusitadas e desconhecidas.

O palestrante explicou que o possível para os órgãos de inteligência, em larga medida, fica circunscrito à reunião de conhecimentos gerais sobre a situação. No caso, por exemplo, afirmou que era possível saber que havia uma grande insatisfação da população com os governos daqueles países em convulsão. Tanto era possível, argumentou, que já se sabia disso há algum tempo. Ressaltou, no entanto, que não era possível saber exatamente o que deflagraria as crises ou em que momento estas iniciariam.

Dessa forma, afirmou que a análise de inteligência há de levar em conta os fatos em curso, a longevidade pregressa desses e as tendências aptas a interferir na situação atual, mas que, ainda assim, o momento exato e o desdobramento completo das crises são imprevisíveis. Chamou atenção, então, para o fato de que o comportamento do Presidente dos EUA em relação à crise foi errático, demonstrando que a inteligência daquele país não foi capaz de antever os acontecimentos ou suas consequências.

O professor explicou que essa limitação é decorrente da própria natureza dos processos de reunião e de processamento de informações. Segundo ele, é um trabalho complexo e a própria informação obtida é cheia de incertezas.

Além disso, destacou o sigilo como outro elemento limitador dos resultados da atividade de inteligência.

Explicou antes que a necessidade de sigilo é incontornável, por ser intrínseca à atividade de inteligência. Isso porque, além da maioria das informações tratadas ser, em si, sigilosa, a própria atividade de

inteligência deve ser sigilosa, tendo em conta que cada informação divulgada cria uma assimetria de informações e coloca em desvantagem no jogo internacional de inteligências a parte que se expôs. Outrossim, o sigilo dessas ações evita constrangimentos e mal-entendidos nas relações entre países.

O professor afirmou, então, que o sigilo, ao contrário do que possa parecer, não é vantagem para quem produz a inteligência, na medida em que impede que haja escrutínio externo sobre a informação produzida. Destacou que, até mesmo dentro do próprio órgão de inteligência, as informações são compartimentalizadas, disponibilizadas a cada agente com base no critério da necessidade de conhecimento. Apontou que isso significa que o trabalho de um agente não vai ser escrutinado nem mesmo por aqueles que trabalham na mesma área, o que, em sua opinião, não é bom para o agente nem para a qualidade do trabalho.

O expositor mencionou, ainda, outro efeito adverso do sigilo, que faz com que os sucessos das agências permaneçam em segredo, enquanto que os fracassos tendem a ter uma maior visibilidade. Esse fato é agravado também por conta do caráter sigiloso de suas atividades, as organizações de inteligência não podem revelar fatos em defesa de suas decisões.

Explicou, então, que esses dois fatores criaram para as agências de inteligência e para seus agentes uma necessidade de proteção contra falhas em suas ações maior do que a experimentada por outros órgãos e agentes públicos. Essa necessidade, por sua vez, cria incentivos que levam à adoção de um pensamento homogeneizado dentro da agência, em razão de ser esta a postura menos arriscada para os agentes. Nesse contexto, as opiniões divergentes são criadas apenas para mitigar riscos, não contribuindo para o surgimento de uma divergência salutar de pensamentos, elemento essencial ao processo de produção de inteligência.

Mencionou, ainda, que a dificuldade da estrutura das organizações de inteligência faz com que as chefias dependam muito

dos subordinados, já que ao escalonamento hierárquico corresponde um distanciamento do processo direto de produção de inteligência. Isso cria para o chefe a necessidade de não se indispor drasticamente com seus subordinados, o que gera uma tendência ao desequilíbrio entre atividades fins e atividade meio nessas organizações.

Por fim, apontou que essas dificuldades são superadas de acordo com o profissionalismo dos agentes e com a pressão ambiental que sofre a agência. Sobre esse último fator, explicou que organizações que vivem em ambientes extraordinariamente conflitivos tenderão a ter enorme pressão para sobrepujar essas dificuldades, em razão dos altos custos das falhas nesses ambientes.

4. Dr. Joanisval Gonçalves

O Dr. Joanisval Gonçalves iniciou sua exposição chamando atenção para o fato de que a pergunta sobre por que os serviços de inteligência não conseguiram prever os acontecimentos do Oriente Médio é uma pergunta de estadista, de estadista como usuário dos serviços de inteligência e de estadista como controlador dos serviços de inteligência.

Explicou que a resposta à pergunta é complexa e que seria temerário dar uma resposta categórica, tendo em conta que há divergência entre os especialistas sobre se era possível ou não prever o que aconteceu, se foi previsto ou não e até sobre, se previsto, houve atuação direta dos serviços de inteligência naqueles acontecimentos. Ainda assim, continuou, a pergunta é útil porque dá margem a uma série de constatações.

A primeira é de que os serviços de inteligência de diversos países atuam além das suas fronteiras pelo mundo. E atuam com dois objetivos básicos. O primeiro é tentar reunir o máximo possível de informações a respeito dos Estados, das organizações, dos grupos, das pessoas e de tudo que possa ser de interesse daquele para quem o serviço de inteligência trabalha. O outro objetivo básico é tentar influenciar o processo decisório de pessoas, organizações, grupos e países.

Outra constatação é de que não são só grandes potências que atuam dessa forma. Segundo o palestrante, países de primeiro escalão ou grandes protagonistas no cenário internacional, e alguns deles até pequenos países, também têm serviços de inteligência muito atuantes fora de seu território. Ressaltou também que os atores não se limitam a Estados soberanos, há também organizações com setores de inteligência ativos, tanto organizações com fins lícitos, quanto organizações criminosas e grupos terroristas.

A terceira constatação, em suas palavras, é de que a atividade de inteligência “ocorre desde que o mundo é mundo”, quando o líder tribal mandava guerreiros às tribos rivais em busca de informações, e continuará “ocorrendo enquanto houver o ser humano sobre a face da terra”. Em seguida, citou inúmeros exemplos históricos de atividades de inteligência, desde as antigas civilizações aos tempos atuais e nos mais diversos lugares. Dos exemplos, concluiu que essa é uma atividade que ocorre muito mais intensamente do que se imagina e, destacou, tanto em períodos de guerra quanto em tempos de paz.

Diante da evidência de que os serviços de inteligência atuam e atuarão nas relações internacionais, porque isso é de interesse dos Estados, o expositor questionou o que fazer, como Estado, como Governo e como sociedade.

Em resposta, afirmou a necessidade de se desenvolverem medidas de contrainteligência efetivas. E, para que essas medidas sejam desencadeadas, apontou que é preciso, sobretudo, vontade política.

Destacou também a necessidade de se desenvolver uma cultura de inteligência no país. Segundo o expositor, o Brasil é prejudicado pela falta de culturas de defesa e segurança nacional, de planejamento e de inteligência. E disse mais, essas culturas não de ser desenvolvidas não apenas entre os servidores civis e militares, mas também na sociedade brasileira e, principalmente, entre os agentes políticos que conduzem o país.

Passou então a analisar as possíveis dúvidas sobre se o Brasil precisa realmente se preocupar com o assunto e se o país seria um alvo em potencial. Apontou, então, que um país como o Brasil, que quer alcançar uma posição de protagonista no cenário internacional e que tem alcançado posições políticas, econômicas e tecnológicas de destaque, tende a ser cada vez mais objeto das atenções internacionais e, por consequência, tornar-se alvo de serviços secretos de Estados e de organizações. Após essa reflexão, alertou para o fato de o país ainda ser muito vulnerável a essas ações.

Para reforçar o argumento, chamou atenção para o fato de que o país sediará nos próximos anos grandes eventos esportivos internacionais, além da Conferência Mundial Rio+20. Lembrando os ataques terroristas das Olimpíadas de Munique, em 1972, o expositor argumentou que, mesmo que não se acredite que o Brasil seja alvo de ataques desse tipo, o país receberá delegações de vários países que o são.

Após essas considerações, levantou dúvida sobre se o Brasil está realmente preparado para esses grandes eventos em termos de segurança. Sobre o tema, expressou preocupação, citando exemplo de que, até pouco tempo, a Secretaria Nacional de Segurança Pública, por meio da Coordenação Geral de Inteligência, estava desenvolvendo uma série de trabalhos voltados à preparação dos serviços de inteligência estaduais para os grandes eventos, mas que, aparentemente, isso fora “colocado de lado”.

Antes de voltar sua análise ao Brasil, o Dr. Joanisval Gonçalves ponderou serem necessárias duas considerações gerais. A primeira, sobre o que é e para que serve a inteligência. Explicou que a atividade de inteligência envolve organizações, processos e produtos que têm um objetivo básico de reunir informações com meios e técnicas específicos para, primeiro, assessorar o processo decisório e, segundo, proteger o conhecimento disponível. Sobre o primeiro objetivo, pontuou, ainda, que qualquer tomador de decisão precisa de conhecimento e que qualquer tomador de decisão que tenha um bom assessoramento de inteligência certamente vai decidir melhor.

A segunda consideração é que é preciso ter bem claro que inteligência e democracia são plenamente compatíveis. Lembrou que as grandes democracias do mundo têm serviços de inteligência bastante atuantes e explicou que essa compatibilidade é possível por causa dos mecanismos de controle, sobretudo o controle externo do Poder Legislativo, que evitam que os serviços de inteligência excedam o poder a eles conferido.

Voltando sua atenção para o Brasil, o palestrante revelou que a atividade de inteligência no país está em péssima situação e que a comunidade de inteligência está sem prestígio, fragilizada e incapaz de executar o mínimo de suas missões. Dessas observações, concluiu que o Brasil, como Estado e como sociedade, está vulnerável.

Continuando, lembrou que a Lei de Inteligência, Lei nº 9.883, de 2009, já tem mais de dez anos. E apontou a existência, decorrido esse período, de problemas relacionados ao Sistema Brasileiro de Inteligência e à Agência Brasileira de Inteligência. Problemas que, listados, seriam: a falta de um mandato claro e de uma distribuição de competência para os distintos órgãos; dificuldade de integração e de cooperação dentro do Sistema de Inteligência Brasileiro; ausência de legislação que dê respaldo à atividade e ao pessoal de inteligência; orçamento insuficiente; a ausência de mecanismos de controle, sobretudo de controle parlamentar, e a ausência de cultura de inteligência no país.

Sobre o primeiro, a falta de um mandato claro e de distribuição de competência para os distintos órgãos, ponderou que a Lei de Inteligência é muito incipiente, não há mandato claro para os diversos órgãos do Sistema de Inteligência.

Em relação ao segundo problema, dificuldade de integração e de cooperação, mencionou que costuma ilustrá-lo usando a analogia de que o sistema de inteligência brasileiro é um arquipélago cujas pontes não foram construídas. Ressaltou que o país conta com vários serviços muito bons e com profissionais de qualidade comparável aos dos de qualquer país, mas que não há uma autoridade central que coordene

os diversos segmentos. Explicou que não há autoridade central porque a legislação não é clara a respeito, ora fala que a Agência Brasileira de Inteligência (ABIN) é o órgão central para coordenar as atividades de inteligência, ora fala que é o Gabinete de Segurança Institucional (GSI), ao qual a ABIN está subordinada.

A respeito da falta de legislação que dê respaldo à atividade e ao pessoal de inteligência, lembrou que o pessoal de inteligência opera nos limites legais e, por isso, necessita de legislação específica que o proteja.

Falando sobre o quarto problema, afirmou que o orçamento para a comunidade de inteligência, particularmente para a Agência Brasileira de Inteligência, há muito tempo é pífio.

Quanto à ausência de mecanismos efetivos de controle das atividades de inteligência, sobretudo de controle parlamentar, apontou que há no Congresso uma Comissão de Controle das Atividades de Inteligência, mas que funciona de forma muito incipiente.

Por fim, alertou, mais uma vez, para o problema de não haver uma cultura de inteligência no Brasil. Expostos os problemas, passou o Dr. Joanisval Gonçalves às mudanças necessárias, mudanças que reputou urgentes.

Em primeiro lugar, destacou a necessidade de se reestruturar o sistema de inteligência do ponto de vista legal. Segundo ele, o país precisa: de uma legislação que dê respaldo à atividade de inteligência e ao seu pessoal; estabelecer mandatos claros para os serviços de inteligência; estabelecer mecanismos de integração e cooperação entre os serviços, analisando-se até mesmo a possibilidade de criação de um órgão central que possa reunir o que é produzido por toda a comunidade e interagir diretamente com o Chefe de Estado, a exemplo do que ocorre nos EUA com o Escritório do Diretor Nacional de Inteligência (*Office of the Director of National Intelligence*).

Afirmou, também, haver uma necessidade premente de reestruturação da ABIN, que precisa ser valorizada e precisa de mais

orçamento. De acordo com o expositor, na atual situação da agência, é impossível fazer um trabalho sério e efetivo.

Retomando o tema dos mecanismos de controle, lembrou que o controle é essencial às atividades de inteligência em um regime democrático, em especial o controle externo por parte do Poder Legislativo. O expositor lamentou, então, o fato de o Congresso não exercer efetivamente suas competências para controlar os serviços secretos.

Outra mudança que julgou necessária foi a implantação da Política Nacional de Inteligência. Prevista na Lei da ABIN apenas em 2009, dez anos depois, o Presidente da República apresentou ao Congresso Nacional uma proposta de Política Nacional de Inteligência. A proposta foi devolvida ao Poder Executivo no final de 2010, mas até agora não foi implementada.

Mencionou uma iniciativa legislativa que reputou importante, a PEC nº 398, de 2009, de autoria do Deputado Severiano Alves, então presidente da CCAI, que eleva a atividade de inteligência a *status* constitucional e cria mecanismos de controle mais eficientes. De acordo com o professor, a Constituição atual, apesar da prolixidade, não traz referência à atividade de inteligência, atividade que considera de grande importância para o Estado e para a sociedade.

Voltando ao tema da necessidade de se fomentar uma cultura de inteligência no país, o expositor, além de louvar a iniciativa, destacou a importância deste Ciclo de Debates promovido pela Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional para o país. Em seguida, asseverou que “serviço secreto não é serviço desconhecido, é importante que a sociedade brasileira conheça, entenda e faça uso dos seus serviços de inteligência. Outros vão fazer se nós não fizermos”.

Antes de encerrar, o Dr. Joanisval Gonçalves voltou-se mais uma vez à questão orçamentária. Comparando o prejuízo do incidente do vazamento das provas do Enem em 2009 ao orçamento da ABIN

naquele ano, demonstrou como um maior investimento em inteligência contribuiria para evitar grandes perdas econômicas.

Finalizando, disse surpreender-se e incomodar-se muito, como cidadão, com a desatenção de sucessivos governos à atividade de inteligência. Após o que expressou profunda preocupação com um Governo que ainda gasta tanto com publicidade e tão pouco com funções de Estado, como, por exemplo, a inteligência.

V – Questionamentos e Debates

- Questão do Senador Luiz Henrique:

O Senador Luiz Henrique trouxe ao debate o tema da inteligência como instrumento de defesa da economia nacional e pediu aos palestrantes que sobre ele comentassem.

Para ilustrar, o Senador citou um caso recente no setor têxtil brasileiro. Antes destacou a importância do setor têxtil, que emprega 18,5 milhões de brasileiros. Explicou o Senador que o setor está sofrendo uma drástica redução da sua atividade, porque não foi capaz de perceber que a redução do plantio em alguns países e as tragédias climáticas em outros países iriam gerar uma redução da oferta. O desdobramento disso foi uma forte e repentina elevação do preço do algodão, que ficou 150% mais caro em apenas um ano. Mencionou que essa dificuldade pode vir a ser intransponível.

- Resposta do Dr. Denílson Feitoza:

De início, o palestrante salientou ser um tema muito oportuno, anotando a pertinência da inteligência voltada para a área econômica do Brasil, um país pacífico, mas com muitas riquezas a proteger. De fato, lembrou que não apenas o setor têxtil precisa ser protegido, há também os segredos industriais e tecnológicos, a agroindústria e muitos outros. Explicou que é função da contrainteligência detectar ameaças e adotar medidas para combatê-las.

O expositor mencionou os esforços da ABIN nesse sentido, por meio do Programa Nacional de Proteção ao Conhecimento. Na opinião dele, no entanto, o programa precisa de mais investimentos.

Sobre a questão das tragédias climáticas, disse que há todo um campo de estudos nos EUA sobre como as mudanças climáticas afetam as questões de segurança nacional. Citou, inclusive, que há extensa literatura anglo-saxônica sobre como as mudanças podem afetar a economia e a segurança do Brasil.

- Resposta do Prof. José Manuel Ugarte:

O Prof. José Manuel Ugarte lembrou, como exemplo de atividade de inteligência em assuntos econômicos, o episódio do SIVAM, em que houve intervenção de agências de inteligência estrangeiras com o objetivo de influenciar o resultado do programa.

Explicou que a atividade de inteligência econômica passou a ter um papel fundamental no pós-Guerra Fria e que a história recente dá mostras de atividades de inteligência e contrainteligência sobre segredos industriais.

- Resposta do Prof. Eugênio Diniz:

Na visão do expositor, a questão do Senador remete diretamente à questão da Política Nacional de Inteligência. Asseverou que, enquanto não houver uma direção clara ao serviço de inteligência sobre o que se deve fazer e em que se deve focar, não haverá mudanças na inteligência nacional. Uma Política Nacional de Inteligência, explicou o professor, permitiria estabelecer essas diretrizes de forma concertada entre o Poder Executivo e o Legislativo.

- Resposta do Dr. Joanisval Gonçalves:

Em resposta, o palestrante apontou que economia é essencial nas relações internacionais. Naturalmente, o assunto atrai a atenção e a atuação dos serviços de inteligência. Explicou que a atuação é dividida em duas linhas: a primeira é a ação externa do serviço de inteligência para obter informações e para influenciar a economia de outros países; a segunda é ação interna, em defesa da economia brasileira. Citou,

então, exemplos de ativos brasileiros que poderiam ser alvo de ações de inteligência de outros países, como as tecnologias agrícolas da Embrapa ou de prospecção de petróleo da Petrobras.

- Questão do Senador Cristovam Buarque:

Antes de fazer sua pergunta, o Senador Cristovam Buarque fez duas considerações sobre o exposto até então. A primeira foi a de que o Brasil tem uma “cultura de que somos pequenos do ponto de vista de potência”, um complexo de inferioridade em relação ao cenário internacional, o que faz com que alguns achem que “inteligência não é coisa da gente”. A segunda, de que existe no país um medo de atividades de inteligência, por conta do histórico de uso de informações contra cidadãos.

Em seguida, perguntou o que o Senado Federal pode fazer para o Brasil ter um grande e eficiente sistema não de “bisbilhotagem”, mas de informações?

Perguntou, também, se existe um órgão que trabalhe com a análise de cenários prospectivos para o Brasil e, não existindo, qual a melhor forma de se criar um?

- Resposta do Dr. Joanisval Gonçalves:

O palestrante destacou a importância dos pontos levantados pelo Senador Cristovam Buarque sobre as necessidades de uma inteligência doméstica forte e de superação do estigma carregado pelos órgãos de inteligência no país. Segundo o Dr. Joanisval Gonçalves, há questões internas que também são de interesse nacional, relevantes, portanto, para as atividades de inteligência. Sobre o segundo ponto, lembrou que há 21 anos da extinção do SNI e que grande parte dos agentes de inteligência atuais entrou em serviço após a redemocratização. Lamentou que, ainda assim, a sociedade não consegue superar a lembrança do período.

Em resposta à segunda pergunta, o expositor primeiro apontou que os serviços de inteligência de outros países investem muito em ações prospectivas ou estimativas. Reconhecendo o grande valor dessas ações, revelou que o Brasil não as desenvolve em larga escala, por falta

de investimento. Asseverou que essas ações seriam atribuições típicas da ABIN. Argumentou que outros centros de pesquisa seriam capazes de produzir estimativas, mas só a ABIN trabalha também com dados sigilosos, uma vantagem decisiva.

Sobre a primeira pergunta, afirmou que o primeiro passo é justamente discutir o assunto, exercer o papel do Poder Legislativo de promover a discussão.

Outra medida que mencionou foi a apreciação das proposições legislativas sobre inteligência que tramitam atualmente no Congresso Nacional. Nesse contexto, citou enfaticamente a necessidade de apreciação da PEC nº 398, de 2009, de autoria do Deputado Severiano Alves, que confere *status* constitucional à atividade de inteligência, dá garantias constitucionais ao pessoal de inteligência e trata do controle parlamentar; e do PRN nº 2, de 2008, que estabelece o Regimento Interno da Comissão Mista de Controle da Atividade de Inteligência – CCAI.

Ao comentar a importância da PEC nº 398, de 2009, apontou que ela foi fruto de rica discussão entre parlamentares e membros da comunidade de inteligência. Para ilustrar, citou a opinião do então Ministro-Chefe do Gabinete de Segurança Institucional sobre a proposição, exaltando seu valor e o quão oportuna fora a iniciativa do Congresso, tendo em conta que o Poder Executivo provavelmente não tivesse condições políticas para tanto.

A última medida, de acordo com o professor, seria estimular os mecanismos de controle da atividade de inteligência, sobretudo os mecanismos do Congresso Nacional. Para isso, reafirmou a necessidade de aprovação do PRN nº 2, de 2008, que estabelece o Regimento Interno da CCAI. Concluindo, explicou que o controle contribui para o aperfeiçoamento e o desenvolvimento do controlado.

- Resposta do Dr. Denílson Feitoza:

O palestrante respondeu que o Senado deve assumir efetivamente as suas funções de controle sobre a atividade de inteligência. Ressaltou que isso é desejo da própria comunidade de inteligência, que sabe que a qualidade da atividade depende do controle parlamentar.

Sobre a outra pergunta, disse que, apesar de os cenários prospectivos poderem ser feitos por vários outros órgãos, as agências de inteligência são as únicas que podem elaborar um cenário prospectivo em um universo antagonico, onde o segredo é essencial.

- Resposta do Prof. José Manuel Ugarte:

Após notar que não há ainda controle efetivo sobre a atividade de inteligência em país algum da América Latina, o palestrante destacou que, para que haja controle, são necessários dois elementos, vontade política e meios humanos e materiais adequados. Especificamente sobre o segundo elemento, asseverou a necessidade de existir pessoal técnico, meios materiais adequados e prerrogativas legais suficientes.

- Resposta do Prof. Eugênio Diniz:

Sobre a elaboração de cenários prospectivos, o professor salientou inicialmente a impressionante capacidade de produção de informações dos órgãos da administração pública. Considerou também que, apesar das especificidades dos cenários prospectivos elaborados por agências de inteligência mencionadas por outros palestrantes, haveria risco de alocação de recursos e competências para uma atividade que poderia ser feita por outros órgãos.

Painel 4

I – Identificação

Assunto: A política externa dos Estados Unidos, União Europeia e Rússia e seus reflexos no cenário internacional

Local: Plenário da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional

II – Participantes

1. Prof. Gilberto Sarfati – FGV-SP;
2. Prof. Luis Fernando Ayerbe – UNESP;
3. Prof. Ângelo Segrillo – USP;
4. Prof. Christopher Coker – London School of Economics.

III – Introdução

Realizou-se, no dia 09 de maio de 2011, às 18 horas, Audiência Pública da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional para tratar do assunto: “Política Externa dos Estados Unidos, União Europeia e Rússia e seus Reflexos no Cenário Internacional”. A presente discussão integra o tema “Geopolítica e Relações Internacionais”, dentro do ciclo de audiências públicas “Rumos da Política Externa Brasileira (2011-2012)”.

Para proferir as palestras, foram convidadas as seguintes autoridades e especialistas: Professor Gilberto Sarfati, da Fundação Getúlio Vargas de São Paulo; Professor Luis Fernando Ayerbe, da Universidade Estadual Paulista – Unesp; Professor Angelo Segrillo, da Universidade de São Paulo – USP e o Professor Christopher Coker, da London School of Economics.

A reunião foi presidida pelo Senador Cristovam Buarque. Estiveram presentes o Senador Eduardo Suplicy e a Senadora Ana Amélia.

IV – Relato das exposições dos palestrantes

1. Prof. Ângelo Segrillo

Considerando que a história da Rússia tem um peso muito grande na situação atual do país, o Prof. Ângelo Segrillo fez um traçado histórico de como foi formado o pensamento estratégico russo em relação à política externa, sob dois aspectos: a relação com o Ocidente em geral e a relação especial com o Brasil.

Primeiramente, falou sobre a dificuldade de classificar o país como oriental, ocidental, europeu, asiático ou como uma civilização a parte, devido a sua dimensão e posição geográfica. Segundo o palestrante, trata-se de um dilema identitário dos próprios russos.

Explicou que o estopim da ocidentalização russa se deu com o reinado de Pedro, o Grande, no final do séc. XVII, início do XVIII. Durante seu governo, foram realizadas reformas radicais, em uma tentativa de modernizar a Rússia, tornando-a mais parecida com a Europa. Desse modo, importou-se desde tecnologia até modelos administrativos e organizacionais europeus, resultando em transformações muito fortes num período muito curto. Com sua morte, os russos se dividiram entre aqueles que achavam que esse caminho foi exato e aqueles que achavam que, com essa estratégia, tinha importado muitas deficiências da Europa.

Conforme o relato do Prof. Ângelo, o debate se consolidou no séc. XIX, com a institucionalização de dois grandes grupos: os ocidentalistas, que concordavam com Pedro que a Rússia era um país europeu e, portanto, tinha que se modernizar como a Europa; e os eslavófilos, que achavam que a Rússia não era nem europeia, nem asiática, mas uma civilização única, com características únicas, e que, portanto, deveria seguir seu caminho próprio. Essa discussão dividiu os intelectuais e a política russa, tornando-se ainda mais complexa com o surgimento de uma terceira corrente, em meados do século XX: os eurasianistas. Estes diziam que Rússia é europeia e asiática ao mesmo

tempo, que sua força vem da mistura do princípio eslavo europeu com o princípio turco-mongólico-asiático. De acordo com o expositor, esses são os três grandes paradigmas mais influentes, tanto na questão identitária interna, quanto na formulação da política externa.

Trazendo para a época atual, salientou o caráter ocidentalista declarado do governo Yeltsin nos anos 90, que tentou aproximar a Rússia do Ocidente, afastando-a da aura comunista por meio da aproximação dos países capitalistas avançados. Para o Prof. Ângelo, o contraste com o governo seguinte, Putin, que por vezes bateu de frente com o Ocidente, fez com que este fosse muitas vezes classificado como eslavófilo ou eurasiologista. Porém, em sua opinião, o atual Primeiro-Ministro é um ocidentalista moderado, pois, apesar de não se posicionar abertamente como partidário de nenhuma das correntes, já declarou que considera a Rússia um país europeu e não tem uma postura antiocidental *a priori*. Os momentos em que bateu de frente com o Ocidente podem ser lidos como momentos que afetavam o Estado russo diretamente, de defesa dos interesses nacionais. Acrescentou ainda que Medvedev, o dirigente atual, também é ocidentalista.

Segundo o professor, a identificação dessa postura é importante, uma vez que define que o relacionamento com a Rússia deve ser feito mais na base da cooptação do que da confrontação. Um relacionamento menos tenso vai levar a respostas menos tensas por parte do governo russo, como vem ocorrendo com o governo Obama, em contraste com o segundo mandato de George W. Bush.

Ressaltou ainda que, na década de 90, a Rússia – que sempre foi uma potência ou uma superpotência no contexto mundial – atravessou um período inédito em sua história, em que, por estar economicamente devastada e sem força para ser assertiva, foi tratada como um país inexpressivo. Com a recuperação econômica dos anos 2000, ela já deu mostras de que não vai aceitar esse tipo de tratamento.

A respeito da relação com o Brasil, o Prof. Ângelo pontuou que é o membro dos BRICS que mais tem a ganhar na relação com a Rússia, pois é o de menor projeção internacional. Em sua opinião,

os BRICS são um multiplicador, uma forma de alavancagem das pretensões brasileiras no cenário mundial, como na busca por um assento permanente no Conselho de Segurança da ONU. Tomando essa questão como exemplo, a Rússia é o único país dos BRICS que já se declarou claramente a favor do Brasil. Desse modo, o bom relacionamento com o país é interessante porque ela pode sensibilizar os outros BRICS em relação às demandas brasileiras. O palestrante explicou que geralmente coloca-se a distância geográfica como um empecilho no estabelecimento de uma relação mais coesa com a Rússia, mas que essa explicação não faz sentido, uma vez que a China, apesar de ser distante, hegemônica em sua região e comunista, é o maior parceiro comercial do Brasil.

Concluindo, disse achar necessário que haja uma institucionalização da relação bilateral Brasil – Rússia, para evitar que o fortalecimento dessa parceria fique à mercê do interesse específico de algum governante, político ou diplomata, como ocorre atualmente.

2. Prof. Luis Fernando Ayerbe

O Professor Luís Fernando Ayerbe falou sobre os Estados Unidos, discutindo algumas questões sobre o posicionamento atual do país na política externa, tanto da perspectiva do governo de George W. Bush, quanto do governo de Obama, e como essas perspectivas aparecem nas relações com a América Latina.

Lembrou que Obama assumiu o governo em meio a uma crise econômica e duas guerras bastante complicadas. Sendo assim, inicialmente, ele tomou várias medidas para estabelecer boas relações e sinalizar algumas intenções de reconciliação, as quais foram criticadas por ex-funcionários do governo de Bush. O pedido de desculpas ao Irã devido ao apoio da CIA ao golpe de 1953 contra o Primeiro-Ministro Mossadegh e as desculpas por causa da utilização de métodos de interrogatórios e de tortura em Guantánamo são exemplos de ações que foram vistas como se os Estados Unidos, o governo Obama estivesse aceitando uma posição de decadência do país.

Na opinião do professor, a postura de Obama recupera uma trajetória semelhante à de Kissinger – quando era assessor de segurança nacional de Nixon – que pode ser chamada de responsabilidades compartilhadas. O momento em que Kissinger assumiu não era crítico como o de Obama, mas os Estados Unidos não poderiam mais arcar sozinhos com a Guerra Fria e precisaram compartilhar posições com seus aliados. A ideia era de reconhecimento de que realmente os Estados Unidos têm de dividir responsabilidades e compartilhá-las. De acordo com o expositor, é a mesma lógica que se faz presente nos governos Carter e Clinton. Este último, apesar de ter governado em uma fase em que os Estados Unidos estavam numa situação econômica e política muito importante, tinha a percepção estratégica de que inevitavelmente, em algum momento, mais cedo ou mais tarde, o país iria compartilhar o mundo com mais polos de poder, não só econômicos, mas políticos e militares.

Em seguida, explicou que a ideia da liderança presente no governo Obama se difere da visão hegemônica, a qual considera que o atual presidente tem sido conivente com a perda de posições dos Estados Unidos no cenário internacional. Há de fato toda uma discussão de que os EUA estão ou numa fase de retração ou numa fase de perda de liderança ou de recomposição de sua liderança, e de que mais polos de poder estão se consolidando ou estão surgindo. Tanto Obama quanto McCain, na campanha eleitoral, reconheceram que o governo Bush negligenciava a América Latina.

Falando especificamente do posicionamento estadunidense com relação à América Latina, afirmou ser possível situar algumas tendências, considerando a importância da região do ponto da estratégia global dos Estados Unidos.

A primeira ocorreu durante o governo Reagan, quando a região, especialmente a América Central e o Caribe tiveram grande relevância na batalha da Guerra Fria contra a União Soviética.

Uma segunda tendência surgiu com o fim da Guerra Fria e a convergência de processos de abertura econômica e política na América

Latina. Nesse contexto, a convicção dentro dos Estados Unidos é de que está se dando uma convergência hemisférica dentro dos padrões do liberalismo econômico e do liberalismo político e de que, portanto, não há grandes ameaças oriundas da região. É um processo que vem do governo Clinton, se acentua com o governo Bush e a chamada guerra global contra o terrorismo – quando o Oriente Médio assume um papel muito importante – e continua com Obama.

No orçamento do Departamento de Estado para operações no exterior, que inclui os programas para a América Latina, o hemisfério ocidental recebe um valor menor que o de Israel. Dentro do que o hemisfério ocidental recebe, praticamente metade vai para três iniciativas que são ações policiais de combate ao narcotráfico e ao crime organizado, que são a Iniciativa Mérida, o Plano Colômbia e as novas iniciativas criadas por Obama. Então, a América Latina realmente não é uma área de grande prioridade, já que é hoje considerada, inclusive por várias organizações não governamentais, como uma das áreas mais pacíficas do mundo. Tanto a Argentina quanto o Brasil são países de pouco risco político e, no continente, os programas em que os EUA têm uma postura mais intervencionista são de financiamento da sociedade civil e organizações opositoras ao governo de Morales e de Hugo Chávez. A Venezuela é o país que recebe menos recursos norte-americanos e praticamente todo dinheiro que recebe vai para a sociedade civil, pois não há programas governo a governo.

A última tendência é oriunda da América Latina, de ampliação da autonomia da região paralelamente à redução de importância atribuída por parte dos Estados Unidos. Há alguns casos de busca de autonomia com um ativismo político antiamericano, como é o caso da Venezuela. Porém, Brasil e Argentina, fora eventuais situações críticas, são países que buscam autonomia, mas sem se colocarem numa perspectiva antagônica com os Estados Unidos.

Desse modo, esse contexto favoreceu o desenvolvimento de uma liderança brasileira, com o surgimento da Unasul, e a expansão das empresas brasileiras nos países vizinhos. Então, o Brasil está numa

situação bastante importante em termos de seu crescimento na América do Sul.

Por fim, salientou que Obama não chegou a apresentar qual é a sua política específica para a América Latina, apesar de ter colocado, durante a campanha, a questão de renovação da liderança dos Estados Unidos na região. Sobre o relacionamento específico com o Brasil, pontuou que o país foi criando certa autonomia nas relações com os EUA, recebendo um tratamento a parte. Sendo assim, a questão que vem sendo colocada é se os EUA continuam sendo hegemônicos na região, mesmo com a autonomia adquirida por vários países, especialmente o Brasil.

3. Prof. Christopher Coker

Tendo como pano de fundo o 10º aniversário do 11 de setembro, o Prof. Coker discorreu sobre as lições aprendidas pelos Estados Unidos desde então. Segundo ele, em 2001, o discurso corrente era sobre a unipolaridade mundial, com o triunfo do liberalismo norte-americano sobre as demais ideologias. Entretanto, após o 11 de setembro, o país passou a reconhecer que não é tão poderoso quanto pensava e que vivemos em uma época muito ideológica, com vários “ismos” emergentes, tanto em cenários regionais quanto no cenário global.

De acordo com o expositor, quando se fala do momento unipolar, é preciso lembrar que os Estados Unidos eram a grande potência na Europa, no final do século passado, e no Oriente Médio, nos últimos 40 anos. Porém, essa influência está passando, em parte devido a acontecimentos no próprio contexto árabe, e em parte devido a atitudes dos EUA, que, em nome da guerra ao terror, deixaram de lado abusos dos direitos humanos de aliados norte-americanos, como Hosni Mubarak.

Nesse mesmo panorama, ressaltou que em dois anos o Irã deve se tornar uma potência nuclear e que, se isso acontecer e Israel anunciar que tem sido uma potência nuclear nos últimos 30 anos, a situação

política no Oriente Médio deve mudar totalmente, dependendo do posicionamento do Estado israelense.

Esclareceu que o que tem sido observado não é a mudança de regime em países isolados, como no Afeganistão ou no Iraque, mas uma mudança de regime no mundo inteiro, com a modelação de uma nova ordem mundial, pós Estados Unidos. Em sua opinião, a causa dessa mudança não são os fracassos da guerra, mas o colapso da confiança na economia americana.

Ressaltou que, nesse cenário em mutação, o envolvimento norte-americano ainda é necessário, porém não mais essencial para que haja transformações no mundo. Segundo ele, a maior mudança é que os Estados Unidos estão procurando parceiros para livrá-los da dificuldade de liderar o mundo, mas os possíveis parceiros não estão querendo ajudá-los. Como exemplo, citou o caso da China, que não se preocupa com as consequências do desenvolvimento nuclear do Paquistão e a instabilidade que isso deve causar na região. Desse modo, sem o apoio de países como China e Rússia, formalmente, os Estados Unidos serão o líder, mas não serão o líder de fato.

No que diz respeito às relações norte-americanas com a Europa, relatou que houve um estremecimento recentemente, devido às invasões do Iraque e à invasão da Geórgia. Nos últimos três anos, tentou-se restaurar essas relações, principalmente com Sarkozy. Contudo, destacou que, atualmente, o Presidente Obama não vai a encontros na Europa, pois não sente que o continente tenha algum papel no rejuvenescimento norte-americano como uma potência do século XXI.

Falando especificamente sobre a União Europeia, disse que eles sabem que não haverá nenhuma superpotência, mas que talvez aspirem ser um superestado, distinto dos Estados Unidos, uma vez que tem um modelo de liderança caracterizado pelo magnetismo e não pela projeção de seu poder. De acordo com o expositor, trata-se de uma alternativa de grande influência há alguns anos, mas que perdeu forças agora que o resto do mundo está em busca de outros parceiros, particularmente os BRICS, que têm um modelo um tanto diferente.

Resumindo, disse que o século XXI começou com uma nova configuração mundial. Nesse contexto, países que buscam o enriquecimento, o desenvolvimento, são, em suas palavras, países ressentidos com relação às potências coloniais e aos Estados Unidos, aos quais culpam pela pobreza e falta de poder. É o caso da Rússia, por exemplo, da China, dos países muçulmanos e do próprio Brasil.

Falando sobre o outro lado da questão, acrescentou que os países alvo desse ressentimento estão com medo. Inicialmente, o medo era com relação ao fundamentalismo, ao terrorismo. Atualmente, é decorrente da emergência de países como a China, por exemplo. Para o professor, o problema é que esse temor faz com que alguns tomem medidas extremas – como Guantánamo, por exemplo – que podem motivar uma reação violenta dos países ressentidos. E o desafio que se faz presente é tentar escapar desse vórtice, o que vem sendo conseguido com sucesso. Como exemplo, citou os problemas recentes no mundo árabe, que, para ele, têm ajudado muito a fazer com que muitos países da região acreditem e tenham mais confiança em si mesmos. Isso se reflete na diminuição do temor por parte dos Estados Unidos e da União Europeia.

Por fim, salientou que o maior desafio nesse mundo pós-americano se encontra nas mãos dos EUA, cuja elite política precisa mostrar uma liderança moral ainda inexistente, se quiser reconquistar a posição que ocupava antes do 11 de setembro.

4. Prof. Gilberto Sarfati

Focando o aspecto de segurança internacional, o Prof. Gilberto Sarfati fez uma linha de apresentação da política externa dos Estados Unidos, Rússia e União Europeia, com o objetivo de mostrar um pouco do entrelaçamento entre elas.

Falando sobre os objetivos fundamentais da política externa norte-americana, destacou que o primeiro deles é a segurança nacional, com três grandes eixos. O primeiro deles é o terrorismo, especialmente depois do 11 de setembro. Segundo ele, várias medidas de política

externa estão entrelaçadas para permitir a defesa ou o combate em locais onde possam acontecer atentados. Nesse sentido, ressaltou o caráter transnacional do terrorismo, que faz com que violações à soberania estatal em nome do combate ao terror sejam cada vez mais comuns. O segundo eixo envolve a questão dos chamados Estados fracos, aqueles cujas instituições não conseguem controlar o que acontece dentro das suas fronteiras. Nesse caso, disse que o perigo está no fato de haver margem para conexões terroristas e realização de atividades ilícitas de um modo geral, como ocorre com a pirataria na Somália. Já o terceiro eixo de preocupação diz respeito aos Estados vilões, ou seja, que têm instituições, mas que, intencionalmente, dirigem-se de alguma forma a combater os Estados Unidos ou os seus interesses em outras áreas do mundo. De acordo com o professor, se a lista de Estados fracos é consideravelmente grande, a dos chamados Estados vilões é bastante reduzida. Nela são incluídos o Irã (cujo desenvolvimento nuclear deve causar grande instabilidade no Oriente Médio), a Coreia do Norte (que, além de possuir arma nuclear, tem o quarto maior exército do mundo) e a Síria (considerada mais fraca do que a Coreia e com chances de sair dessa lista).

Posteriormente, pontuou que o segundo objetivo fundamental da política externa norte-americana é a questão econômica. Segundo o palestrante, se os Estados Unidos são unipolares no que diz respeito à força militar – pois possuem um orçamento militar que faz com que nenhum outro Estado atualmente tenha capacidade de rivalizar com o país –, no aspecto econômico, eles não são mais a grande potência mundial, como o eram logo após a Segunda Guerra. Isso faz com que o país tenha que partilhar processos decisórios de ordem econômica, vacilando entre o unilateralismo e o multilateralismo. O unilateralismo é revelado, por exemplo, por medidas protecionistas que afetam os interesses econômicos brasileiros, como a de dificultar a transformação do álcool em *commodity* internacional. Por outro lado, tem interesse em participar de diversos fóruns econômicos internacionais, uma vez que sabe que precisa dos outros países para que se diminua o caos financeiro mundial.

Em terceiro lugar, citou os objetivos ideológicos que permeiam a ação norte-americana. Dentre eles estaria, por exemplo, o reconhecimento de Estados que julgam estratégicos, como foi o caso de Kosovo. Outro viés ideológico que marca a política externa americana é a promoção da expansão da democracia. Segundo o Prof. Sarfati, na gestão do Presidente Bush houve uma imposição, de certa forma, para que se estabelecessem regimes um pouco mais democráticos, o que talvez tenha incitado a chamada Revolução de Jasmim. Alguns exemplos foram a defesa de eleições municipais na Arábia Saudita e o posicionamento favorável ao multipartidarismo no Egito.

Por fim, o quarto eixo apresentado foi a presença constante de valores humanitários, que poderiam ser confundidos com valores ideológicos. Explicou que, dentro dessa questão, estão, por exemplo, o instrumento de ajuda econômica para países que estejam sofrendo graves problemas econômicos e a intervenção militar por razões humanitárias.

Posto isso, colocou que a política externa norte-americana pode ser alinhada de quatro formas. A primeira é o chamado isolacionismo: a visão de que os Estados Unidos deveriam se fechar e não se envolver nos problemas de outros países. É um posicionamento raro na política americana, com poucos representantes, como Calvin College e, mais recentemente, Pat Buchanan.

A segunda doutrina é a do realismo. Pautado pelo pragmatismo, no realismo há uma busca por defesa de pontos de interesse que faz com que os Estados Unidos atuem além das regiões vizinhas. De acordo com o expositor, o representante mais clássico dessa doutrina foi Henry Kissinger, cujo pragmatismo resultou no que poderia parecer contraditório: o apoio por parte dos EUA a regimes não democráticos, quando o objetivo era apoiar regimes democráticos.

O terceiro posicionamento possível é o neoconservadorismo, cujo maior representante foi o Presidente Bush. É baseado na ideia do excepcionalismo dos Estados Unidos e quase uma missão religiosa, pois parte do princípio de que o país tem a missão de levar a paz, a

democracia e a liberdade para o mundo, o que justificaria a intervenção militar e assim por diante.

Finalmente, a última forma de alinhamento citada é o liberalismo, que estaria baseado na ideia (recomendada pelo Professor Joseph Nye – Subsecretário de Defesa do Presidente Clinton) do *soft power*, ou seja, da aproximação por meio da transmissão de valores. Um representante dessa doutrina teria sido Bill Clinton.

Concluindo esse ponto, o professor relatou que a grande questão atual na política externa norte-americana é a falta de definição da doutrina Obama. Segundo ele, esta parece vacilar entre o liberalismo, presente tanto na proximidade de Hillary Clinton com Joseph Nye quanto na busca de reatamento de relações políticas com alguns Estados, e o realismo, identificado no caso da morte do Bin Laden.

A respeito da União Europeia, disse ser difícil falar de uma política externa comum. Ela estaria desenhada na chamada *Common Foreign & Security Policy*, que foi estabelecida pelo acordo de “Masters”, e, entre 1992 e 1999, funcionou como intergovernamentalismo. Depois de 1999, foi estabelecido um grupo militar – o *European Union Battle Group*, que, atualmente, tem 1.500 homens. Há, portanto, a tentativa de constituir um grande Estado, quando a União Europeia tiver um grande exército. O palestrante esclareceu ainda que a ideia de um grupo militar na Europa surgiu depois do fracasso de Kosovo. Em decorrência disso, o Tratado de Lisboa, em 2009, na tentativa de ampliar a coordenação dos Estados, definiu um alto representante de relações externas e segurança, que, hoje, é a Baronesa Ashton. Porém, seu mandato é extremamente limitado, dependendo do acordo comum de 27 países.

Sendo assim, pontuou que, na prática, não existe política externa comum europeia, principalmente do ponto de vista de segurança. Essa política aparece, fundamentalmente, quando se fala de segurança dentro da OTAN. Em suma, isso significa que, em pleno século XXI, os Estados Unidos continuam tendo um papel fundamental na segurança da Europa.

Sobre a política externa russa, disse ser pautada pela doutrina de esfera de influência, estabelecida em 2000. Partindo do princípio de que a União Soviética não podia ser mais um polo de poder que contrabalançava os Estados Unidos, Putin estabeleceu uma zona de influência, fundamentalmente a região das ex-Repúblicas Soviéticas e os países do Leste Europeu. Nessa região, a Rússia tenta afastar a presença de outros países, notadamente a presença norte-americana. Com base na ideia de balanço regional de poder, é feita uma política de dissuasão, em que, para dissuadir os Estados Unidos a jogar próximo de sua zona de influência, aproxima-se de líderes de regiões mais distantes, como Chávez, Ahmadinejad e Omar Kadafi.

Por fim, concluiu dizendo que os Estados Unidos tentaram restabelecer relações que talvez o Presidente Bush tenha destruído, com a visita de Hillary Clinton à Rússia, no início do governo Obama. Entretanto, apesar dessa ideia de reaproximação, voltou a existir um balanço de poder, muito similar ao que havia, no governo anterior. Desse modo, pode-se dizer que, do ponto de vista da segurança nacional, ainda não apareceram diferenças profundas entre Bush e Obama.

V – Questionamentos e Debates

- Questão do Senador Eduardo Suplicy:

O Senador Eduardo Suplicy lembrou os discursos de Barack Obama em prol da solidariedade e tolerância entre os povos e o episódio que resultou na captura e na morte de Osama Bin Laden para elaborar uma questão. Considerando as informações divulgadas acerca desse episódio até então – que relatam que o terrorista foi totalmente dominado, sem possibilidade de defesa – perguntou aos palestrantes se a forma como se deu a operação não foi além do necessário para se fazer justiça por parte dos Estados Unidos.

- Resposta do Prof. Ângelo Segrillo:

Disse também se preocupar com a maneira como a ação foi executada. Em sua opinião, o terrorista já sai ganhando quando se começa a agir da mesma maneira que ele. Para o expositor, o perigo está em usar métodos terroristas para combater o terror.

- Resposta do Prof. Luis Fernando Ayerbe:

O Professor Ayerbe acredita que, para os setores que acusavam o Presidente Obama de ser alguém pouco decidido na sua relação com os adversários dos Estados Unidos, a ação serviu de resposta no âmbito político. Porém, disse que grupos menos vinculados à propaganda e mais vinculados à realidade afirmam que Obama, em relação a Bush, avançou em uma série de ações que são muito piores, em sua opinião, que o ataque a Bin Laden. Como exemplo, citou que, no primeiro ano de mandato do atual presidente norte-americano, houve mais missões de voos não tripulados, os *drones*, ações de bombardeio, do que nos quatro anos anteriores de Bush. Para ele, isso é mais grave do que o episódio da morte de Bin Laden, do ponto de vista dos direitos humanos.

Concluindo, disse não considerar Obama um pacifista, mas alguém que está disposto a defender os interesses dos Estados Unidos e a agir de acordo com eles, utilizando os meios que considere mais adequados.

- Resposta do Prof. Coker:

O Professor Coker colocou que o cerne da discussão é a decisão de não trazer o Bin Laden como prisioneiro. Pare ele, Obama tinha várias considerações. Uma delas é trazer uma resolução para as famílias cujos parentes morreram no 11 de setembro. Em segundo lugar, o sucesso da ação possibilita que ele faça algo muito difícil, que é continuar com os gastos em defesa, porque vai haver cortes no orçamento nos próximos anos. Além disso, antes da operação, Obama era desprezado pelos militares, que são em sua grande maioria republicanos.

Esclarecendo a complexidade da situação, salientou que há muita diferença entre policiar e guerrear, que a polícia não tem de matar, tem de trazer a pessoa a julgamento, enquanto o exército simplesmente

abate o inimigo. Enquanto a polícia depende da legitimidade da operação, do suporte da população, as guerras não são apoiadas pelo povo. Finalizando, disse acreditar que a comunidade internacional achou que se tratava de uma operação de polícia, enquanto Obama pensou de outra forma.

- Resposta do Prof. Gilberto Sarfati:

Explicou que, em 2002, o governo Bush estabeleceu uma doutrina de segurança nacional que quebrou com a tradição de todo o século XX. Antes, havia a chamada doutrina de dissuasão, segundo a qual bastava mostrar as próprias armas para se proteger dos ataques de outros Estados. A partir de 2002, se estabeleceu o unilateralismo, o que significa que, se há alguma questão de segurança do interesse dos Estados Unidos, o país age logo, sem esperar um posicionamento do outro Estado envolvido. Ou seja: significa passar por cima da soberania. O que se esperava quando Obama assumiu é que a doutrina de segurança nacional quebrasse com o unilateralismo estabelecido no governo Bush, o que não ocorreu.

Acrescentou ainda que deve haver um aumento da política chamada de assassinatos seletivos, segundo a qual, ao invés de se enviar várias tropas para algum lugar onde se enxergue uma ameaça, é enviado um grupo de elite de soldados ou da CIA para o local, com o objetivo de fazer um assassinato. Alertou que se trata de uma questão muito séria, sobre a qual o Brasil e a própria Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional do Senado Federal devem refletir, pois como o terrorismo transcende a soberania estatal, tende a se tornar algo estabelecido na política externa norte-americana.

- Questão da Senadora Ana Amélia:

A Senadora perguntou ao Professor Gilberto sobre como são resolvidas questões de constrangimento diplomático dentro da própria União Europeia. Como ilustração, citou o episódio decorrente da Primavera Árabe, quando houve imigração muito forte de africanos para a Itália e uma resistência muito grande por parte dos outros países quanto à concessão de vistos temporários.

- Resposta do Prof. Gilberto Sarfati:

O Professor Sarfati começou sua explicação falando sobre a chamada Zona Schengen. Segundo ele, recentemente, o Presidente Sarkozy e o Presidente italiano pediram para rever o Acordo de Schengen, visando aumentar o controle das fronteiras. Essa questão está fundamentalmente ligada ao fato de esses países se sentirem culturalmente ameaçados pelos países do Magrebe, pois tanto a França quanto a Itália têm uma cultura monolítica, muito homogênea. É um problema que não ocorre no Brasil, caracterizado pelo multiculturalismo. Já na França, há o medo de transformação da cultura a partir da entrada de imigrantes. Há, por exemplo, no país, descendente de marroquinos, de segunda ou terceira geração, que não consegue se identificar como francês.

- Questão da Senadora Ana Amélia:

Para o Professor Ângelo, fez uma indagação a respeito do papel de Gorbachev como líder russo, se seu único feito significativo foi a abertura da Rússia para um processo democrático. Solicitou ainda que falasse sobre o espaço que a máfia tem no país.

- Resposta do Prof. Ângelo Segrillo:

O Professor Segrillo disse considerar Gorbachev uma figura meio trágica, no sentido de que ele foi superimportante na história do mundo, fez transformações importantíssimas, mas com consequências positivas e negativas. Contou que foi fazer mestrado na Rússia em 1989, época em que Gorbachev estava em baixa, devido à crise econômica que o país enfrentava. Do seu ponto de vista, no contexto atual de preocupação com a construção de uma nova Rússia, o antigo líder acabou ficando de lado. Porém, como historiador, acredita que só com o tempo é possível avaliar de fato a importância dos personagens históricos.

Quanto à questão da máfia, pontuou que ainda é um problema sério. De acordo com o palestrante, melhorou em 1990, no Governo de Yeltsin, em função da confusão que foi a transformação sistêmica

rápida, com uma crise econômica forte. Ademais, Yeltsin dava muito poder aos líderes regionais, em troca de apoio nacional. Contudo, relatou que nos anos 90, problemas de negócios eram muitas vezes resolvidos à bala. Nos anos 2000, está mais controlada em certos nichos, mas é ainda um problema forte, estando associada à corrupção. Enfim, explicou que essas máfias surgiram ainda na época da União Soviética, quando havia problema de abastecimento. Com isso, acabaram surgindo máfias de fornecimento.

- Questão da Senadora Ana Amélia:

Considerando que o Professor Luís Fernando disse em sua apresentação que, atualmente, a América Latina tem pouca relevância para os Estados Unidos, perguntou a ele os motivos da visita de Obama ao Brasil.

- Resposta do Prof. Luis Fernando Ayerbe:

O Professor Ayerbe explicou que, na prática, Obama não tem uma política específica para a América Latina, que a viagem para Brasil, El Salvador e Chile ocorreu em função da necessidade de se dar uma resposta à questão do posicionamento norte-americano com relação ao continente. Lembrou que o presidente participou da I Cúpula das Américas, onde assinou reunião com a Unasul, votou favorável à questão de Cuba na OEA, mas que não há uma política abrangente.

- Questão do Senador Cristovam Buarque:

Sobre a Rússia, o Senador questionou acerca do posicionamento do governo em relação ao meio ambiente e em relação à teoria do choque de civilizações, de Huntington. Em seguida, perguntou se o conceito de liberdade já está entranhado na população russa e se esse conceito se difere de alguma forma do nosso. Acrescentou ainda um ponto à pergunta formulada pela Senadora Ana Amélia sobre Gorbachev e indagou sobre o que foi feito dos assessores que ajudaram Gorbachev a formular a Perestroika. Por fim, perguntou sobre como a Rússia tem visto a Rio +20, que discutirá o futuro do mundo, especialmente no que se refere ao meio ambiente e à pobreza.

- Resposta do Prof. Ângelo Segrillo:

Sobre os assessores de Gorbachev, disse que os que estão na ativa estão na vida acadêmica, mas que politicamente são considerados ultrapassados.

A respeito da política ambiental, ressaltou que os russos têm uma ligação muito forte com a natureza e possuem a maior área de florestas do mundo, que só não é contínua como a Amazônia. Como exemplo, citou o controle do desmatamento, que, por herança do planejamento prévio característico da União Soviética, é muito mais forte do que no Brasil. Porém, acrescentou que, de modo geral, o perigo é que o tamanho do território pode causar certa leniência com relação à questão em longo prazo. Especificamente sobre a Rio +20, afirmou não ter muito conhecimento sobre a visão do país.

Quanto ao choque de civilizações, enfatizou que a tese é muito mal vista na Rússia, por ser um Estado multinacional. A concretização de tal teoria criaria clivagens internas imediatas, o que, internamente, causa muito medo.

Finalmente, introduzindo a explicação do conceito russo de liberdade, ressaltou que não conhece nenhum povo que goste de viver sob um domínio forte, que não anseie pela liberdade. Contudo, destacou que os russos estão muito ligados à ideia de um Estado forte, o que é difícil de entender do ponto de vista ocidental. O Ocidente é muito ligado ao liberalismo, que enfatiza os direitos individuais e até tem grande desconfiança do Estado, o qual pode ser um potencial supressor das liberdades individuais. Explicou que isso remonta à origem do liberalismo, na Inglaterra, como forma de superar os conflitos religiosos na disputa pelo poder. A religião foi jogada à esfera individual e tentou-se manter o Estado longe dessa questão. Já a história russa foi diferente. Surgiu a partir do chamado Estado Kievano, uma confederação solta de cidades-estados existente do século IX ao XII, que não conseguiu superar o tranco militar dos mongóis, que dominaram a Rússia por dois séculos – do século XIII ao XV. No século seguinte, o domínio ficou nas mãos do Estado Moscovita, baseado na ideia de um Estado forte e centralizado, a partir do qual surgiu o Império Russo. Desse modo,

a psique social russa é marcada por essa experiência na qual uma confederação solta de cidades-estados, um Estado fraco, não unificado, não conseguiu superar o tranco militar estrangeiro. Já com um Estado forte, houve florescimento cultural, expulsão dos estrangeiros e a criação de um império. Sendo assim, é difícil que os russos tenham um pensamento liberal como no Ocidente. O liberalismo teve uma chance nos anos 90, com Yeltsin, mas ficou muito associado à crise econômica, perdendo muita força nos anos 2000. Isso não quer dizer que não haverá democracia na Rússia, mas que provavelmente não será uma democracia liberal, do estilo da Inglaterra, dos Estados Unidos.

- Questão do Senador Cristovam Buarque:

Diretamente para o Professor Luis Fernando, perguntou como a política externa brasileira deve ser orientada, tendo em vista que a América Latina não é um problema que incomode, preocupe ou chame a atenção dos Estados Unidos.

- Resposta do Prof. Luis Fernando Ayerbe:

Com relação ao comportamento que o Brasil deve adotar, disse acreditar que a postura brasileira, de marcar suas referências quando tem de marcar – mas sem ter um ativismo militante por princípio, de acordar com os Estados Unidos naquilo que tem de acordar, de manter uma relação de diversidade, buscar parceiros no mundo, é uma política pragmática adequada. Em sua opinião, não é uma boa estratégia a atitude provocativa de Chávez.

Por fim, acrescentou que o fato de os EUA terem deixado de estar tão presentes foi positivo para a América Latina, pois favoreceu a autonomia do continente.

- Questão do Senador Cristovam Buarque:

Considerando que as bases ideológicas americanas – a liberdade individual, aumento do consumo, respeito à lei e ampliação territorial – estão se esgotando devido a realidades atuais, tais como o terrorismo, preocupação ambiental e a presença da cultura americana em todo o

mundo, perguntou ao Professor Coker se é a China que está avançando ou se são os Estados Unidos que estão perdendo o vigor.

Ao mesmo palestrante, tomando como base um livro de sua autoria, *Barbarous Philosophers*, em que diversos filósofos analisam a guerra, questionou qual filósofo daria uma melhor explicação para a luta contra o terrorismo, exemplificada pelo caso da morte de Osama.

- Resposta do Prof. Coker:

A respeito do declínio dos Estados Unidos, o Professor Coker lembrou que a moeda norte-americana ainda é a mais forte no mercado mundial. Entretanto, considera que o grande problema está no fato de os americanos estarem comprometidos com uma ideologia, chamada de excepcionalismo americano, que lhes serviu muito bem no século XX, nas lutas contra o inimigo, como a Alemanha, a União Soviética, mas que é inútil no século XXI. A linguagem excepcionalista foi usada, em diferentes momentos, pela Rússia, pelo império britânico e por outros países, mas é um tipo de discurso que não cabe mais no mundo globalizado. Então, sua posição é a de que os Estados Unidos têm que começar a pensar no presente, que Obama ainda está comprometido com uma história que não dá para levar adiante.

Quanto à análise filosófica da guerra ao terror, disse que Osama Bin Laden era diferente dos demais terroristas porque tinha uma filosofia política. Segundo o Professor, essa filosofia é chamada pelos filósofos de criminalidade objetiva. Consiste em considerar um indivíduo criminoso não porque ele cometeu um crime, mas porque faz parte de um grupo de pessoas considerado criminoso. Stalin e Hitler, por exemplo, adotaram esse pensamento. Desse modo, seguindo essa linha, Bin Laden declarou guerra contra os americanos e não contra o governo deles. Portanto, foi essa forma de pensar que culminou na sua morte.

- Questão do Senador Cristovam Buarque:

Ao Professor Gilberto Sarfati, indagou sobre como deve ser a política externa do governo da Presidenta Dilma.

- Resposta do Prof. Gilberto Sarfati:

O Professor relatou que, a partir do governo Fernando Henrique, houve uma quebra da tradição do Itamaraty como centro decisório da política externa brasileira a partir do fortalecimento da diplomacia presidencial. Lembrou que o Ministério de Relações Exteriores é o mais antigo ministério do Brasil, presente desde a época da Monarquia, e que conta com uma tradição e um respeito gigantesco internacionalmente. Contudo, disse acreditar que a Presidenta Dilma esteja retomando esse caminho tradicional.

Entretanto, considerando a tradição diplomática brasileira, disse questionar a candidatura do Brasil ao Conselho de Segurança da ONU. Do seu ponto de vista, essa candidatura significa deixar de se abster em questões que não afetam o país ou sua zona de influência – a América do Sul – diretamente. Isso seria uma mudança na visão do Brasil como um país conciliador. A busca de uma projeção mundial, nesse caso, significa assumir responsabilidades globalmente, enviar tropas para zonas de conflito onde não necessariamente serão bem recebidas. Para o expositor, não há muito benefício nisso. Em sua opinião, em lugar da busca por um assento deveria haver um questionamento sobre o papel da ONU hoje em dia, sobre se o Conselho de Segurança traz, de fato, mais segurança.

Painel 5

I – Identificação

Assunto: A Política Externa de China, Índia e África do Sul e seus Reflexos no Cenário Internacional.

Local: Plenário da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional

II – Participantes

1. Prof. Severino Bezerra Cabral Filho – Instituto Brasileiro de Estudos de China Ásia-Pacífico – IBECAP;
2. Prof. Oliver Stuenkel – Fundação Getúlio Vargas de São Paulo – FGV-SP;
3. Dr. Ubiratan Castro de Araújo – Fundação Pedro Calmon da Bahia;
4. Prof. Ricardo Sennes – Universidade de São Paulo – USP.

III – Introdução

Realizou-se, no dia 16 de maio de 2011, às 18 horas, Audiência Pública da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional para tratar do assunto: “A Política Externa de China, Índia e África do Sul e seus Reflexos no Cenário Internacional”. A presente discussão integra o tema “Geopolítica e Relações Internacionais”, dentro do ciclo de audiências públicas “Rumos da Política Externa Brasileira (2011-2012)”.

Para proferir as palestras, foram convidados os seguintes especialistas: Prof. Severino Bezerra Cabral Filho, do Instituto Brasileiro de Estudos de China Ásia-Pacífico; Prof. Oliver Stuenkel, da Fundação Getúlio Vargas de São Paulo; Prof. Ricardo Sennes, da Universidade de São Paulo e Dr. Ubiratan Castro de Araújo, da Fundação Pedro Calmon da Bahia.

A reunião foi presidida pelo Senador Fernando Collor. Estiveram presentes os Senadores Cristovam Buarque e Pedro Simon.

IV – Relato das exposições dos palestrantes

1. Prof. Severino Bezerra Cabral Filho

Iniciou sua apresentação fazendo um breve relato sobre as grandes e rápidas transformações ocorridas no mundo nos últimos anos. Citou a revolução dos meios de comunicação e de transporte, a relativização das distâncias e a criação de uma nova ordem mundial. Segundo ele, se, por um lado, essa nova ordem se estrutura no entendimento e na cooperação dos países, na independência e autodeterminação dos povos, por outro, ela gera tensão e instabilidade, pois pressupõe rápido crescimento econômico e social de nações em diferentes estágios de desenvolvimento.

O expositor lembrou o relatório da firma londrina Goldman & Sachs, elaborado pelo economista Jim O’Neill, em 2001, que cunhou o acrônimo BRIC para designar o Brasil, a Rússia, a Índia e a China, como países que se situariam no topo do sistema mundial por volta de metade do século XXI. Deslocariam, nesse percurso, o Reino Unido, a Alemanha e a França; sobriariam os Estados Unidos da América e o Japão.

Apesar de reconhecer que há muitos motivos para criticar esse trabalho, o professor acredita que ele identificou acertadamente, há dez anos, várias tendências em curso no mundo atualmente.

A primeira delas diz respeito ao surgimento, no cenário internacional, de quatro grandes países que, pelo tamanho territorial, a densidade populacional, os recursos naturais e a economia crescente, realmente entraram no sistema de poder mundial. Para o depoente, essas são características importantes para a pujança econômica das nações no futuro.

O professor relatou que se observa, hoje, o deslocamento da economia mundial para o leste da Ásia e para o Pacífico, para onde afluem as maiores trocas econômicas e onde surge um quadrilátero importante, formado pela Rússia, China, Japão e Estados Unidos da América. Além desses países, grande parte da disputa de poder no mundo gravita na região que vai do norte da África até os confins da Ásia Central, os Bálcãs Eurasianos, cuja maioria da população é árabe.

Isso evidencia que caminhamos para um sistema mundial multipolar de poder, que, segundo ele, será marcado essencialmente pelos países que constituem o BRICS – Brasil, Rússia, Índia, China, além da África do Sul, inserida em 2011. Eles possuem uma pauta comum: enfrentam o desafio de manter o crescimento interno, ao mesmo tempo em que buscam o desenvolvimento sustentável e pacífico; trabalham para a reativação da economia mundial e consequente retomada dos altos níveis de crescimento e desenvolvimento mundial; e lutam contra a ampliação da desigualdade, da degradação ambiental e do hiato financeiro, científico e técnico, existente entre os países industrializados e o mundo em desenvolvimento – resultantes de uma economia globalizada.

O professor ilustrou a irrupção, na cena internacional, da força conjunta dos países emergentes, reunidos sob a sigla BRIC, ao citar o encontro dos chanceleres do Brasil, Rússia, Índia e China na capital brasileira. Citou também a participação dos presidentes desses países na reunião anual do G-20, em Seul, acompanhados do México e Argentina, onde, mais uma vez, puderam debater, com as demais potências globais, os rumos da política internacional, a continuidade da crise mundial e a proposta de uma nova arquitetura financeira internacional.

Lembrou do risco que algumas nações correm com o aumento de tensões separatistas geradas por movimentos sociais radicais, étnicos e religiosos, de fundo político-ideológico. Nesse sentido, percebe-se uma crescente instabilidade nas diversas regiões do mundo, notadamente naquela que se situa no epicentro da crise mundial, estendendo-se do Norte da África e do Médio Oriente ao Centro e Sul da Ásia.

Acredita que a solução para o equilíbrio da força mundial, após a Guerra Fria, continua a ser a construção de uma aliança estratégica entre os maiores países do mundo, que emergem para a cena internacional. A estrutura de poder mundial só será alterada de maneira positiva, sem quebra da unidade alcançada com o final do processo de colonização centralizada na Europa, com o surgimento de novos suportes da estabilidade da ordem internacional.

Disse que, hoje, pratica-se o que se poderia chamar de “chantagem climática e ambiental”. Em nome do combate à dissipação de recursos, tenta-se impedir o desenvolvimento. O professor acredita que ambientalistas conservadores erguem barreiras ao crescimento e à geração de riquezas, assim como organismos internacionais praticam o protecionismo a favor dos países desenvolvidos. Ambas as atitudes dificultam políticas favoráveis ao desenvolvimento.

Presume que a estratégia das nações desenvolvidas dirigir-se-á para um reforço na proteção dos próprios recursos naturais e humanos, o que poderá ocasionar uma corrente protecionista entre as economias industriais e acarretar a deterioração do comércio mundial, com sérios entraves para o desenvolvimento dos países emergentes.

Segundo o professor, tendo em vista a crescente presença das nações emergentes na cena internacional, bem como o papel de protagonistas que desempenham no campo das práticas econômicas, o Brasil e os demais países do BRICS devem não só liderar o esforço mundial para a superação desses problemas econômicos e ambientais, mas também orientar o ritmo do crescimento da economia do mundo nas próximas décadas. O desafio será garantir o crescimento de suas economias, ao mesmo tempo em que praticam o desenvolvimento sustentável. Os textos e documentos divulgados pelos sites do Ministério de Relações Exteriores mostram o significado da união estratégica desses gigantes do mundo emergente.

O professor ressaltou que o mundo começa a se familiarizar com a sigla BRICS e com o que ela significa para a ordem mundial multipolar, que está sendo criada num ambiente ainda marcado pelos acontecimentos

que geraram as Guerras do Golfo e pelo atentado de 11 de setembro de 2001. Esses países somam, juntos, 42% da população mundial, 14,6% do PIB e 12,8% do comércio mundial, em números de 2008.

O expositor destacou o surgimento da China como a grande potência do momento, tanto pela dimensão da população e do território, quanto pelo vigor da economia, detentora do segundo PIB do mundo e primeira em recursos financeiros.

Considera que o Brasil, gigante na produção de alimentos e de energia, maior fronteira agrícola do mundo, precisa enfrentar o desafio de inovar nessas áreas e acompanhar as transformações em curso no mundo. Deve, também, consolidar uma relação estratégica e de longo prazo com a China, como foi outrora com a Europa e com os Estados Unidos da América. Segundo ele, são questões decisivas para a segurança brasileira e a defesa nacional no século XXI.

O Prof. Severino lembrou a Cúpula de Chefes de Estado e de Governo do BRICS, reunida em Sanya, na China, em 14 de abril de 2011. Para ele, o encontro fez crescer a expectativa desses países de criarem uma pauta em torno de interesses comuns e de coordenarem seus esforços na contenção dos efeitos da crise econômica global. Ao mesmo tempo, eles propõem a reforma do sistema financeiro internacional, a fim de favorecer melhor administração da crise em benefício de todos os membros da comunidade internacional. A negociação política que encabeçam não ameaça nenhum país ou bloco de países, mas tem o caráter de resguardar os interesses dos países e povos do mundo em desenvolvimento.

O professor, ao final, manifestou a crença de que a ordem mundial que se anuncia para o século XXI será democrática, cada vez mais interligada pelo entendimento entre os povos e pelo conhecimento. Crê que a transigência e a harmonia, dentro da diversidade, serão postas em prática. Acredita que os interesses diferentes, mas convergentes, defendidos pelos países do BRICS, podem representar um princípio cultural e civilizacional de valor universal, capaz de sustentar a nova ordem multipolar.

2. Prof. Oliver Stuenkel

Iniciou sua explanação citando uma frase de um diplomata indiano, que lhe disse, em janeiro de 2011: “O ocidente pode ser o dono dos relógios, mas nós (países emergentes) somos donos do tempo”. Para o professor, essa frase, em que pese ao fato de representar um aumento na confiança e na vontade dos países emergentes de assumir a liderança e a responsabilidade global, é mais retórica do que real. Ele não acredita na existência dessa categoria de países chamada emergente e pergunta se faz sentido agrupá-los, pois não se pode esquecer que são nações com interesses diferentes e em situações distintas.

O palestrante relatou em seguida algumas semelhanças e diferenças entre essas nações. Começou lembrando que a China, diferentemente dos outros países, já se consolidou como potência no cenário mundial, por fazer parte da instituição internacional mais importante atualmente, que é o Conselho de Segurança da ONU.

Afirmou ser impróprio dizer que há uma aliança natural entre Brasil, China e Índia, pois todos, econômica e politicamente, possuem características específicas. China e Índia são importadores de matérias primas, enquanto Brasil e Rússia, exportadores. Há, no BRICS, países democráticos, a Índia e o Brasil; há outro sem sistema democrático saudável, a Rússia; e um não democrático, a China. Ou seja, há muitos temas que não se podem abordar com todas as potências emergentes.

Ao mesmo tempo, segundo o palestrante, existem semelhanças. Vislumbra o que chama de tensão de identidades, uma questão comum à China, à Índia, à África do Sul e ao Brasil, que querem assumir papel internacional preponderante, mas enfrentam problemas internos sérios. Em algumas situações, comportam-se como países em desenvolvimento, em outras, como países emergentes; uma dicotomia que, a seu ver, cria conflitos não apenas internacionalmente, mas também internamente. Como exemplo, citou a fala do então Presidente brasileiro, Luis Inácio Lula da Silva, que, ano passado, ao mesmo tempo em que criticava o Fundo Monetário Internacional, emprestava-lhe dinheiro. Vale dizer, usava de uma retórica de país em desenvolvimento e assumia

responsabilidades como país desenvolvido. Ainda como exemplo da contradição, lembra que há trezentos milhões de pobres na Índia, oitenta milhões na China e quarenta milhões no Brasil, e, mesmo assim, são países que querem assumir obrigações em nível internacional.

Propôs também a reflexão sobre se é possível algum país vir a ter liderança global sem ser um líder regional. Segundo ele, nem China, nem África do Sul, nem Brasil controlam inteiramente as respectivas regiões e relutam em assumir essa responsabilidade, que envolve custos enormes. Apesar disso, tentam se impor como líderes regionais. Os Estados Unidos da América, que desempenham o papel de projetar poder, perdem essa capacidade pouco a pouco. A Índia e a África do Sul perguntam-se até onde o fato de serem países democráticos deve influenciar a política externa deles a ponto de promoverem a democracia nos países vizinhos. A questão que se coloca para o Brasil é se deve intervir caso haja algum atentado contra a democracia em algum país latino-americano.

O Prof. Oliver Stuenkel comentou a ascensão da China, que tenta não ser vista como um rival dos Estados Unidos e do sistema atual e será o país hegemônico no médio prazo. Mudará fundamentalmente a economia e o pensamento ocidental. O principal objetivo chinês é o controle estratégico do Oceano Índico, o que ocasionará rivalidade entre a Índia e a China. Além disso, o professor afirmou que os principais desafios desse gigante asiático são a instabilidade política, a questão ambiental, o problema da corrupção e o envelhecimento populacional.

Afirmou que o Brasil deve reorientar sua política para incentivar bolsas de estudo e acordos de cooperação com vista a entender melhor a civilização e o modo de pensar chineses. Destacou a contradição de esse gigante asiático já ser o parceiro comercial brasileiro mais importante, numa dependência econômica que apenas começa, e, apesar disso, o Brasil possuir somente onze diplomatas em Pequim, menos do que em Roma, capital de um país que, em longo prazo, não tem importância econômica para o Brasil. Como comparação, disse que os americanos mantêm 220 representantes oficiais na capital chinesa e possuem os maiores especialistas mundiais em assuntos sobre a China.

Enquanto no Brasil não existe nenhum centro de estudos sobre essa nação oriental, nos Estados Unidos há 120. Considera incoerente que os jovens, saídos das universidades brasileiras, dirijam-se à Europa ou aos Estados Unidos, ao invés de se dirigirem à China, ou mesmo à Índia. Também não vê muito interesse do setor privado brasileiro de entrar na China, onde há somente quarenta empresas nacionais.

Ressaltou, mais uma vez, a importância, para o governo brasileiro, de incentivar a política de aproximação com os chineses não só para aprimorar os conhecimentos sobre a China e entender a forma de organização administrativa e política do país, mas também para melhor se adaptar às mudanças futuras em relação à ordem mundial. Como exemplo das dificuldades que se apresentam, disse que os acadêmicos precisam viajar várias vezes a esse país para saber com quem conversar, pois as estruturas administrativas são bem menos transparentes. Na China, há uma estrutura dupla, vale dizer, todas as posições existem no governo e no partido. Os brasileiros falam com o governo, como é de esperar, mas quem toma decisões é o partido; o governo as executa.

O Prof. Oliver frisou que nações como a Índia e a própria China priorizam o conhecimento prévio, necessário para aprofundar e melhorar as relações entre os países. Na Índia, há grande número de pessoas que estudam o idioma chinês, assim como aumenta o número de estudantes chineses que buscam compreender melhor o país de Mahatma Gandhi. O governo chinês, há pouco tempo, contratou vinte pesquisadores, todos fluentes em português, para entender o Brasil.

Segundo o expositor, outra questão crucial para o desenvolvimento dos países emergentes é a batalha por talentos, que se relaciona diretamente tanto com a capacidade do país de inovar e de deixar o papel de fornecedor de *commodities*, quanto de se tornar mais competitivo. Isso se dará pela formação ou pela imigração de trabalhadores qualificados. Para o professor, a China, a Índia e o Brasil devem reformar as políticas de imigração, de forma a atraírem mão de obra qualificada, como fazem a Europa e os Estados Unidos ao adotarem incentivos, baseados em competência.

Na opinião do palestrante, em 2050, aproximadamente, a economia indiana será ainda maior que a chinesa. Devido à estabilidade política e ao maior grau de inovação, esse país possui melhor perspectiva no longo prazo do que a China. Ao mesmo tempo, destacou os principais problemas indianos, já citados anteriormente, comuns às nações emergentes, quais sejam: enfrentar desafios domésticos versus assumir responsabilidades em nível mundial, assim como ser potência global sem ser potência regional. Apontou os graves constrangimentos regionais indianos devidos ao conflito fronteiriço com a China e o Paquistão. Ressaltou a existência de um intenso debate interno na Índia sobre o fortalecimento do comércio com a China e a possibilidade de confronto militar com os chineses, sem poder contar com uma aliança com os Estados Unidos da América.

Em relação à África do Sul, o Prof. Oliver apontou a necessidade dessa nação, comum a outras nações emergentes, de assumir responsabilidade como potência mundial. Citou o caso dos direitos humanos no Zimbábue como sintomático. A nação africana vive também uma incerteza sobre a posição a tomar com a Líbia no mundo atual. Relembrou que a África do Sul foi um dos poucos países a condenar o assassinato de Osama Bin Laden e o único a não felicitar Liu Xiaobo, crítico literário chinês, pela outorga que lhe fora feita do Prêmio Nobel da Paz.

3. Dr. Ubiratan Castro de Araújo

Informou que falaria sobre a relação bilateral entre o Brasil e a África do Sul e a reconhecida liderança brasileira na articulação da política continental africana. Disse que acumulou conhecimentos durante quatro anos, de 2003 a 2007, quando esteve à frente da Fundação Cultural Palmares do Ministério da Cultura, e desempenhou um papel auxiliar do Ministério das Relações Exteriores em matéria de política africana.

Afirmou a complexidade da política internacional contemporânea depois da superação da polaridade estabelecida após a 2ª Guerra Mundial, que impôs o alinhamento automático das nações

em dois estados antagônicos, EEUU e União Soviética. Hoje, o cenário global espelha um complexo sistema de blocos concorrentes, não exclusivos, que se constituem em novos polos de interesses políticos, econômicos, culturais e de identidade.

Segundo o Dr. Ubiratan, o Brasil deixou de fazer parte de um conjunto de países subdesenvolvidos, subordinados ao império informal norte-americano e afirmou sua soberania pela adesão a vários círculos de articulação regional, em função de interesses particulares. Hoje, participa ativamente da ampliação do chamado G20, para fazer valer os interesses dos países localizados no eixo Sul-Sul; faz parte igualmente do MERCOSUL; articula-se aos países da América do Sul; compõe a Comunidade de Países da Língua Portuguesa (CPLP), juntamente com países lusófonos de quatro continentes; participa do fórum intitulado IBAS, uma iniciativa dos países Índia, Brasil e África do Sul, para promover a cooperação entre o eixo Sul-Sul. Mais recentemente, a partir da criação do conceito BRIC, que engloba Brasil, Rússia, Índia e China – incluída posteriormente a África do Sul –, faz parte também de um fórum de países emergentes, que possuem interesses semelhantes na economia e na governança mundiais.

Na opinião do expositor, esse novo bloco regional não reflete nenhuma história especial de cooperação, nenhuma herança cultural comum, tampouco qualquer identidade política dos países que dele participam. A convergência consiste em interesses conjunturais na negociação da governança mundial. Interessa a todos a regulação do comércio mundial, a circulação de capitais, a representação nos fóruns internacionais de decisão. Acredita que a própria dinâmica desse agrupamento pode constituir no futuro uma aliança mais estável do que uma simples plataforma de reivindicações. Para tanto, seria necessário levar em consideração as relações bilaterais entre os países participantes.

Destacou, em seguida, as relações entre o Brasil e a África do Sul, no interior deste novo bloco de cooperação internacional, que se regem mais por uma herança cultural comum e por imperativos de uma geopolítica do Atlântico Sul que por interesses conjunturais.

Segundo ele, a política externa em relação à África, desenvolvida pelo então Presidente Luís Inácio Lula da Silva, desde o primeiro mandato, em 2003, pautou-se pela independência, com a inclusão, em todas as instâncias decisórias, dos países do eixo Sul-Sul, ou seja, daqueles que não integram o restrito grupo dos chamados países ricos. Buscou-se a interlocução política com os países africanos, os mais excluídos dos fóruns de decisão internacionais.

Os avanços percebidos nas relações entre esses dois países, no entanto, não se explicam pelas variáveis da política internacional, mas pela exportação das medidas de promoção da igualdade racial, instituídas desde 2003, no Brasil. Negociada com o movimento afro-brasileiro, a conexão Brasil-África reflete as convicções reafirmadas pelos militantes negros brasileiros de proclamar a ancestralidade africana do Brasil e rejeitar a escravidão como referência da identidade nacional. Uma visão que identifica o povo brasileiro como vítima do cativo, vencedor da escravidão e herdeiro de uma cultura antiga, originária de grandes civilizações africanas.

O Dr. Ubiratan enfatizou que, graças ao consenso entre os cidadãos negros brasileiros sobre o pan-africanismo, a atuação brasileira em todos os fóruns de nações africanas é marcada pela busca da união, em contraposição aos nacionalismos radicais e fratricidas. Isso ficou evidente na II Conferência de Intelectuais da África e da Diáspora, realizada em Salvador, em 2006. Percebeu-se o afrontamento entre dois blocos: de um lado o dos países africanos de língua francesa, influenciados pelo islamismo e pelo presidente da Líbia, Muamar Kadafi, e, de outro, o dos países da antiga *Commonwealth*, de língua inglesa. Nesse embate, o papel do Brasil foi o da pacificação e do equilíbrio.

Conforme o expositor, a política africana do governo Lula apresentou resultados largamente positivos. Entre 2003 e 2011, foram abertas vinte embaixadas na África. O então Presidente brasileiro visitou oficialmente 23 países africanos – nenhum presidente da República havia feito um visita oficial à África – e houve um aumento

do intercâmbio comercial entre o Brasil e a África, de US\$ 5 bilhões em 2002 para US\$ 20,5 bilhões em 2010.

O expositor ressaltou que a presença diplomática brasileira na África, nesse período, foi marcada pelo compromisso de condenar toda forma de racismo e colonialismo contra a África Negra e também pela política de reparar as sequelas deixadas pela escravidão. Em razão disso, o Estado brasileiro não só se desculpava pela escravidão colonial como também perdoava dívidas externas de países africanos. Ademais, investia no continente, tanto em projetos de combate à fome, com transferência de tecnologia agrícola, quanto na instalação de fábricas de remédios. Não é sem motivo que o Presidente Wade, do Senegal, proclamou o Presidente Lula como o “Primeiro Presidente Negro do Brasil”.

Em seguida, o palestrante frisou a importância, para o Brasil, de manter uma aliança preferencial com África do Sul, ainda mais porque cresce a liderança que ela exerce sobre a África Negra, principalmente sobre os países de língua oficial inglesa que compõem a *Commonwealth*. Isso se confirma pelo papel que desempenhou na transformação da antiga Organização da Unidade Africana (OUA) em União Africana e na formulação do grande plano continental de desenvolvimento, a Nova Parceria para o Desenvolvimento de África (NEPAD). Do ponto de vista político, ela defende a ideia do “Renascimento Africano”, que mobiliza todo o continente. Agrupada ao BRIC, portanto, constitui-se no parceiro privilegiado para a consolidação de uma política africana brasileira.

Lamentou a pequena presença brasileira na África, a falta de um sistema de bolsa de estudos e intercâmbio e a ausência de estímulo às empresas brasileiras.

Segundo o expositor, não se podem esquecer os interesses nacionais que devem ser beneficiados por essa aproximação e pelo restabelecimento das comunicações com a África. A perspectiva da exploração econômica brasileira sobre as águas profundas do Atlântico, para além da antiga plataforma continental, exige a estabilização dos

países que ocupam a margem oriental do Atlântico Sul – a “Paz Sul-Atlântica” – de modo a prevenir turbulências que possam afetar a margem ocidental. O professor lembrou a instabilidade da navegação no Índico à época da destruição do estado nacional na Somália.

O Dr. Ubiratan enfatizou, então, que o sucesso do projeto do Pré-Sal dependerá enormemente do desempenho da diplomacia brasileira na estabilização da fronteira atlântica, por meio de ações bilaterais com cada país africano, assim como mediante negociação em instâncias multilaterais como o BRICS. Nesse papel não poderá negligenciar a China, pela predominância comercial que o país asiático exerce no continente africano.

4. Prof. Ricardo Sennes

Iniciou sua exposição analisando a fotografia oficial tirada em Sanya, China, em 14 de abril de 2011, por ocasião do Encontro de Líderes dos países do BRICS. Segundo ele, o documento é emblemático. De um lado, percebe-se a diversidade étnica do conjunto de presidentes, algo impensável em outros fóruns, de outro, vê-se uma guinada política com a inclusão da África do Sul. Na opinião do expositor, a declaração oficial, que se seguiu a essa união de potências regionais que se assumem como plataforma política, também é muito interessante. Não obstante diplomática e telegráfica, aborda pontos muito sensíveis com relação à organização do sistema internacional. Como exemplo, citou a afirmação, constante na Declaração de Sanya, do direito dessas cinco nações de comporem a matriz energética com tecnologia nuclear. Os fatores de conflito não predominam, mas estão presentes, pois, devido a condições muito diferentes, não há estratégia comum.

Segundo o expositor, o surgimento do BRIC, o fenômeno mais significativo após o fim da URSS, indica um período de mudanças na política mundial. Apesar de as relações internacionais ainda estarem marcadas pela assimetria, que se reflete tanto na concentração de poder quanto na capacidade de inovação tecnológica, o professor afirmou que se vive hoje uma época de transição, em que o mundo deve rediscutir

regras internacionais, vale dizer, rediscutir a correlação de poder. Essa acomodação da ordem internacional depende de todos os países, não só dos desenvolvidos, mas também dos emergentes.

Em relação aos países do BRICS, o professor afirmou que os conflitos entre eles existem, mas não predominam; não há uma estratégia comum, tampouco há dinâmicas conflitantes. As condições desses países são muito diferentes, a começar pelo sistema político, que na Rússia, na China e na Índia ainda está em processo de consolidação, o que pode levar a rupturas muito claras no médio prazo. A atuação internacional dessas nações, então, depende, em grande medida, da dinâmica interna, que, de acordo com o expositor, é pouco provável que seja linear. Deles, talvez o Brasil seja o que mais consegue projetar um cenário de estabilidade interna e certa coerência nas políticas no médio e longo prazo.

O Prof. Sennes disse que é difícil prever a dimensão das mudanças que estão ocorrendo no mundo desde 2009. Crê, no entanto, que o redesenho do orçamento americano trará consequências brutais para o G7 e para a OTAN, que já vivem uma crise fiscal. Se houver alguma alteração na projeção de poder militar dos Estados Unidos da América, segundo ele, também haverá para a OTAN. A Europa, na sua crise, também discute sua capacidade de atuação.

Pode também ocorrer o inverso, vale dizer, uma remilitarização desses países, e a OTAN se tornar mais ativa. A aliança militar da OTAN para apoiar a Líbia é um sinal. A história mostra que mudanças nas posições relativas, a acomodação, não são períodos calmos, mas a OTAN, o G7 e o BRICS buscam evitar cenários de conflito.

Em relação às dimensões políticas do grupo dos países que compõem o BRICS, o professor afirmou que todos eles cresceram econômica e politicamente na ordem internacional anterior. Nasceram com uma conotação conservadora, ou seja, não lhes interessa uma revolução. No último encontro, em Sanya, eles reafirmaram os princípios de Bretton Woods, utilizados pelos Estados Unidos e seus aliados europeus em 1945. Eles confirmaram a necessidade de reforçar

as organizações internacionais, o multilateralismo, a decisão por consenso, a não intervenção e a soberania territorial. São declarações curiosas, principalmente tendo em vista que os próprios criadores dessas instituições estão abandonando esses princípios. Surpreende também o fato de alguns países emergentes defenderem uma atuação mais efetiva do FMI, reafirmando a necessidade de certo ordenamento internacional, mesmo que sob moldes um pouco diferentes dos praticados anteriormente.

O professor frisou que eles não possuem uma proposta alternativa e reafirmam os princípios da ONU. Também defendem sua corrida armamentista, sem, contudo, redefinirem suas capacidades militares, isto é, não há um rearmamento. Os gastos na área militar continuam modestos, não se comparam aos investimentos alemães à época da Primeira e da Segunda Guerra, ou aos gastos americanos antes de 1919.

Para o expositor, há questões não resolvidas, não só entre esses países e suas regiões, mas também entre eles. Há um potencial conflito entre China e Índia, seja pelo controle do Oceano Índico, seja pelas fontes energéticas do centro asiático, seja pelo controle de Mianmar e dos corredores daquela região. Houve uma acomodação recente, mas não se pode esquecer que os dois tiveram duas guerras nos últimos cinquenta anos e que essa história em comum desempenhará um papel importante para definir o cenário no médio e longo prazo.

Segundo o Prof. Sennes, apesar de os países do BRICS desempenharem papel relevante nas regiões em que se localizam, não são lideranças; ao contrário, eles se posicionam fortemente a favor de resolver os temas domésticos. Na opinião do professor, o Brasil possui o entorno mais estável, com menos tensões fronteiriças: todos os países são ibéricos, e a região caracteriza-se pela baixa densidade populacional. Na Ásia, o ambiente é o mais diferente possível, tendente à instabilidade no médio prazo: diversidade cultural, religiosa, lingüística, bem como alta densidade populacional a pressionar os recursos. Em relação à África do Sul, o professor afirmou que não se pode dizer que haja algum

ordenamento regional garantido por esse país, apesar de essa nação já ter encampado algumas iniciativas de integração econômica. O entorno, portanto, pode vir a ser um elemento de desestabilização internacional para as nações do BRICS.

Em relação à dimensão econômica, o expositor afirmou haver, também nessa área, alguns pontos convergentes e alguns divergentes. Todos são países que cresceram a favor do sistema, vale dizer, dependem de mercados internacionais abertos. Se houver um fechamento do mercado americano ou mesmo um conflito entre o mercado chinês e o americano, ambos sentirão. Há, no entanto, tensões internacionais em relação ao crescimento dos mercados dessas nações, bem como a respeito de eventuais políticas públicas de incentivo às empresas dentro desses países. Não se pode dizer que seja uma disputa, como à época da Guerra Fria, em que havia competição de sistemas e de modelos econômicos; ao contrário, os países do BRICS são claramente favoráveis às instituições existentes. Na última declaração, defenderam a entrada da Rússia na Organização Mundial do Comércio – OMC.

Para o professor, nos últimos tempos, houve um deslocamento relativo do comércio, dos investimentos, das reservas e da produção, mas não da tecnologia, das finanças ou dos setores dinâmicos. A dimensão financeira do capitalismo continua sendo estabelecida pelos centros europeus. Como exemplo, disse que a área de derivativos do comércio agrícola brasileiro é decidida em Chicago.

Segundo o Prof. Sennes, a tensão internacional sobre a emergência dessas nações concentra-se nos mercados e nas fontes de recursos escassos. Citou a energia, o alimento, as matérias primas básicas, além dos reflexos ambientais do processo de crescimento dos países do BRICS. De modo geral, o Dr. Ricardo Sennes acredita haver uma convergência na agenda econômica dos países emergentes, juntamente com uma tensão por parte do *status quo*. As nações do BRICS não caminham para romper com a ordem existente ou para desafiá-la. Não há a ideia de se substituir o dólar pelo yuan.

V – Questionamentos e Debates

- Questão do Senador Cristovam Buarque:

O Senador Cristovam Buarque questionou os palestrantes sobre o atraso educacional, a desigualdade social, a fragilidade política, bem como sobre a ameaça ecológica que os países do BRICS exercem sobre o meio ambiente, em razão do tamanho e da perspectiva de crescimento – problemas comuns às cinco nações emergentes.

- Resposta do Prof. Severino Bezerra Cabral Filho:

Disse que haverá cooperação entre as nações emergentes para enfrentar os desafios do desenvolvimento. A grande vantagem delas é o tamanho do território e a quantidade de recursos disponíveis. Para o expositor, as respostas às quatro fragilidades citadas pelo senador Cristovam serão encontradas ao se analisar onde os problemas estão sendo superados.

Vislumbra que a Conferência Rio + 20 abrirá novos caminhos, da mesma forma que a Rio 92 fez ao conseguir sair do impasse gerado pela crise desenvolvimentista.

- Resposta do Prof. Oliver Stuenkel:

Acredita que a desigualdade na Índia e na China aumentará nas próximas décadas. Comentou que a existência da nação indiana, um Estado criado pelos ingleses, sem unidade étnica, religiosa ou lingüística, não é explicável segundo as teorias políticas existentes. Apesar disso, não vislumbra perigo de ruptura política, pois as crises já vividas pela Índia, embora graves, foram todas superadas. Citou a politização do povo indiano como algo surpreendente, mesmo por parte da população analfabeta.

Quanto à China, não crê na possibilidade de uma revolução interna, pois acredita que o governo chinês detém o controle. Ao mesmo

tempo, ressalta que não se deve analisar esse gigante asiático com olhos ocidentais, pois mesmo entre os jovens chineses há divergências sobre a validade de um sistema democrático no país.

Em relação à questão ambiental, o professor Oliver destacou que a China, no longo prazo, terá a tecnologia verde mais avançada do mundo, pois, segundo ele, é o único governo que vê os danos ambientais como ameaça estratégica para o futuro do país.

- Resposta do Dr. Ubiratan Castro de Araújo:

Para o expositor, das nações do BRICS, Brasil e África do Sul compartilham boas relações culturais entre si e se destacam pela capacidade de negociação com os países das regiões onde se encontram, diferentemente da China e da Índia. Afora isso, o Brasil, além de manter certa liderança em relação ao Sul-Sul, não perde a interlocução com o G7; também possui uma cultura híbrida, que o torna capaz de dialogar com qualquer país. Crê que Brasil e África, apesar dos problemas relacionados às desigualdades sociais que enfrentam, destacam-se pela superação. A África superou o apartheid; o Brasil, nos últimos dez anos, revolucionou a educação, apesar de ainda ter muito a melhorar no quesito qualidade.

- Resposta do Prof. Ricardo Sennes:

Disse que o crescimento desigual também confirma a dimensão conservadora da expansão dos países emergentes. Acredita que os problemas citados pelo Senador Cristovam Buarque devem gerar processos sociais e políticos complicados no futuro. Não vê nenhum perigo de instabilidade política na China no horizonte próximo. A área onde haverá maior conflito, para ele, será a ambiental, mas o caos político gerado por ela precederá o problema ambiental propriamente dito. Prevê mesmo a possibilidade de intervenção da ONU em relação a dinâmicas ambientais que coloquem em risco o meio ambiente. Não crê ser possível pacificar essa questão.

- Questão do Senador Pedro Simon:

O Senador Pedro Simon perguntou o que os países emergentes do BRICS podem ter em comum para fazer com que essa aliança perdure. Citou a Conferência Rio + 20 do ano que vem como sendo um momento importante para eles decidirem sobre o desenvolvimento que querem. Salientou o fato de essas nações não investirem em armamento e o que considera seja um momento ímpar de paz que a humanidade vive. Perguntou se, diante da perda de poder da ONU, existe a possibilidade de surgir algum novo conselho de nações, ou se é viável o fortalecimento da própria ONU.

- Resposta do Prof. Severino Bezerra Cabral Filho:

O professor Cabral Filho lembrou reivindicação antiga da diplomacia brasileira de pleitear assento para o Brasil no Conselho de Segurança da ONU. Ressaltou a defesa do território nacional e a segurança da unidade sul-americana como questões importantes para o Brasil. Acredita que a defesa regional deve ser discutida com os parceiros brasileiros do BRICS e do Basic. Lembrou as questões referentes à Amazônia e ao Atlântico Sul, como parte da agenda brasileira.

- Resposta do Prof. Oliver Stuenkel:

O professor Stuenkel apontou sua desconfiança em se enxergar os emergentes como uma unidade tendo em vista interesses tão diversos. Não aconselha o governo brasileiro a se aliar a esses países, pois talvez daqui a dez anos eles tenham estratégias diferentes da brasileira.

Tendo em vista a perda gradativa da capacidade americana de projetar poder, ele questiona os interesses chineses e indianos de cumprirem o papel de líderes mundiais, da forma eficiente como os Estados Unidos da América o fizeram, apesar de graves erros cometidos na época do Presidente George Bush. Citou o silêncio do governo chinês e do indiano em relação à recusa de Mianmar de receber ajuda

humanitária após catástrofe. Pergunta, então, qual interesse moveria esses países ao lidar com grandes desafios globais no futuro.

- Resposta do Dr. Ubiratan Castro de Araújo:

Disse que o mundo contemporâneo, após o fim da polaridade da Guerra Fria, valoriza mais a negociação. Segundo o expositor, o Brasil, que sempre primou pela diplomacia, participa de vários fóruns e, em cada um, expressa os interesses que o movem. São situações delicadas, confusas e mais desafiadoras. Falou da crise dos Estados Unidos e da falência do discurso americano, que, por um lado, é a favor da democracia, mas, por outro, aplica a força. É otimista em relação ao futuro do Brasil, que, para ele, não depende nem da força nem da riqueza, mas da capacidade brasileira de negociar. Acredita, inclusive, ser esse o papel a ser desempenhado pelo Brasil em um conselho de segurança.

- Resposta do Prof. Ricardo Sennes:

O professor Sennes destacou a nova ordem mundial, baseada em uma multipolaridade restrita, vale dizer, aquela que permite diversidade de interesses sem caos. Para ele, o fato de essa ordem não ter sido desenhada após uma guerra significa o surgimento de possibilidades otimistas para a humanidade. Leu um trecho da declaração de Sanya para frisar as intenções pacíficas dos países componentes do BRICS. Acredita que é possível a criação de modelos de cooperação entre os países emergentes se houver foco não na celebração das convergências, mas na negociação das divergências, de forma a sustentar e estabilizar essa nova ordem mundial.

Citou a postura brasileira de não intervenção, que, se de um lado é defensiva, por outro se revela pouco construtiva para a formação da liderança.

Segundo o Prof. Sennes, a China, por sua vez, também não assume postura de liderança. Não ascende de forma militarista, mas também não se abre a uma concepção multilateral do mundo.

Lembrou os dois avanços apresentados pela Europa recentemente. Após uma longa história de guerras, a Europa revolucionou a engenharia política ao criar a União Européia. Além disso, assumiu o risco de incorporar o Leste Europeu, não só em prol da própria estabilidade, mas também da paz mundial.

Painel 6

I – Identificação

Assunto: Um balanço dos 20 anos do Tratado de Assunção, cenário no entorno da América do Sul, rodovia Interoceânica, relação comercial entre Brasil, Peru e Bolívia

Local: Plenário da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional

II – Participantes

1. Embaixador Rubens Barbosa;
2. Dr. Roberto Teixeira da Costa, Conselheiro do Centro Brasileiro de Relações Internacionais (CEBRI);
3. Professor José Tavares de Araújo Júnior, do Centro de Estudos de Integração e Desenvolvimento (CINDES)
4. Dr^a Maria Cláudia Drummond, Consultora Legislativa do Senado Federal;
5. Professor José Flávio Sombra Saraiva, do Departamento de Relações Internacionais da Universidade de Brasília.

III – Introdução

Realizou-se, no dia 23 de maio de 2011, às 18 horas, Audiência Pública da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional para tratar do assunto: “Um balanço dos 20 anos do Tratado de Assunção, cenário no entorno da América do Sul, rodovia Interoceânica, relação comercial entre Brasil, Peru e Bolívia”. A discussão integrou o tema “Geopolítica e Relações Internacionais”, dentro do Ciclo de Audiências Públicas sobre os Rumos da Política Externa Brasileira, integrante da agenda 2011/2012.

Para proferir as palestras, foram convidadas as seguintes autoridades e especialistas: Embaixador Rubens Barbosa; Dr. Roberto Teixeira da Costa, Conselheiro do Centro Brasileiro de Relações Internacionais (CEBRI); Dr^a Maria Cláudia Drummond, Consultora Legislativa do Senado Federal; Professor José Tavares de Araújo Júnior, do Centro de Estudos de Integração e Desenvolvimento (CINDES); e Professor José Flávio Sombra Saraiva, do Departamento de Relações Internacionais da Universidade de Brasília.

A reunião foi presidida pelo Senador Fernando Collor. Estiveram presentes a Senadora Ana Amélia, o Senador Luiz Henrique e o Senador João Pedro.

IV – Relato das exposições dos palestrantes

1. Embaixador Rubens Barbosa

O Embaixador Rubens Barbosa afirmou inicialmente que o Tratado de Assunção foi assinado em um momento em que havia complexidades políticas e econômicas significativas e que hoje as negociações no Mercosul estão muito mais difíceis do que eram naquela época, em razão de várias situações, como a prevalência das visões nacionais de cada país, as diferenças que surgiram entre os países da América do Sul e a emergência da China como primeiro parceiro comercial de vários países.

Ressaltou que o Mercosul é um acordo econômico comercial, cujo objetivo era promover a integração sub-regional do cone sul na área econômica. E hoje a ênfase dos governos, por iniciativa inclusive do governo brasileiro, é para área econômico-comercial. Mencionou que foi criado, para a área política e a área social, o Parlamento, um instituto para debater problemas sociais. No entanto, concordou, que o Mercosul econômico e comercial está paralisado, em crise.

Mencionou como um dos principais avanços o envolvimento do setor privado nas negociações, que não existiam como existem hoje, como, por exemplo, a participação hoje junto com os setores do governo das discussões da Rodada Doha, das negociações comerciais com terceiros países e está muito envolvido nas negociações do Mercosul.

O segundo avanço mencionado pelo palestrante foi o desdobramento de 1985, na história diplomático-política brasileira, quando o Brasil começa a participar do Grupo de Contadora que apoiou os esforços na América Central. Na opinião do palestrante, pela primeira vez, o Brasil começou a olhar de fato para a região e depois para os acordos com a Argentina. Então, concorda que o Mercosul é o ponto mais alto pela redescoberta ou pela descoberta da América do Sul pelo Brasil.

Considerou o palestrante que, talvez, o maior ganho do Mercosul, nesses 20 anos, tenha sido propiciar um maior conhecimento por parte dos investidores brasileiros das oportunidades de comércio e, sobretudo, de investimento.

Passou a falar na sequência sobre medidas importantes que foram tomadas para fortalecer o Mercosul. Dentre elas foi criado o Fundo para a Convergência Estrutural e Fortalecimento Institucional do Mercosul, FOCEM, que já tem recursos de quase US\$800 milhões para facilitar a construção de estradas, meios de comunicação e linhas de transmissão o que beneficiará justamente os países menores, o Uruguai e o Paraguai. Citou também a criação do Parlamento do Mercosul.

Afirmou que o Mercosul e a ampliação das negociações com todos os países da região criaram na prática, de direito, não efetivamente, uma área de livre comércio. Para o palestrante, o que se fez foi um acordo com o grupo andino e se criou, na prática, uma zona de livre comércio que não tem muita efetividade.

Considerou que, para o Brasil, o Mercosul foi muito importante porque, por meio da Tarifa Externa Comum, conseguiu-se consolidar a presença brasileira nas exportações de manufaturas. Afirmou que o Brasil, que tem um comércio global, só exporta manufatura significativamente para os Estados Unidos e para a América do Sul. Hoje a composição da pauta de exportação para os Estados Unidos é 80% de produtos primários e 20% de manufatura. Antes era o contrário, eram 80% de manufatura e 20% de produtos primários. Na América do Sul, ainda por causa da Tarifa Externa Comum na Argentina, a presença das manufaturas é muito importante, tendo em vista o movimento de automóveis com a Argentina.

Na sequência, o Embaixador Rubens Barbosa passou a falar dos desafios do Mercosul para o Brasil. Em primeiro lugar, mencionou a superação da crise institucional. O Mercosul, apesar do crescimento do comércio, vive uma crise institucional há muito tempo. Para ele, os órgãos do Mercosul não funcionam efetivamente, porque há um descumprimento das regras do Tratado de Assunção por todos os países. Concordou também que isso é muito ruim, não só pelo descumprimento das regras do Mercosul, mas também das regras da OMC.

Comentou sobre a Tarifa Externa Comum, que cria de direito uma união aduaneira, um estágio mais avançado depois da área de livre comércio, e, para o Embaixador, essa união aduaneira é chamada de imperfeita porque apenas, segundo a literatura especializada, somente 35% dos produtos são cobertos pela Tarifa Externa Comum, o resto são exceções e perfurações unilaterais. Citou, como exemplo, a Argentina, que tem medidas restritivas tomadas, alcançando 557 produtos que são ilegais, e, para o Embaixador, essas licenças não automáticas vão contra o Tratado de Assunção.

Foi tema também de debate do Embaixador Rubens Barbosa a não utilização do mecanismo de Solução de Controvérsias. Comentou que essa não utilização trouxe inúmeros problemas para todos os países da região, o mais grave deles entre Argentina e Uruguai, na questão das papeleiras. Mencionou que nunca se pensou em utilizar

o mecanismo de Solução de Controvérsias que existe no Mercosul, e, principalmente, o Brasil pouco se empenhou para isso.

Acrescentou que outro aspecto que pode agravar a crise institucional é o aumento do número de membros do Mercosul. E a crítica que fez a esse aspecto é que, se não se conseguiu resolver os problemas com quatro membros, que dirá com a inclusão de mais um membro, que é a Venezuela.

Entendeu o Embaixador Rubens Barbosa que o acréscimo de novos membros cria maiores complexidades, e a Venezuela já está entrando sem cumprir todos os requisitos que estavam postos dentro do Protocolo de Adesão, que foi exaustivamente examinado pelo Senado.

Comentou que o Mercosul foi feito para fazer uma integração, e, com a integração das cadeias produtivas, a ideia original era fortalecer a indústria de todos os países, e os países menores passariam a ficar mais industrializados, fortalecendo a indústria de todo mundo. No entanto, não se contava com o fator China, que exporta produtos industrializados e hoje é o maior parceiro do Brasil e de vários outros países, sendo o segundo parceiro de um número grande de outros países. Consequentemente ela está realmente atingindo o núcleo do Mercosul e o Brasil está sendo afetado nas suas exportações de manufaturas pela crescente presença da China.

Para o Embaixador, falta vontade política de todos os membros do Mercosul para tomar as medidas que são necessárias para fortalecer o Mercosul, para revigorá-lo.

Teceu comentários também sobre a crise da Argentina, que, para ele, hoje é um fator de perturbação do avanço do Mercosul pelas medidas unilaterais que ela continua tomando. Afirmou que esse é um descumprimento das regras, que agora também foram retribuídas pelo Brasil, em reciprocidade, que tomou também medidas que agora estão sendo relaxadas, mas tomou medidas de restrição à exportação, à importação dos carros argentinos para o Brasil.

Comentou também que outro aspecto que descumpre o Tratado de Assunção é a bilateralização das discussões. O Brasil e a Argentina discutem sozinhos desconsiderando os outros países que, evidentemente, se ofendem e reclamam sempre dessa atitude dos dois sócios maiores.

Mencionou também que outro desafio para o Mercosul é a agenda externa. Informou que, nos últimos oito anos, nenhum acordo significativo de livre comércio foi assinado pelo Brasil nem pelo Mercosul, com exceção de um acordo no segundo semestre do ano passado, no final do governo, com Israel, que não tem significação econômica e comercial. Esse acordo foi ratificado pelo Congresso. E foi assinado um segundo acordo com o Egito, que nem foi enviado ao Congresso brasileiro ainda. Ou seja, só foi ratificado um acordo em oito anos.

Externou seu interesse no aprofundamento de acordos bilaterais no âmbito da ALADI (Associação Latino-Americana de Integração), e esses acordos bilaterais no âmbito da Aladi não necessitam do Mercosul, porque são acordos bilaterais que o Brasil pode negociar.

Observou também o Embaixador que o Mercosul foi um dos projetos que mais sofreu com a politização e a partidarização da política externa brasileira nos últimos oito anos.

Para ele, houve um esvaziamento do Mercosul no contexto do processo de integração regional e na globalização, porque o Brasil deu preferência à criação de órgãos regionais, como a Unasul, a Celc, o Conselho de Defesa, todos esses órgãos, sobretudo a Unasul, os quais entraram em competências do Mercosul e, dentro da burocracia, dividiram os esforços, que fizeram na verdade uma descoordenação. Não há um comando único em relação ao Mercosul.

Entendeu que o Mercosul vai continuar, na área comercial, vai ficar mantido em banho-maria, não vai avançar, porque ele está paralisado, principalmente na área comercial. Mencionou que o que se

poderia fazer era flexibilizar as regras do Mercosul para permitir que o Brasil possa negociar, independentemente de outros países.

Comentou que a questão da despolitização já está melhorando e disse que já se nota, no Governo Dilma Rousseff, uma diferença da negociação comercial, no âmbito do Mercosul, em relação ao Governo Lula, pois houve uma politização de um assunto, que ficou no nível técnico. Já, no âmbito político, o Brasil só perdeu quando se politizou o assunto com a Bolívia, com a Venezuela, e com a Argentina. O Brasil perdeu quando houve a politização da negociação.

Para finalizar a sua participação, o Embaixador Rubens Barbosa afirmou que deveria haver uma discussão entre os membros, como está previsto no Tratado de Assunção, no art. 47, que diz que os países deveriam convocar uma conferência diplomática, para discutir esses assuntos, o que nunca foi feito.

2. Dr. Roberto Teixeira da Costa

O Dr. Roberto Teixeira da Costa iniciou sua apresentação falando sobre os fatos importantes que marcaram a abertura dos mercados. O primeiro, para ele, foi a queda do Muro de Berlim, que proporcionou a maior abertura dos mercados, da maior circulação de bens e produtos e das liberdades cambiais. Para ele, a queda do Muro de Berlim obrigou os países emergentes a adotar uma nova postura em termos de política externa e, em consequência, a uma interação maior dos processos produtivos.

Um segundo aspecto mencionado é a exclusividade da competência privativa do Poder Executivo na política externa. A política externa nem sempre é competência exclusiva da Presidência da República. E em função desse contexto de maior abertura depois da queda do Muro de Berlim, as representações externas dos países emergentes, principalmente em países de maior projeção, passaram a ter maior preocupação com a questão de temas ligados ao comércio internacional.

Mencionou a necessidade de representatividade brasileira nos mais diversos países, principalmente quando nos últimos seis anos o Brasil instalou 18 embaixadas em diferentes países, inclusive em países que, até então, tinham pouca expressão econômica e política.

Abordou também o Dr. Roberto da Costa o tema que diz respeito aos países emergentes, que passam a buscar uma política muito ortodoxa do ponto de vista de busca de recursos. Então, políticas não ortodoxas perdem completamente espaço dentro do contexto internacional.

Comentou também sobre o protecionismo tarifário dos países, porque, na medida em que eles criam protecionismo tarifário, há o encarecimento de bens do País e, portanto, a competitividade, a inflação interna desses países aumenta.

Na sequência, debateu um pouco sobre a União Europeia, que, para ele, é ainda um *player* importante dentro do cenário mundial, mas que passa por um momento muito difícil. Afirmou que todos os analistas internacionais, quando olham o mundo, 5, 10, 20 anos à frente, não conseguem enxergar que a União Europeia tenha uma importância relativa como teve no passado. Para ele, a União Europeia perdeu espaço, apesar de ter 27 países; de manter a moeda comum graças a um grande esforço.

Sobre a China, entendeu que ela superou o Japão, tornando-se a segunda economia mundial. Há, portanto, uma crescente importância do Pacífico, pois hoje ele tem mais importância comercial que o Atlântico. O Dr. Roberto da Costa comentou também os termos de comércio com a presença da China, a qual considera ortodoxa do ponto de vista de sua agressividade comercial e que cria desbalaceamentos muito sérios nas relações com os países.

Outro aspecto importante salientado pelo Dr. Roberto da Costa é o que ele chamou de multilatinas, as empresas brasileiras hoje se deram conta, depois do processo de abertura, que não se podem ficar mais isoladas, porque o mercado se tornou um mercado global. Logo,

as forças de produção têm que ser globais, a produção local tem que ser universal para ser competitivo.

Comentou também que os empresários brasileiros precisam ter maior participação nas discussões, porque os temas que estão sendo discutidos, com a abertura, obrigaram os empresários a terem uma participação muito maior. Para ele, os empresários precisam ter uma presença muito maior nas discussões, nos tratados, enfim, e influenciar o *lobby* empresarial, principalmente aqueles acordos que mais interessam ao País e, naturalmente, defendem o setor industrial e suas próprias empresas.

No entanto, comentou que existem variáveis hoje que estão fora do controle brasileiro e que podem mudar rapidamente esse cenário tão favorável ao Brasil. Um deles, por exemplo, é o aumento da taxa de juros nos Estados Unidos e o fortalecimento do dólar. Isso teria um impacto enorme em todo o País.

Comentou que há um declínio dos Estados Unidos como poder mundial, mas não se deve menosprezá-los. Para ele, os Estados Unidos estão vivendo um problema crítico – balanço de pagamento, *deficits* internos, envolvimento em guerras infundáveis –, mas não se pode menosprezar a força do povo americano, porque eles podem dar uma virada.

Afirmou que uma coisa importante a se dizer é que realmente o Brasil não é mais o pivô das crises. As crises não começaram na América Latina. As crises começaram lá fora, e é necessário que o Brasil se proteja delas e as empurre de volta, porque o Brasil é visto como um país capaz de mitigar a crise.

Ressaltou que, no Mercosul, as importações passaram de 49 bilhões, do grupo como um todo, para 280,4 bilhões em 2010. Nesses dois primeiros meses deste ano, chegaram a US\$6,5 bilhões.

Passou, na sequência, a falar dos pontos críticos do Mercosul: para ele há uma crise comercial, principalmente com as assimetrias entre Brasil e Argentina, segundo informou, a crise se deu da seguinte

forma: o Conselho de Empresários da América Latina foi criado na Argentina. Os empresários argentinos eram líderes. Hoje, não mais existe o Ceal de 20 anos atrás, quase não existem mais empresários argentinos. Bem ou mal, nos momentos de crise, houve confiança no Brasil; os empresários não foram para fora. A poupança argentina: de 100%, 90% estão investidos no exterior; 10% estão no mercado interno. A bolsa argentina é 10% da bolsa brasileira. Portanto, o Brasil não pode ser culpado de ter sido eficiente e ter acreditado mais no País do que os argentinos.

Afirmou que é muito difícil ter-se uma parceria em que o seu sócio está passando dificuldades. Não existe uma boa associação em que um dos sócios tem dificuldades internas. Quer dizer, a economia argentina, com todas as distorções, está indo bem, mas ela está indo bem por força de uma série de maquiagens internas com a taxa de inflação e o ato de segurar preços.

Para o Dr. Roberto da Costa, a solução que ele pensa que seria viável seria a existência de parcerias, com uma diplomacia empresarial. Concorde com o fato de que empresas brasileiras estejam se instalando na Argentina, mesmo que, a curto prazo, isso possa custar empregos para o Brasil. Não se deve esquecer que nenhum país vai ser seu sócio se entrar em dificuldades econômicas. A desestabilização da Argentina é extremamente prejudicial ao Brasil. De modo que se faz necessário entender o esforço argentino. Eles perderam a indústria e estão querendo recuperá-la. É uma dificuldade enorme. Esse é um processo geracional, de novos empresários surgindo na Argentina para modificar esse processo.

Sobre a ratificação do acordo com a Venezuela, comentou que não se pode olhar a Venezuela com base no seu Presidente atual. Estrategicamente, a Venezuela é um país da maior importância energética para o Brasil. A aprovação da entrada da Venezuela no Mercosul deixa o Mercosul mais forte. Se há preocupação com a concorrência mundial da China, é preciso então que o Mercosul esteja mais forte, e, assim, os países do Mercosul estarão melhores e mais bem protegidos nesse contexto internacional.

Na sequência, passou a falar da Rodovia Transoceânica: são 2.600 quilômetros de extensão, dos quais 344 fazem parte do trecho brasileiro. Os investimentos foram de quase US\$1 bilhão.

Informou que o contrato foi assinado em 2005 e as obras da rodovia em geral foram terminadas em 2010. Só falta uma ponte de 700 metros, em Madre de Dios, no Peru – a maior ponte de lá –, para que a estrada esteja totalmente transitável.

Para o Dr. Roberto da Costa, a Transoceânica cria uma oportunidade de relacionamento do Brasil com o Pacífico em relação ao turismo. Entende que há potencial de turismo na região do Acre, onde há uma estrada que vai de Rio Branco a Cuzco. Comentou que, antes do início das obras, esse trajeto se fazia em 24 horas; agora se faz em 12 horas. O segundo trecho une a cidade de Urcos à aldeia de Cuzco. Finalmente, o Inambari, de 246 quilômetros, com o tempo de traslado reduzido para cinco horas e 40 minutos.

Informou que, em agosto de 2005, cruzava-se essa estrada em 23 horas e 45 minutos. Em 2006, em 17 horas e 45 minutos; em abril de 2009, 14 horas; e agora, em 12 horas se faz todo esse trajeto.

A Transoceânica trará benefício para a população e para o resto do País devido ao menor custo de produtos, maior acesso a produtos básicos, novos postos de trabalho, geração de possibilidades de investimentos para novos negócios, benefícios econômicos identificados pelo Centro de Investigação Siupe. Só de benefícios diretos avalia-se US\$302 milhões e em benefícios indiretos: US\$1,5 bilhão.

3. Prof. José Tavares de Araujo Júnior

O Prof. José Tavares de Araújo Júnior iniciou sua palestra comentando que uma das mudanças fundamentais da economia brasileira, durante a década de 1990, foi o rompimento do isolamento com os demais países da América do Sul, que havia vigorado durante os 50 anos de política de substituição de importações.

No ano de 1985, nas vésperas da assinatura dos protocolos Sarney-Alfonsín, informou que o Brasil exportou cerca de US\$550 milhões para a Argentina e importou um pouquinho menos. Ou seja, o fluxo de comércio entre os dois países praticamente somou US\$1 bilhão.

Naquele ano, no ano de 1985, afirmou o Prof. José Tavares de Araújo Júnior que não houve registro de fluxo de investimento de um país em outro. Quer dizer, era o isolamento quase que absoluto, e aquela situação de 1985 resultou não apenas no fechamento da economia brasileira, mas também em duas décadas de governos militares e a maneira pela qual o Brasil lidou com os primeiros anos da sua crise da dívida externa.

Comentou que, em 1990, o Mercosul parecia um grande sucesso, o que de fato foi. Mas o sucesso do Mercosul apenas significou que foram criadas as condições para que a Região Centro-Sul do Brasil passasse a ter um volume de transações econômicas compatível com a proximidade geográfica dos países vizinhos e o nível de renda da Região Centro-Sul do País *vis-à-vis* aos demais países, mas em particular da Argentina.

Asseverou que, a partir de 1990, as relações comerciais com os países vizinhos passaram a ter uma dimensão de normalidade, o que não significa dizer que o Mercosul estivesse bem, mas o volume de transações na região poderia crescer.

O Prof. José Tavares de Araújo Júnior procura reconstituir os 20 anos de história do Mercosul e mostra que esses anos podem ser relatados a partir de três fenômenos fundamentais: a reforma comercial do Governo Collor, o Plano Real e as mudanças na legislação cambial introduzidas no Governo Lula, que criaram as condições para a transformação do Real em uma moeda conversível. Esses três fatores, juntamente com a decisão que foi tomada quando da assinatura do Tratado de Assunção, qual seja, reduzir a zero as barreiras comerciais da maioria esmagadora do comércio, levaram ao sucesso do Mercosul.

Na sequência, passou a falar sobre as perspectivas do Mercosul, a partir de dois temas centrais: como reduzir os seus custos de transação e como elevar a capacidade inovadora da indústria brasileira.

Para ele, desde o início da década passada, a década de 2000, o Brasil vive uma situação sem precedentes. Uma situação em que houve, claramente, a apreciação da taxa de câmbio sem perspectiva imediata de crise de balança de pagamento. Afirma que esse dado é um dado novo na história brasileira. Mas essa situação gera um desafio para a indústria brasileira: ou a indústria se torna capaz de, realmente e de forma difusa, competir globalmente, ou haverá, em determinados segmentos, um processo de desindustrialização.

Mencionou que o desafio não é apenas em relação a conter o crescimento das importações, pois é isso positivo. Entendeu que uma entre as várias anomalias que se criou no Brasil, naquele longo período de substituição de importação, foi a de consolidação da visão de que o ideal para o País é buscar autarquia. Até hoje a ideia da autarquia está por trás, por exemplo, cada vez que se vê um anúncio, uma matéria de jornal dizendo que o coeficiente de penetração das importações no Brasil alcançou 20%. Isso é preocupante. Para ele, 20% ainda são um dos coeficientes de penetração das importações mais baixos do mundo.

Entendeu que, para poder sobreviver a essa situação de apreciação constante e duradoura da taxa de câmbio, a indústria brasileira terá que ter, necessariamente, um ritmo de inovação similar ao dos outros países, que eram economias fechadas durante boa parte do século XX, e, a partir dos anos 80 e dos anos 90, se transformaram, como é o caso da Austrália, da Nova Zelândia, da China, da Índia, da Coreia, países que, no horizonte de uma geração, passaram a ter um ritmo de inovação compatível com as necessidades do mundo contemporâneo.

Mencionou a competitividade do Brasil e sua capacidade inovadora concentrada no setor público, com os quatro maiores orçamentos de pesquisa e desenvolvimento do Brasil: Embrapa, Petrobras, Vale do Rio Doce e Embraer, o que significa que há

competitividade em produtos primários e o esforço tecnológico vai cada vez mais na direção de produtos primários. Isso é preciso ser mudado. E só faz sentido discutir as perspectivas do Mercosul como um instrumento, uma peça adicional na solução desse dilema.

Entende também que, para aumentar a competitividade, é necessária a redução dos custos de transação na economia brasileira, que são consideravelmente elevados, sendo frequentemente chamados de custo Brasil.

Na sequência, concentrou-se em falar sobre a necessidade de rever a Tarifa Externa Comum, que foi construída a partir da tarifa brasileira formada durante o governo do Presidente Collor. Essa tarifa tinha duas peculiaridades fundamentais: o País havia ficado dez anos à beira da hiperinflação e dez anos literalmente fechado às importações. Com isso, a noção de preço relativo havia desaparecido.

Comentou que aquela estrutura tarifária que foi implantada no Governo Collor deveria ter sido tratada como um primeiro passo na direção da abertura da economia. Ela foi, ao contrário do que muitas pessoas disseram à época, uma abertura bastante cautelosa. Pretendia dar uma proteção efetiva de 20% para todo mundo, o que já era alto para os padrões internacionais da época. Mas, naquela estrutura de escadinha de zero a 20% – com exceção dos automóveis, que acabaram ficando com 35% e com uma proteção efetiva muito mais alta –, havia uma deficiência muito importante, que era de conferir uma proteção supérflua aos produtores brasileiros de bens intermediários, em particular a indústria siderúrgica e a indústria química, que passaram a ser contempladas com alíquotas de impostos de importação entre 12% e 16%, que são as tarifas mais altas do mundo.

Passou então a chamar atenção para a estrutura tarifária que dava proteção supérflua a um conjunto de indústrias e onerava os custos de produção dos bens finais. Para o Prof. José Tavares, qualquer que seja o nível da taxa de câmbio, o produtor de bens finais no Brasil tem uma estrutura de bens na qual os custos intermediários são mais elevados do que os de seus competidores do resto do mundo. Essa é

uma das razões que explica por quê, depois de 20 anos da abertura, o Brasil continua sendo uma das economias mais fechadas do mundo.

Para o Prof. José Tavares, a única saída para o Mercosul é eliminar o compromisso da Tarifa Externa Comum e que o Brasil faça uma segunda reforma unilateral da sua tarifa, para ajustar a tarifa aduaneira às necessidades de sua competitividade internacional, o que pode parecer algo ultraliberal. Mas, não é, para ele a estrutura tarifária brasileira tem que ser similar a de outros países, como Índia, China, Austrália e Coreia do Sul.

Afirmou que o problema do Mercosul foi que aquela tarifa do Governo Collor, que deveria ter sido uma tarifa transitória, que eventualmente poderia ter sido revista no final dos anos 90 depois do Plano Real, ficou congelada. E não chegou a ser implementada.

Depois passou a falar sobre a integração que deseja para o Brasil, que é a integração do mesmo tipo daqueles países acima referidos, em particular a Austrália, a Índia e a China, que têm estruturas regionais integradas, mas não voltadas para a criação de um bloco regional protegido do resto do mundo, mas integradas para competir internacionalmente.

Mencionou como uma boa forma de integração o acordo entre Austrália e Nova Zelândia, que é um excelente exemplo de como funciona o tipo de integração mencionada. Comentou que, em vez de ter essa fixação na Tarifa Externa e na parafernália burocrática que se tornou o Mercosul, a Austrália e a Nova Zelândia fizeram um processo de integração que, além de zerar as tarifas de importação, eles passaram, ao longo dos 25 anos, a fazer um esforço, renovado anualmente, de tornar as condições de concorrência nas economias domésticas de forma similar.

Citou como exemplo o regime de metas da Nova Zelândia, no entanto o regime de metas de inflação de lá não foi criado apenas por motivos macroeconômicos. Ele foi criado porque Nova Zelândia e Austrália tinham chegado a um acordo de que não iriam ter esforço

algum de harmonização de suas políticas cambiais. O que deveria ser feito? Os dois países mantêm uma taxa de câmbio flutuante em relação ao resto do mundo e fazem um esforço de terem taxas de juros e taxas de inflação domésticas no mesmo nível. Se eles conseguissem fazer isso, a taxa de câmbio bilateral ficaria constante.

Comentou que o resultado disso foi quase ter uma moeda comum. A Austrália e a Nova Zelândia têm, há 20 anos, uma taxa de câmbio absolutamente estável porque ambos os países têm políticas macroeconômicas que levam a taxa de inflação e a taxa de juros domésticas muito parecidas.

Ao final, passou a listar o que seria a agenda do Mercosul para atender àqueles desafios por ele mencionados: o fim da Tarifa Externa Comum; uma nova reforma comercial do Brasil; levar adiante os investimentos da IIRSA. Comentou sobre esse assunto que levar adiante os investimentos da IIRSA é uma das formas de reduzir custos de transação na região e acelerar a integração regional.

Considerou também um desafio muito importante é transformar o Real numa moeda regional. Não há novidade alguma nisso. A moeda chinesa está virando uma moeda regional. A moeda indiana, onde não entra a moeda chinesa, também tem a sua regionalidade. O mundo está caminhando para algumas moedas centrais, como o dólar e o euro, e diversas moedas, todas elas conversíveis, mas com forte curso regional. Na medida em que o Real se torne a moeda da América do Sul, o Mercosul terá um outro salto.

Por fim, considerou que se deve eliminar pelo menos uma parte do entulho burocrático do Mercosul, coisas como o Protocolo de Defesa da Concorrência de Fortaleza, que não serve para nada; fazer com que o comércio de automóveis seja efetivamente livre na região e não o acordo que vigora hoje; fazer aquilo que diversos países do resto do mundo fazem e que é uma coisa hoje em dia simples, mas que, para o Brasil, parece ser tão difícil, que é completar a área de comércio e assegurar sua preservação.

4. Dr^a Maria Cláudia Drummond

A Dr^a Maria Cláudia Drummond tratou em sua exposição acerca do Parlamento do Mercosul e os desafios para a sua consolidação. Ela afirmou que há uma crise institucional no Mercosul e defendeu o aprofundamento das instituições do bloco, na linha das conclusões propostas pelo Grupo de Reflexão sobre o Mercosul, constituído pelo Ministério das Relações Exteriores ao final do governo Fernando Henrique Cardoso. Essa medida, já naquela época, era considerada necessária para lidar com alguns problemas que o próprio dinamismo do bloco já trazia.

A consultora defendeu que haja no Mercosul um local de representação popular, já que todas as decisões tomadas no âmbito da integração produzem impactos fortes na infraestrutura do País e na vida da população, embora esta não tenha acesso aos temas discutidos durante as rodadas de negociação. Dessa forma, o Parlamento do Mercosul deve servir de canal de comunicação entre as populações e as instâncias negociadoras da integração. O Parlamento seria também um *locus* para a chamada diplomacia empresarial.

O Tratado de Assunção previa em seu art. 24 uma Comissão Parlamentar Conjunta encarregada de manter os Poderes Legislativos informados acerca do processo de integração. Mas era algo muito sumário, pois não se falava no número de membros da comissão, nem em como eles seriam escolhidos ou quais seriam as funções da comissão.

O Protocolo de Ouro Preto, que organizou as instituições do Mercosul, veio aprofundar os aspectos da Comissão Parlamentar Conjunta, tratando das suas funções e prevendo que haveria membros em igual número por Estado-Parte. A Consultora atentou para o fato de o Protocolo determinar que a Comissão represente os Parlamentos dos países membros do Mercosul, e não os povos, as suas populações, o que levaria a uma representação indireta.

Já o Protocolo Constitutivo do Parlamento do Mercosul dá um passo à frente porque prevê a representação dos povos da região e não mais dos Parlamentos de cada um dos países. O Protocolo também prevê eleições diretas, que se devem realizar futuramente, e a representação cidadã em números diferenciados por país. A expressão “representação cidadã” pode ser considerada um eufemismo, mas foi necessária, tendo em vista a grande resistência por parte dos países de população menor (Uruguai e Paraguai) à regra da representação proporcional à população de cada membro do Mercosul. Vale dizer que não há proporcionalidade estrita, porque há assimetrias enormes entre as populações dos países membros do Mercosul. A proporcionalidade é atenuada, semelhante à que existe no Parlamento Europeu.

Em 9 de dezembro de 2005, o Conselho do Mercado Comum aprovou, pela Decisão nº 2.305, um projeto de Protocolo Constitutivo do Parlamento do Mercosul. A Dr^a Maria Cláudia considera particularmente interessante o fato de o Protocolo ter sido inteiramente negociado por parlamentares, já que os governos reunidos no Conselho do Mercado Comum, de forma inédita, outorgaram aos parlamentares da Comissão Parlamentar Conjunta um mandato para que eles redigissem e negociassem a constituição do Parlamento.

A Dr^a Maria Cláudia ressaltou que o Parlamento do Mercosul não tem competência legislativa e as suas decisões não se sobrepõem àquelas decisões dos Parlamentos nacionais. Ela destacou a competência consultiva do Parlamento, que ainda não está implementada, sendo que a efetivação dessa competência é um grande desafio na atualidade.

A competência consultiva do Parlamento do Mercosul tem por objetivo primeiro a aceleração dos procedimentos internos para entrada em vigor dos instrumentos negociados no âmbito da integração. Isso porque uma das maiores fragilidades do Mercosul na atualidade é a grande lentidão com que as normas e os acordos são incorporados aos ordenamentos internos de cada um dos países. A tramitação desses acordos e normas é muito longa, sendo que muitas vezes sequer são os Parlamentos dos países os responsáveis pelos atrasos, creditados aos Ministérios das Relações Exteriores.

A fim de melhorar essa situação e se conferir segurança jurídica ao Mercosul é que foi instituída a competência consultiva, em que o Parlamento do bloco deve elaborar um parecer sobre as normas que devam ser apreciadas pelos Parlamentos nacionais. Esse parecer deve ser elaborado antes mesmo de as normas serem assinadas pelo órgão decisório do Mercosul.

Segundo a palestrante, a vantagem desse procedimento é a discussão pública dessas normas, feita pelo Parlamento no momento de preparar o parecer. Nesse momento, podem ocorrer audiências públicas com a presença da sociedade civil, que poderá opinar, trazendo suas demandas e preocupações.

Em seguida, se esse projeto de norma do Mercosul for assinado pelo órgão decisório, de acordo com as sugestões do Parlamento do Mercosul, ele terá uma tramitação mais rápida dentro dos Congressos Nacionais.

O Protocolo também criou para os Parlamentos nacionais a obrigação de instituir um mecanismo especial para que essas normas tramitem no âmbito de cada um dos países.

Até agora, apenas o Brasil já aprovou, por meio da Resolução nº 1, de 2007, do Congresso Nacional, essa tramitação mais ágil. Essa Resolução diminuiu o número de instâncias pelas quais passa o acordo do Mercosul, caso tenha sido assinado conforme o parecer do Parlamento. Nesse caso, a norma deve passar apenas por três instâncias: a representação brasileira no Parlamento do Mercosul, o Plenário da Câmara dos Deputados e o Plenário do Senado, dispensada a apreciação pelas Comissões permanentes como se faz ordinariamente.

Os resultados da implementação do mecanismo de consulta seriam, de acordo com a palestrante:

1. a agilização da incorporação das normas pelos ordenamentos jurídicos internos dos Estados-Partes, o que seria muito útil para outorgar segurança jurídica aos instrumentos do Mercosul;

2. a colaboração com foros e reuniões especializadas do Mercosul;
3. a articulação entre o Parlamento do Mercosul e os Parlamentos nacionais, o que não acontece, por exemplo, na Europa, onde o Parlamento europeu é muito isolado dos Parlamentos nacionais;
4. a visibilidade conferida ao Parlamento do Mercosul e ao bloco, por meio da presença de meios de comunicação no momento de discussão dessas normas, que tornaria esse órgão efetivamente um canal de comunicação com a sociedade civil.

Dessa forma, é um grande desafio para o Mercosul a aprovação pelos demais membros do bloco de um mecanismo de agilização da tramitação das normas e acordos. Ademais, também o Conselho do Mercado Comum precisa aprovar normas que regulamentem a sua interlocução com o Parlamento do Mercosul.

Outro grande desafio é o que se refere às eleições diretas. No momento da negociação do Protocolo Constitutivo do Parlamento do Mercosul, ficaram definidas duas etapas de transição. Na primeira, que terminaria em 31 de dezembro de 2010, os parlamentares seriam designados pelos Parlamentos nacionais, sendo igualitária a representação. Havia também uma data limite para que o Conselho do Mercado Comum decidisse o critério de representação cidadã, mas com base em uma sugestão do Parlamento do Mercosul. Contudo, a essa sugestão do Parlamento do Mercosul foi extremamente difícil de se chegar. Houve árduas negociações, diante da oposição por parte principalmente do Paraguai, que preferia que continuasse a representação paritária. Finalmente, chegou-se a um acordo político, no âmbito do Parlamento do Mercosul, e a forma da representação foi aprovada em 2009. Contudo, as datas estipuladas pelo Protocolo não foram cumpridas.

Pelas regras, o Brasil ficou com 75 cadeiras, número calculado com base em projeções da Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL), de uma população de 195 milhões de habitantes ao tempo em que o acordo político foi obtido. Contudo, o resultado do

censo de 2010 indicou uma população de 190 milhões de habitantes. Sendo assim, ao invés de o Brasil ter 75 cadeiras, deveria ter 74.

A Dr^a Maria Cláudia observou que não existe tanta assimetria na regra de representação proporcional. Ela se vale do exemplo da Venezuela, que, caso entrasse para o bloco, com sua população de cerca de 27 milhões de pessoas, evidenciaria que não existe uma diferença tão grande entre os países membros. As apontadas diferenças ficariam ainda mais diluídas com a presença de um maior número de países no Mercosul.

Assim, o Brasil ficou com 75 cadeiras, a Argentina com 43 e Paraguai e Uruguai com 18 cada um. Essa definição se deu em virtude de o Paraguai ter feito sua eleição direta em 2008, para 18 cadeiras, que era a representação paritária. Isso criou um piso que pode ser considerado muito alto, ao término das negociações para a constituição do Parlamento, em 2009, onde se preferiu manter como piso o número de parlamentares já eleito pelo Paraguai. Para efeito de comparação, quando da constituição do Parlamento Europeu, Luxemburgo, que era então o menor país, ficou com quatro representantes apenas. Assim, o Parlamento do Mercosul poderia ter sido constituído com um piso mais baixo, se o Paraguai não houvesse realizado as suas eleições.

O acordo político prevê a revisão da composição do Parlamento, após quatro mandatos cumpridos. Até que ingresse um novo membro, a Argentina e o Brasil concordaram em eleger um número menor na primeira eleição, que seria de 26 representantes para a Argentina e 37 para o Brasil.

A Dr^a Maria Cláudia destacou os efeitos negativos da representação paritária. No caso do Brasil, que tem 195 milhões de habitantes, cada parlamentar vai representar 10 milhões de pessoas. Já os parlamentares do Uruguai representam 185.666 eleitores. É evidente que é muito mais difícil a representação dos interesses da população brasileira.

Concluindo sua apresentação, a Dr^a Maria Cláudia definiu quais seriam os dois grandes desafios enfrentados pelo Parlamento

do Mercosul. O primeiro tem a ver com a consulta parlamentar, que, segundo ela, é um mecanismo cuja importância ainda não foi corretamente assimilada, mesmo por parte dos parlamentares. Esse instrumento permitiria a constituição de um foro de debate efetivo com a sociedade civil, que somente poderá ocorrer quando a consulta parlamentar realmente vir a funcionar. O outro desafio seria a implementação da representação cidadã, com números diferenciados de representantes por país, eleitos de forma direta.

5. Prof. José Flávio Sombra Saraiva

O Prof. José Flávio Sombra Saraiva, do Departamento de Relações Internacionais da Universidade de Brasília, iniciou sua exposição destacando que a curta experiência do Mercosul, de apenas 20 anos, inaugurou um fato histórico para as relações internacionais da América Latina, porque não há nenhum outro processo assemelhado à experiência do Mercosul, em sua construção, em seus desenvolvimentos e até mesmo em suas frustrações, algumas delas devidas ao grau de densidade e interação dos atores envolvidos no próprio processo de integração.

Mesmo quando se compara a evolução do Mercosul com a experiência da União Europeia, é preciso ter em mente que se trata de processos distintos, com eficácias diversas. De todo modo, quando se faz um balanço dos primeiros 20 do Mercosul, não se pode dizer que o bloco tem a sua história garantida, embora se possa dizer que ele teve a sua eficácia. Isso porque há grandes desafios a serem superados.

Da experiência do Mercosul, o Prof. Flávio listou os aspectos positivos principais e também as maiores frustrações e dificuldades. Ele considera positivo o conjunto de condições psicossociais, que tiveram um impacto pedagógico para o Mercosul e para as fronteiras da América do Sul. Ele cita, por exemplo, o que chama de diplomacia do átomo, pela qual Argentina e Brasil se recusaram a produzir a bomba atômica, conquanto tivessem condições técnicas de fazê-la. Para ele, esta seria uma matriz política estratégica para o Mercosul

em seu desdobramento econômico e sua centralidade econômica. O Mercosul em última análise representa a paz.

Para o Prof. Flávio, o Mercosul é um mecanismo de confiança mútua construído por brasileiros e argentinos, sem paralelo no mundo, e que não se deve apenas ao Tratado de Tlatelolco, para a Proibição de Armas Nucleares na América Latina e o Caribe, e aos arranjos dos anos 60 antes do Tratado de Não Proliferação de Armas Nucleares. Ele se deve à inteligência e à vontade política. O Mercosul contribui para afastar, assim, a hipótese de guerra na fronteira sul, indo muito além do aspecto puramente comercial e econômico.

Um segundo ponto importante na evolução do Mercosul é o crescimento do comércio intrassazonal, como fruto de uma decisão política e econômica. O comércio na região cresceu de 4,5 bilhões de dólares em 1991 para cerca de 45 bilhões, demonstrando-se assim a vivacidade econômica e a complementaridade no âmbito do bloco, mais do que a mera circulação comercial. Esse impacto comercial diversificou certas cadeias produtivas, sendo relevantes os investimentos das empresas brasileiras nos países vizinhos, que lhes garantiu um processo de internacionalização, bem como a ampliação da presença do Brasil em todo o mundo, do ponto de vista econômico e político.

O terceiro ponto de destaque é a constituição de um grande arcabouço normativo no âmbito do bloco, estimado em mais de mil páginas de normas. Já foram regulados muitos temas, em áreas como integração, consulta, solução de controvérsias, certificação de origem, comércio, aduana, regimentos, relações externas, justiça, educação, cultura e meio ambiente.

A multiplicação de normas tem um aspecto positivo, que seria a garantia jurídica internacional, que leva a uma juridicização das relações entre os países, maior do que uma mera circunstância *ad hoc* de um programa de integração, valendo o registro de que o Brasil aceita, participa e anima parte dessas regulações.

O quarto ponto a ser considerado é a imagem positiva do Mercosul no mundo, apesar dos seus problemas e dificuldades. Mesmo que o bloco tenha perdido espaço perante parte dos seus negociadores externos, ainda tem uma boa postura nas conversações de livre comércio do acordo com os europeus.

O quinto ponto é o impacto do Mercosul sobre o que o Prof. Flávio chama de “ideia de América do Sul”, em um novo processo de integração na região. É preciso ponderar sobre a complexidade sul-americana, marcada por governos instáveis e períodos difíceis. O Mercosul foi um marco, produzindo efeitos do âmbito sub-regional para o regional, em um momento bastante particular.

O sexto e último ponto a ser enfatizado é o impacto do Mercosul sobre a educação, já que o bloco motivou um grande trânsito de estudantes entre os países, assegurando-se o reconhecimento de diplomas na forma dos protocolos de certificação. São circunstâncias societárias do processo de integração, aspectos complementares ao econômico, que estão no campo da afetividade e que também fazem parte da política internacional.

No que se refere às dificuldades, o Prof. Flávio ressalta que ainda persistem distintas visões de mundo nas políticas exteriores dos países do Mercosul, em especial da Argentina e do Brasil, sendo que o problema tem se agravado nos últimos anos. Para ele, falta uma visão comum sobre temas, por exemplo, como a segurança global e o papel dos organismos internacionais, tanto por razões de escolhas de política interna, quanto pela inserção do Brasil no sistema econômico global. Há pouca convergência em matérias importantes, ao lado da sensação de que o Brasil desviou sua atenção dos países vizinhos para exercer seu papel de ator global, de modo que a solução de questões domésticas regionais ou sub-regionais foi, em alguma medida, arrefecida.

A segunda dificuldade decorre de uma característica própria do sistema político dos países do Mercosul que é a recusa a sacrificar a própria soberania nas políticas públicas internas e externas. É uma tradição incrustada na formação da cultura política, típica de Estados

novos, que apresentam forte resistência à permeabilidade internacional, à fluidez e à cooperação que um sistema de integração exige. Essa característica fica evidente ao se analisar as posições desses países na OMC, no FMI e nos BRICS.

A terceira dificuldade decorre do fato de ter sido eleito o comércio como núcleo forte da integração em detrimento do fortalecimento do núcleo estratégico econômico nacional. Esse ponto não chegou a ser um problema mais grave para o Brasil, que ainda mantinha um processo de industrialização, embora tenha optado pelo *agribusiness* como um dos principais ramos de sua economia.

O quarto ponto abordado foi o fato de o Mercosul ter engendrado um processo estruturalmente assimétrico. Nem mesmo os fundos ou os mecanismos que estão sendo criados superam as assimetrias do bloco. O programa de industrialização dos países vizinhos por meio de capacitação não funciona, sendo importante registrar a cultura política industrial argentina, de baixa adaptação à competitividade internacional, embora mantenha grande capacidade de *lobby*, nociva, em grande medida, à formação de um parque integrado, num plano econômico.

O Prof. Flávio propõe que, ao invés de os Estados-Partes discutirem entraves à circulação de automóveis e peças, o que deveriam fazer seria a triangulação com a China, utilizando as bases multinacionais da produção automotiva argentina e brasileira para melhorar o agregado de valor das exportações para a África. É preciso agregar valor às exportações, ao invés de se retornar ao *agribusiness*, exportando produtos como carne, soja e etanol.

O quinto ponto é a incompatibilidade das políticas cambiais. Para o professor, o Brasil deve aproveitar o fato de ter uma moeda que se fortalece para ser a moeda da América do Sul, trabalhando nisso a partir do Mercosul.

O último ponto abordado é o desafio de o Mercosul elevar-se à condição de mercado comum, acaso deseje chegar a essa condição.

O Prof. Flávio, contudo, entende que o bloco não tem condições de ser um mercado comum, pelas características dos sistemas produtivos, que são ainda bastante diferenciados em suas cadeias produtivas, além de haver uma desconfiança cultural das elites.

O Prof. Flávio concluiu sua apresentação citando a seguinte fala do Presidente do Tribunal Permanente da Revisão do Mercosul: “Para o Brasil de agora, que se destaca no cenário mundial e que pode fomentar o desenvolvimento dos vizinhos, é oportuno ter em mente a exortação de Marguerite Yourcenar, em memorável conferência no Instituto Francês de Tóquio: ‘o conhecimento dos mundos estrangeiros, seja no tempo, seja no espaço, tem por resultado destruir a estreiteza do espírito e os preconceitos, mas também o entusiasmo ingênuo que nos faz acreditar na existência do paraíso e na ideia tola de que temos alguma importância’”.

V – Questionamentos e Debates

- Questão da Senadora Ana Amélia:

A senadora ressaltou a situação do Estado do Rio Grande do Sul, que tem seis municípios com fronteira direta com a Argentina, com quem mantém uma grande convivência. Há aspectos culturais importantes, como as semelhanças na alimentação, no vestuário e na língua, o chamado “portunhol”, embora existam as divergências quanto ao futebol.

Contudo, a situação do estado é bastante complicada quando se analisam as questões comerciais e econômicas. A senadora informou que nos primeiros meses de 2011, o *superavit* comercial brasileiro com a Argentina chegou a US\$1 bilhão, mas com o Rio Grande do Sul houve um *deficit* de meio bilhão de dólares.

O Rio Grande do Sul tem o maior centro produtor de máquinas e implementos agrícolas do Brasil. E 2.500 tratores, de janeiro até abril, aguardam para entrar na Argentina, que é o principal comprador

brasileiro. Oitocentos mil pares de sapatos brasileiros daquele estado aguardam também para entrar na Argentina. Em contrapartida, por mês chegam alguns milhares de toneladas de arroz argentino, sem tarifação alguma, provocando um aviltamento de preços justamente no momento em que o Rio Grande do Sul, maior produtor brasileiro de arroz, colhe a sua melhor safra.

No que se refere às assimetrias do Mercosul, possivelmente onde residem as origens dos graves problemas do bloco, a senadora defendeu a busca de alternativas, como a encontrada pela Nova Zelândia e pela Austrália, que foi uma integração para competir internacionalmente. Para ela, o Mercosul, ao invés de aproveitar as complementaridades, tem promovido a concorrência e uma competição danosa ao interesse da integração regional, além de não buscar terceiros mercados comuns.

A senadora questionou o Prof. José Tavares, em virtude da crítica à indústria brasileira, por sua falta de competitividade, sobre como vencer as barreiras apontadas, considerando especialmente que, no caso do *deficit* enfrentado pelo Rio Grande do Sul, o grande problema é o câmbio.

Ao Prof. Flávio Saraiva, a senadora questionou sobre os entraves da tributação no âmbito do Mercosul, que, associada ao fato de no Brasil a logística ser bem mais cara, tem causado problemas à indústria brasileira, particularmente do Rio Grande do Sul. Ela citou o exemplo das máquinas agrícolas fabricadas naquele estado, que custam para os produtores argentinos 60% menos do que paga o agricultor brasileiro, de modo que não existem condições para uma complementaridade, tornando inaceitável essa situação. A senadora registrou que a indústria de máquinas está demitindo e afirmou o temor de que a indústria brasileira migre para a Argentina. Ela questionou se seria justa essa concorrência marcada por uma guerra fiscal e pelas assimetrias observadas no âmbito do bloco.

A senadora questionou a Dr^a Maria Cláudia sobre o papel do Parlamento do Mercosul durante os 20 anos de existência do Bloco,

e o que ele teria feito de relevante. Quanto à afirmação da professora de que esse parlamento teria a interface para representar junto às instituições governamentais a população dos Países-Membros, a senadora perguntou sobre como acreditar que isso possa prosperar considerando que alguns governos – Paraguai, Argentina e até Uruguai, em certa medida – preferem a democracia representativa, fragilizando os seus Parlamentos.

Ao Embaixador Rubens Barbosa, a senadora perguntou em que medida teria sido um equívoco a marginalização do campo econômico e comercial privilegiando-se outros aspectos da integração, especialmente quando se considera o crescimento do comércio no âmbito do bloco.

A questão feita pela senadora ao Dr. Roberto Teixeira da Costa foi sobre as razões de não haverem prosperado grandes projetos de hidrelétricas, na lógica do bilateralismo na área da logística. A senadora citou os projetos da Usina de Garabi na fronteira do Rio Grande do Sul com a Argentina e de um cruiser interoceânico Atlântico-Pacífico que ainda não foram implementados, não obstante, no caso deste último projeto, a sinalização de um acordo entre Argentina e China, para financiamento da obra. A senadora questionou ainda sobre as maiores resistências para que o Mercosul firme acordos comerciais com outros blocos econômicos.

- Resposta do Prof. José Tavares de Araujo Júnior:

Respondendo à Senadora Ana Amélia, no que se refere à política de ciência e tecnologia, na linha da intervenção do Senador Luiz Henrique, o palestrante afirmou que ao tecer comentários sobre a baixa capacidade de inovação da indústria brasileira, ele visa aos desafios que tem essa indústria. Segundo ele, o Brasil, entre os anos 30 e o final da década de 70, construiu o parque industrial mais diversificado entre os países em desenvolvimento daquela época. Contudo, nos trinta anos que se seguiram, o desenvolvimento brasileiro se deu sob a égide da restrição de balanço de pagamentos, que gerou grandes prejuízos,

além de se criar a ideia de que todo objetivo da atividade econômica é poupar divisas.

O palestrante relatou uma experiência profissional que teve na década de 70, na Financiadora de Estudos e Projetos (FINEP). Segundo ele, naquela época eram poucos os recursos aplicados no setor privado, pois apenas projetos estatais, como da Embraer, eram apoiados. E esses projetos eram todos justificados pela economia de recursos que fossem capazes de gerar. Não se buscava o aumento de eficiência de um determinado setor, mas sim a maior economia de divisas possível. Na prática, nem sempre se alcançava essa economia, que era apenas estimada, mas era a forma de se conseguir atuar. Segundo o Prof. José Tavares, o Brasil tinha na década de 1970 o aparato de desenvolvimento científico e tecnológico mais sofisticado entre os países em desenvolvimento, conduzido por entidades como a FINEP e o CNPq.

Contudo, o sistema tinha a deficiência de concentrar a inovação tecnológica no setor público, em estatais como o IPT, a Petrobras, o CTA de São José dos Campos e a Embrapa. Em princípio, não havia problemas nisso porque segundo a teoria econômica, a política de ciência e tecnologia é sempre composta de um elemento de gasto público, que tem de ser sustentável no longo prazo. No entanto, ela depende também de investimento privado, e se este faltar, o sistema não funciona adequadamente.

O que aconteceu no Brasil durante o período de substituição de importações foi que a dimensão estatal avançou bastante e a dimensão privada avançou muito pouco. Ele destacou que a lista das empresas que se notabilizaram pela inovação tecnológica coincide com a lista das empresas que estão se internacionalizando, favorecidas pela valorização do real ao longo da década. Seria o caso de empresas como a Embrapa, a Embraer, a Natura e a Braskem. Por essa razão, ele entende que o grande desafio é fazer com que a empresa privada melhore o seu desempenho, comparando-se experiências como as da Coreia do Sul, da Austrália, do Japão, da Índia e da China.

Para o Prof. José Tavares, o Brasil tem condições de superar esse período de desafios. Ele não acredita que o País vá se desindustrializar, já que a indústria brasileira é grande demais para tanto e tem condições de estar mais globalizada. Contudo, é preciso superar o grande desafio de se combinar os gastos públicos e os gastos privados.

No que se refere à questão militar, o Prof. José Tavares registrou que o Brasil tem passado por um processo de mudanças institucionais significativas, fortalecendo entidades como o Ministério Público, o CADE e as agências reguladoras. Apesar disso, ele entende que o Brasil consegue influenciar muito pouco os outros países a acompanhar esse mesmo caminho, ao contrário do que fizeram, por exemplo, a Austrália e a Nova Zelândia, que, apesar das diferenças, praticamente se igualaram em termos de funcionamento da economia, ainda que tenham uma estrutura de governança do acordo de livre comércio muito pequena.

Para o Prof. José Tavares, o Mercosul precisa ter uma institucionalidade um pouco mais simples do que a que já possui. Ele acredita que o bloco não pode ir na mesma direção do Pacto Andino, que construiu uma verdadeira parafernália institucional, sendo importante anotar que os problemas de integração do Mercosul não são os mesmos problemas enfrentados pela União Europeia e que portanto não podem ter as mesmas respostas. O Professor não vê uma forma de se caminhar em direção a essa simplificação, de modo que se deve focar, segundo ele, nos desafios centrais, que seriam a questão da eficiência econômica e da inovação tecnológica.

Concluindo a intervenção, o Prof. José Tavares afirmou que, embora a complementaridade seja um bom fator, não se pode excluir de todo a competição, que é condição necessária para que haja inovação tecnológica.

- Resposta da Dr^a Maria Cláudia Drummond:

A Dr^a Maria Cláudia manifestou sua preocupação quanto à competição no âmbito do Mercosul, principalmente entre Argentina e Brasil. Segundo ela, a ideia inicial deveria ser a de unir forças dos

membros para competir no mercado internacional, de acordo com textos publicados pelo Itamaraty na época da formação do bloco. A lógica da integração era explicada como uma união para que os países melhorassem a sua produção e pudessem competir com vantagens no mercado internacional.

A Consultora registrou que um instrumento que estava previsto ainda no Tratado de Assunção acabou sendo esquecido. Trata-se dos acordos setoriais que deveriam ter sido concluídos entre os países, por setores produtivos, e que nunca foram utilizados.

Segundo ela, outro instrumento de que hoje se fala novamente no Mercosul é o da integração das cadeias produtivas, a exemplo das cadeias do petróleo e do gás. A Dr^a Maria Cláudia defendeu que medidas nesse sentido devem ser implementadas para que não haja essa lógica de competição, mas sim uma lógica de união.

A respeito do papel do Parlasul, a Dr^a Maria Cláudia asseverou que se deve ter em mente que o Parlamento tem apenas quatro anos de funcionamento e ainda não funciona plenamente pelos desafios que está enfrentando. Quanto à questão da consulta parlamentar, ela esclareceu que apenas o Brasil adotou uma resolução que a implementa, inclusive dentro do Parlamento nacional, adotando um mecanismo ágil para as normas do Mercosul. No entanto, os outros três Parlamentos não adotaram, e segundo parece à Dr^a Maria Cláudia, isso ocorreu por desinformação desses Parlamentos acerca dos instrumentos oferecidos pelo Tratado constitutivo.

Sobre as realizações do braço parlamentar da integração, a Dr^a Maria Cláudia citou a atuação da Comissão Parlamentar Conjunta, que teve papel relevante na solução de uma disputa comercial envolvendo o setor calçadista brasileiro e argentino. Para a consultora, a Comissão tem sido muito útil em diversos aspectos.

- Questão do Senador Luiz Henrique:

O senador questionou os debatedores sobre como transformar as economias do Mercosul, que são competitivas, em economias

complementares, considerando-se o objetivo do bloco de integrar países tão diferentes em tamanho e desenvolvimento, especialmente científico e tecnológico.

Para o senador, o grande problema do Mercosul está na falta de complementaridade, evidenciada pelos vários conflitos com os produtos industrializados brasileiros na Argentina, ao lado dos vários conflitos com os produtos agrícolas, que o Brasil está importando de outros países do Mercosul, como a maçã e o arroz.

No que se refere à inovação, o senador disse acreditar que os Estados Unidos continuarão sendo a primeira potência mundial, pelo menos pelos próximos trinta anos, já que nenhum outro país possui universidades como as norte-americanas, nem promove os mesmos investimentos em pesquisa. Para o senador, é representativa a comparação entre o programa de banda larga brasileiro, que visa fornecer um megabyte, enquanto os Estados Unidos estão com um programa de expansão da banda larga para 100 megabytes, beneficiando 90% da população, o que vai continuar assegurando vantagem comparativa para o País.

Por outro lado, além de ser a maior potência em ciência e tecnologia, os Estados Unidos ainda realizam projetos cooperativos no âmbito do Nafta, assim como a Europa desenvolve projetos cooperativos de pesquisa no âmbito do Mercado Comum Europeu. O caso mais típico é o do CERN, que busca desenvolver a energia por fusão nuclear. Para o senador, não existe no Mercosul nenhuma iniciativa cooperativa, seja acadêmica, seja laboratorial, seja de pesquisa propriamente dita. Ele questionou os debatedores sobre como encaram esse desafio na atualidade.

- Resposta do Dr. Roberto Teixeira da Costa:

O palestrante informou que propôs, em Buenos Aires, juntamente com o BNDES e com o CEAL, a criação de um Fundo de Private Equity entre brasileiros e argentinos com a participação dos bancos estatais, para fomentar a inovação. Ele ressaltou que a Argentina

avançou muito na área farmacêutica e que os países deveriam buscar sinergias em bioenergia e biogenética.

Também afirmou que o Brasil e a Argentina usam mal as suas universidades, no que se refere à interação entre elas as empresas. Para ele, é preciso superar o falso dilema das relações entre as universidades e o setor empresarial, a exemplo dos Estados Unidos, onde isso ocorre com naturalidade. Ele também considera fundamental o fomento de ações de inovação, em parceria com o setor privado, inclusive para que se reduza a dependência das empresas estatais.

O Dr. Roberto defendeu ainda que o Brasil diminua os custos relativos, inclusive o que se convencionou chamar de custo Brasil. Ele propõe que o Congresso lute por reformas que diminuam esses custos.

- Resposta do Embaixador Rubens Barbosa:

Explicou que, no que se refere à inovação e à pesquisa, no Brasil, cerca de 20% da pesquisa é desenvolvida pelo setor privado, enquanto os 80% restantes ficam a cargo do setor público. Nos Estados Unidos, a proporção é inversa: 80% ficam a cargo do setor privado e 20% do setor público. Essa relação explica as grandes distorções existentes no Brasil.

O Embaixador Rubens relatou a experiência da Índia, que construiu nove centros à semelhança do MIT, dos Estados Unidos, chamados de Indian Institute Technology. O Brasil não possui centros de inovação com base nesse modelo, e o sistema de inovação ainda precisa de grandes avanços.

Para o Embaixador Rubens, os problemas das áreas de inovação e de câmbio e o Custo Brasil estão destruindo a indústria nacional, gerando desindustrialização. Isso pode ser demonstrado pela informação de que até recentemente havia 17 mil empresas exportadoras e 15 mil empresas importadoras no Brasil. Hoje, há 34 mil empresas importadoras e 17 mil exportadoras. As empresas que produzem equipamentos da indústria de transformação estão se

tornando empresas que importam as máquinas e equipamentos a serem vendidos no Brasil, gerando desemprego. O câmbio é um problema que não depende só da Brasil, mas de uma série de circunstâncias. Já o Custo Brasil depende só do Brasil, de políticas de governo, de reformas e da solução do problema da ineficiência burocrática.

No que se refere à ineficiência, ele alertou para o fato de quarenta ministérios intervirem no comércio exterior brasileiro, que é regulado por cerca de 3.000 atos legislativos, desde a Constituição até resoluções da Receita Federal. É uma situação que agrava a falta de competitividade, justamente o grande problema do Mercosul, do Brasil e do comércio em geral. O Brasil está perdendo competitividade e investimentos. As fábricas estão preferindo se instalar fora do País.

No que se refere ao suposto declínio dos Estados Unidos, o Embaixador Rubens não compartilha dessa ideia, de acordo com a sua experiência como embaixador naquele país por um período de cinco anos. Para ele, a força da economia americana não permitirá esse declínio, de modo que não se deve confiar na ideia de que, ante o declínio dos Estados Unidos, o Brasil deva subir e se colocar como alternativa.

Também não faz sentido a proposta de ampliação do Mercosul, já que o Brasil não tem capacidade de atração de países como a Colômbia e o Peru, que estão fazendo acordos entre si. Para o Embaixador Rubens, se esses países tiverem de optar entre Estados Unidos e Brasil, eles vão ficar com os Estados Unidos. Ele observa que a Bolívia foi convidada para o Mercosul e não aceitou o convite. A Colômbia também foi convidada, mas o Embaixador Rubens acredita que não vá aceitar, assim como o Peru, que possivelmente também não aceitaria tal convite.

O Embaixador Rubens esclareceu que não é contra a entrada da Venezuela, até mesmo porque acredita no papel estratégico daquele país no âmbito do Mercosul. Ele afirmou, contudo, que o processo de ingresso da Venezuela no Mercosul foi equivocado, porque a Venezuela não cumpriu o Protocolo de Adesão a que havia aderido, o que poderia

ser um indicativo de descumprimento de compromissos futuramente assumidos.

No que se refere a questões como ampliação, complementação e aos demais desafios para o Mercosul, o Embaixador Rubens acredita que tem faltado liderança do Brasil. As propostas de revitalização do bloco feitas pelo Brasil não tiveram resultados práticos. O palestrante lembrou que a liderança não se proclama: a liderança se exerce, por medidas concretas que forem propostas. Mas o Brasil não tem força para implementar essas medidas. Apenas depois de seis ou sete anos, é que se conseguiu aprovar o Código Aduaneiro e o fim da dupla cobrança da Tarifa Externa Comum, que era uma das condições para a negociação do Mercado Comum. Mas as medidas são de pouca efetividade, já que mesmo assim não se vai fazer a negociação.

A falta de liderança brasileira fica evidente ainda nas negociações da Rodovia Interoceânica. O Embaixador considera que o Brasil não tem um pensamento estratégico para muitas questões relevantes, inclusive para a integração regional. Levando-se em consideração que a China é o principal parceiro brasileiro, e de quase todos os países da região, e que a Ásia, é o segundo parceiro da América Latina, sendo que em breve pode se tornar o primeiro, o Brasil ainda está muito atrasado nas negociações para a construção da rodovia. Apesar de iniciada a construção dessa integração física há oito anos, ela se encontra paralisada.

É preciso registrar que o comércio brasileiro está se concentrando mais na Ásia e com a China, sendo que uma das grandes transformações por que passa o mundo é a mudança do eixo comercial do Atlântico para o Pacífico. Considerando-se o crescimento das exportações brasileiras para a China, e ainda o aumento da produção de alimentos e de minérios na fronteira dos países andinos, seria natural que houvesse um esforço, já há mais tempo, para se fazer essa integração física.

Apesar disso, o Brasil perdeu o apoio do Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento (BIRD), sendo importante registrar que a Iniciativa para a Integração da Infraestrutura Regional

Sul-Americana (IIRSA) era financiada, em parte, pelo BIRD e pela Corporação Andina de Fomento (CAF). Mesmo assim, o Brasil concedeu empréstimo através do BNDES para construir uma estrada em Chapari, na Bolívia, em uma região produtora de drogas.

Assim, o Embaixador Rubens afirmou que falta liderança para o Brasil na condução do processo do Mercosul. Observe-se que no caso da União Europeia houve a liderança da França e da Alemanha, que conduziram o processo. No Nafta, os Estados Unidos foram líderes. Enquanto isso, o Brasil faz uma política de generosidade com os parceiros da América do Sul. É preciso defender os interesses brasileiros, até porque os Estados Unidos, a China e a Argentina estão defendendo os seus próprios interesses. O Embaixador Rubens não percebe qual é o interesse defendido pelo Brasil no âmbito do Mercosul e mesmo de maneira mais geral, na área de comércio exterior. Para ele, falta estratégia e uma política de comércio exterior.

O Embaixador Rubens considera que o crescimento do comércio tem ocorrido sem que haja crescimento do Mercosul, que também se mostra ineficiente. Para ele, nos últimos oito anos não houve crescimento do comércio exterior por negociação comercial, não tendo havido nenhum acordo nessa área. Segundo o expositor, todo o crescimento do comércio exterior brasileiro, que chegou a quadruplicar de 2002 a 2010, foi feito apesar do governo, porque se deu a partir de iniciativas do próprio setor privado. Ele não nega que tenha havido apoio do governo, sobretudo através de visitas, mas afirma que o esforço de diversificação da pauta, que começou em 2001 e 2002, depois da desvalorização do real, não prosseguiu em virtude de questões internas.

Para o Embaixador Rubens, falta coordenação, já que existem cerca de quarenta órgãos e 3.000 atos legislativos regulando o setor, o que dificulta sobremaneira os esforços dos empresários. Assim, é preciso corrigir os problemas do comércio exterior, que já vêm de muitos anos, não sendo exclusiva do atual governo ou do governo anterior. Da mesma forma que é preciso ampliar as medidas de eficiência administrativa, de redução de custos e de aprovação das reformas que

levem à desoneração da folha salarial, a fim de se reduzir o Custo Brasil. É muito importante ainda resolver os problemas causados pela Resolução nº 72, que criou uma guerra entre os estados que prejudica a exportação, ao favorecer a importação com a desoneração do ICMS. Esses problemas levam a uma situação caótica na área do comércio exterior que se reflete também no Mercosul, impedindo avanços econômicos, de modo a se direcionar as negociações para aspectos políticos e sociais.

- Resposta do Prof. José Flávio Sombra Saraiva:

O professor explicou que, no que tange a medidas de redução de assimetrias, poderia ser apreendido o exemplo da União Europeia, que se valeu de pelo menos três políticas clássicas com essa finalidade, por exemplo, quando da inclusão de Portugal e Espanha naquele bloco. As iniciativas consistiam em medidas compensatórias, com os fundos estruturais de recuperação da capacidade produtiva, de fortalecimento do sistema educacional e de concentração industrial. Segundo ele, no Mercosul foi utilizado o mecanismo compensatório clássico de apoio aos projetos, mas que houve problemas decorrentes do excesso de recursos para projetos inadequados, o que, inclusive, denigre essa iniciativa.

O professor Flávio manifestou preocupação com o parque industrial brasileiro, embora tenha reconhecido que o País alcançou certo modelo de inovação funcional, exemplificado pela atuação da Embraer, da Petrobrás e da Embrapa. Contudo, ele acredita que esse modelo não funciona na atualidade em virtude do modelo adotado pelas universidades brasileiras. Para ele, o modelo de universidade existente no Brasil deveria ser proscrito, mesmo diante dos esforços por melhorias que se observa na atualidade. Isso porque as estruturas previstas para as universidades públicas federais são inadequadas e excessivamente burocráticas. O Professor defende mais autonomia para as Universidades, conquanto permaneçam obrigadas a mostrar transparência e resultados na utilização dos recursos.

O professor defendeu ainda que as Universidades não recebam um número excessivo de alunos, superior à sua capacidade. Ele afirmou que as melhores Universidades, de acordo com *rankings* respeitáveis, possuem um número pequeno de alunos, que possibilita investimento adequado em ações de inovação. Ademais, o Brasil deve investir maciçamente em inovação, assegurando condições apropriadas para que os seus professores e cientistas possam se dedicar a projetos com essa finalidade.

Para o Professor Flávio, o Mercosul permitiu o desenvolvimento endógeno da região, não tendo funcionado propriamente como uma barreira para o projeto da Alca. Ele acredita que a formação do bloco foi uma decisão estratégica para o Brasil, com resultados importantes, embora não defenda o antiamericanismo, defendendo, pelo contrário, manter uma boa relação com os Estados Unidos. O Professor entende que a decisão foi importante para que o País mantenha um mínimo de competitividade, de modo que possa se inserir em um mundo mais sincrético, em que os Estados Unidos, a China e a Europa ainda mantêm o seu poder.

- Questão do Senador João Pedro:

Ressaltando o fato de a experiência do Mercosul ser ainda muito recente, o senador defendeu que o bloco não pode permanecer sem o seu Parlamento, que ainda está sendo organizado como instrumento político. Para ele, o bloco não pode ser visto, como no seu início, apenas pelo aspecto econômico e comercial, sendo preciso ampliar as suas estratégias de atuação.

O senador destacou que o Mercosul foi combatido ao longo dos anos, especialmente pelas negociações para constituição da ALCA, a Área de Livre Comércio das Américas, e pelo assédio dos Estados Unidos, que privilegiaram relações bilaterais com os países da América do Sul. Ele se mostrou surpreso com a opinião do Embaixador Rubens Barbosa, de que há uma crise institucional e de que o Mercosul está paralisado, afirmação da qual discorda. Ele citou o exemplo da União

Europeia, onde países como Espanha, Grécia e Portugal passam por graves problemas.

Para o senador, o balanço da atuação do Mercosul é positivo, embora haja novos desafios, como aqueles relativos à questão ambiental. Ele defendeu a ampliação do Mercosul, que poderia incluir o Peru, o Equador e a Colômbia. Também defendeu que se tenha uma visão estratégica das relações com a Venezuela, país com a quinta maior reserva de petróleo do mundo, que, para dele, deve ser admitido no bloco. Nessa linha, propôs que sejam revistas as relações com os países vizinhos, recusando-se uma politização que não deve ocorrer, por diminuir o debate. Ele citou, por exemplo, as negociações do preço pago pelo Brasil pela energia gerada pela Usina de Itaipu, que receberam críticas inaceitáveis.

O senador defendeu o fortalecimento e a ampliação do Mercosul, sendo que o Brasil deve ter uma posição de destaque, pela sua liderança na América Latina. Ele citou a posição de destaque de empresas brasileiras como a Embraer e a Embrapa, embora tenha reconhecido que é preciso mudar a política de investimentos em inovação tecnológica, dentro de uma visão de Estado. Defendeu, por fim, a necessidade de uma visão estratégica sobre a questão ambiental, considerando-se a situação da Amazônia brasileira e dos recursos hídricos do País.

- Resposta do Dr. Roberto Teixeira da Costa:

O Dr. Roberto Teixeira da Costa ressaltou que o nível de interesses empresariais brasileiros no Peru atualmente não é desprezível, sendo que todas as grandes empresas brasileiras têm representação naquele país. Dessa forma, ele entende que o Peru é um candidato natural a ingressar no Mercosul, pela sua complementaridade com o Brasil, do qual se considera um país amigo.

O Dr. Roberto defendeu a ampliação do Mercosul, até mesmo como uma solução para alguns dos problemas atualmente enfrentados pelo bloco. No que se refere a uma suposta resistência da comunidade

internacional à celebração de acordos com a Venezuela, que impediria a entrada desse país no Mercosul, ele afirmou que os europeus atualmente têm mais resistência em relação à Argentina, em virtude das perdas causadas pelo calote praticado por aquele país.

- Resposta do Embaixador Rubens Barbosa:

Respondendo ao questionamento sobre se foi um equívoco transformar o Mercosul, de modo a se dar mais à política social e sobre o motivo dessa transformação, o Embaixador Rubens lembrou que um dos pais do Mercado Comum Europeu, Jean Monnet, escreveu um livro de memórias em que conta o processo de formação do Mercado Comum Europeu. Na parte em que conta sobre as dificuldades enfrentadas pelo MCE pelo período de dez anos, em que o processo ficou paralisado em virtude de problemas políticos que impediam avanços na parte econômica, optou-se por promover avanços na parte simbólica através de acordos.

Segundo o Embaixador Rubens, algo parecido está acontecendo no Mercosul, que está paralisado na parte comercial, de modo que os Governos optaram por discutir prioritariamente questões sociais e políticas.

Painel 7

I – Identificação

Assunto: A influência da China e da Al-Qaeda na África Setentrional e Meridional

Local: Plenário da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional

II – Participantes

1. Prof. Henrique Altemani de Oliveira – PUC/SP;
2. Dr. Antônio Jorge Ramalho da Rocha – Consultor da Secretaria de Assuntos Estratégicos da Presidência da República;
3. Prof. Severino Bezerra Cabral Filho – Instituto Brasileiro de Estudos da China, Ásia – IBECAP;
4. Dr. Antônio Barbosa – Consultoria Legislativa do Senado Federal; e
5. Prof. Jorge Lasmar – PUC/MG.

III – Introdução

Realizou-se, no dia 30 de maio de 2011, às 18 horas, Audiência Pública da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional para tratar do assunto: “A influência da China e da Al-Qaeda na África Setentrional e Meridional”. A discussão integra o tema “Geopolítica e Relações Internacionais”, dentro do ciclo de audiências públicas “Rumos da Política Externa Brasileira (2011-2012)”.

Foram convidadas as seguintes autoridades e especialistas para proferir palestras: Professor Henrique Altemani de Oliveira, da PUC/SP; Doutor Antônio Jorge Ramalho da Rocha, Consultor da Secretaria de Assuntos Estratégicos da Presidência da República; Professor Severino Bezerra Cabral Filho, do Instituto Brasileiro de Estudos da China, Ásia – IBECAP; Doutor Antônio Barbosa, da Consultoria

Legislativa do Senado Federal e Professor Doutor Jorge Lasmar, da PUC/MG.

A reunião foi presidida pelo Senador Fernando Collor. Esteve presente o Senador Cristovam Buarque.

IV – Relato das exposições dos palestrantes

1. Prof. Henrique Altemani de Oliveira

O Professor Henrique falou sobre a redefinição da ordem internacional, enfatizando o papel das potências emergentes, a questão da cooperação Sul-Sul e o espaço da China e da África no cenário mundial, bem como a relação entre ambas.

Segundo o expositor, o que mantém e legitima a presença chinesa no território africano é uma política externa baseada em princípios como o de respeito à soberania, aos sistemas políticos, às crenças e aos valores diferenciados, de direito ao desenvolvimento e de cooperação. É uma alternativa ao consenso de Washington, esquematizado, formal e com uma série de condicionalidades.

Ressaltou que vivemos um momento extremamente contraditório, em que há uma série de organizações e atores que têm poder, mas cuja origem dessa força decorre da ordem mundial estabelecida ao fim da Segunda Guerra Mundial, no início da Guerra Fria. Desse modo, as instituições atuais não representam muito bem a nova realidade internacional. Apenas recentemente as chamadas potências emergentes, com o G20, passaram a fazer parte, ao menos no plano econômico, do processo decisório global. De acordo com o professor, há uma demanda cada vez maior por uma participação mais efetiva desses países. Salientou ainda que, conforme as potências emergentes desenvolvem suas economias e participam mais efetivamente do comércio internacional, buscam também mais poder no plano das relações internacionais.

A respeito da cooperação Sul-Sul, disse que ainda estamos presos a um conceito das décadas de 60, 70 e 80 que nos leva a pensar no conjunto dos países não desenvolvidos. Contudo, atualmente, essa cooperação se estabelece como grupo hierárquico, eletivo e seletivo de potências emergentes. Sendo assim, já no governo Itamar, começa a ficar presente, na retórica da diplomacia, a perspectiva de relações com pares potenciais, com atores com um relativo peso internacional. Hoje essa cooperação Sul-Sul mais hierarquizada está mais consolidada dentro da prática diplomática brasileira.

Nesse sentido, destacou também que a visibilidade conquistada pelo Brasil no cenário internacional relaciona-se mais com as condições para o exercício de poder por parte das potências emergentes dentro da conjuntura internacional, do que, propriamente, com os últimos governos. Por outro lado, pontuou que, durante os dois mandatos de Lula, houve uma retomada da cooperação Sul-Sul em decorrência da tentativa de incluir a perspectiva do combate à fome mundial na agenda internacional. E isso também tem um valor político, na medida em que consolida a imagem de um Brasil mais cooperativo.

Falando especificamente da África, disse é preciso renovar a imagem que se tem do continente, e não mais pensar nele como uma região sem futuro. Lembrou que houve mudanças no que diz respeito à questão da segurança, pensando numa integração que possa levar a um desenvolvimento conjunto dos países africanos, assim como mudanças na organização política e na organização da unidade africana para a união africana. Essas transformações flexibilizaram as formas de relacionamento da África com o resto do mundo. Desse modo, houve certo afastamento por parte da União Europeia, o que possibilitou a presença de outros atores, principalmente da China, na região.

Acrescentou que, hoje em dia, a África oferece, além de oportunidades nos planos econômicos – principalmente no comercial, possibilidades de investimentos rentáveis. Ademais, trata-se de um continente com 50 estados que somam pouco mais de um quarto dos votos nos foros internacionais, onde o voto é por estado. Trata-se de um fator importante para países como a China e o Brasil.

Sobre o relacionamento do continente com o Brasil, disse que houve uma retomada de interesse durante o Governo Lula, após uma fase de distanciamento nos anos 90. Segundo o expositor, isso levou a uma ampliação crescente e contínua da pauta brasileira de exportações. Em sua opinião, apesar de isso não representar um volume muito expressivo nas relações comerciais do País, é um dado que não pode ser descartado, pois há bons nichos para a atuação do Brasil no espaço africano.

Especificamente sobre a relação da África com a China, salientou que no início deste século o país criou um fórum de cooperação com a África, formalizando o interesse já existente e fortalecendo o viés político nas negociações internacionais. Segundo o Professor Henrique, a busca de parceiros é uma medida de sobrevivência não só da República Popular da China como do próprio Partido Comunista Chinês, pois o país precisa de um ambiente internacional estável para que seu processo de desenvolvimento não entre em crise por falta de estrutura no ambiente externo.

Destacou que a China apresenta peculiaridades culturais e políticas que vão de encontro às principais linhas do sistema internacional atual, o que afeta a maneira de se relacionar com o país. Como exemplo, pode-se citar o fato de se tratar do maior Estado comunista do mundo, o que, por si só, já faz com que o relacionamento com alguns países seja marcado por uma contradição. Além disso, são características que afetam a própria aceitação da China no plano internacional, principalmente por ser um ator em busca de poder.

Posto isso, enfatizou que a presença chinesa é extremamente interessante para o continente africano exatamente por ser um contraponto ao modelo ocidental. Como sua presença não é ideológica, a China não interfere diretamente nos sistemas políticos dos diferentes países africanos. Dessa forma, há uma cooperação ampla e em diferentes dimensões, sem o estabelecimento de condicionalidades. O único assunto que não é alvo de negociação é a questão de Taiwan ou da unificação chinesa.

2. Dr. Antônio Jorge Ramalho da Rocha

Após se apresentar como professor universitário, o Dr. Antônio Jorge começou sua apresentação enfatizando a importância da participação do Legislativo na discussão de assuntos referentes à política externa e de defesa nacional.

Disse que, segundo dados do Banco Mundial, a África abriga seis dos dez países que mais cresceram no mundo nos últimos dez anos. Além disso, o continente tem perto de 16% das reservas provadas de petróleo, o segundo manancial de água doce e o maior manancial de terra arável no mundo. Devido a isso, ocorre, já há algumas décadas, uma disputa acirrada pelos recursos e mercados africanos, conduzida pelos Estados Unidos, pela China e pela Índia. Com a diminuição da presença americana na região, o Oceano Índico tem se tornado palco de uma espécie de corrida armamentista entre os outros dois países.

Destacou dois assuntos como pano de fundo para uma maior compreensão da presença de dois agentes tão diferentes quanto China e Al-Qaeda na África e até da própria inserção brasileira no cenário internacional.

O primeiro deles diz respeito ao modo como esses dois atores se relacionam com tempo. A China começou a sua relação com os países africanos nos anos 60 e está olhando para os próximos 200 anos. Já para Al-Qaeda, o tempo é relativamente irrelevante, uma vez os grupos terroristas têm o tempo a seu favor. Quem se vê como uma potencial vítima de atentado terrorista precisa investir recursos e energia para se proteger de algo que não se sabe quando virá, se virá e de onde virá.

O segundo assunto corresponde a uma mudança profunda na relação entre cidadãos e governos, entre súditos e soberanos, nos termos de Maquiavel. O que tem sido observado no norte da África e no Oriente Médio, a chamada Primavera da África, é a expressão mais acentuada dessa redefinição do contrato político entre cidadãos e governos. Em função, inclusive, da evolução tecnológica, os cidadãos hoje têm mais informações e mais condições de reivindicar de seus

governos um tratamento mais digno; e têm melhores condições de comparar as condições em que vivem com as condições em que vivem outros cidadãos de seu próprio país ou de outros lugares do mundo. Nesse sentido, nos últimos anos, o Brasil trabalha de maneira consistente para estabilizar sua economia e incluir nela uma parcela significativa de sua população; instituições mais sólidas são percebidas pelos analistas internacionais como mais confiáveis e refratárias a mudanças bruscas e, portanto, como mais adequadas à promoção sustentada de um desenvolvimento socioeconômico.

Tratando da presença chinesa na África, sublinhou que, além desse marco ideológico de longo prazo – que envolve o projeto de cooperação no desenvolvimento comum, com a criação de zonas especiais econômicas da China em vários países africanos – há a preocupação central com acesso a recursos. Desse modo, a China está comprando ou alugando terras em países africanos e desenvolvendo uma infraestrutura que viabiliza seu acesso a recursos minerais, a terra agricultável e a água, três grandes recursos naturais de que necessita para manter o ritmo do seu desenvolvimento econômico.

Há, também, um maciço investimento chinês em setores como o de mineração, o que tem gerado ruídos em sua relação com vários países africanos. De acordo com o palestrante, apesar do bom relacionamento com as elites, a mão de obra empregada é 70% chinesa e apenas 30% local. Ademais, o regime de trabalho acordado impõe uma jornada de mais de oito horas por dia, sete dias por semana, diferentemente da legislação do país africano. Como o regime já é previsto no contrato inicial, essa situação acaba prevalecendo. Sendo assim, em pouco tempo, os 30% de mão de obra africana tendem a ser substituídos por chineses.

A respeito da Al-Qaeda, ressaltou que devemos ter em mente que se trata de uma estrutura muito fluida de organização que tem como mote a oposição a valores liberais, principalmente aos valores incorporados nos Estados Unidos e na sua cultura. Por ter uma conotação religiosa muito forte, depende da formação de lideranças religiosas em escolas, o que vem acontecendo de forma extensiva,

sobretudo no Paquistão e em regiões do Afeganistão. Há um apelo a sentimentos muito profundos, inculcados em jovens que se formam enxergando uma possibilidade de salvação de suas almas ao viverem de acordo com uma interpretação minoritária – mas muito bem elaborada – de certas lideranças islâmicas. E é uma ideia que consegue facilmente adeptos entre aqueles que enxergam, nas desigualdades de condições de vida entre as pessoas de diferentes regiões do mundo, uma manifestação de algo que deve ser combatido. Contudo, argumentou que é um pensamento que vem sendo desafiado pela própria primavera dos países africanos e do Oriente Médio, pois vai contra as liberdades individuais e, portanto, contra a atual redefinição – profunda, estrutural e de longo termo – da relação entre cidadãos e seus governos.

Para o Dr. Antônio Jorge, um grande desafio dos países africanos não é a Al-Qaeda em si, mas outros grupos que também recorrem a métodos violentos, a atos terroristas em suas lutas e que vêem a organização como fonte de inspiração. Em países nos quais prevalece a desorganização do Estado e a desatenção dos governos com seus cidadãos, há espaço para a ampliação da influência de grupos mais estruturados, como o Hamas.

Posteriormente, levantou alguns aspectos de interesse específico do Brasil. Em primeiro lugar, que a relação Brasil-África encontre-se em um período de consolidação, o que pode permitir o aumento do acesso a mercados específicos. Esse é um fato importante para a projeção mundial de uma imagem de legítima liderança brasileira entre os países em desenvolvimento. Por ter superado uma série de problemas sociais, o Brasil é fonte de inspiração para os países africanos. Nesse sentido, a presença da China cria certa apreensão para o alcance dos objetivos brasileiros.

Citou que há conflitos regionais específicos, como o que ocorre em Moçambique, onde a mineradora Vale e a Companhia Siderúrgica Nacional estão em disputa com siderúrgicas chinesas. Entretanto, a seu ver, a maior preocupação recai sobre a questão de governança do Atlântico Sul. Lembrou que a iniciativa Zona de Paz e Cooperação do Atlântico Sul, dos anos 80, deixou de produzir frutos com a Guerra das

Maldivas, quando países-chave da África adotaram posicionamentos distintos. Contudo, ainda há preocupação com o tráfego comercial na área, com a exploração dos fundos marinhos e com a exploração petrolífera, principalmente no golfo do Benin.

Finalizando, enfatizou que o Atlântico Sul é definido na política de defesa nacional brasileira como uma área de interesse estratégico, junto com a América do Sul. Paralelamente, trata-se de uma região sobre a qual recai interesse de todo o mundo, em função da estabilização econômica da África e da enorme riqueza mineral que possui. Posto isso, disse considerar emergente a necessidade de aproximação dos países do Ocidente africano, a fim de controlar e estabelecer um arcabouço de governança estável e próspero.

3. Prof. Severino Bezerra Cabral Filho

O Professor Severino enfatizou que uma boa compreensão do que se passa na África é muito importante, já que o continente é a fronteira leste do Brasil e faz parte da história da constituição da nação brasileira.

Lembrou um discurso de Barack Obama em que o presidente norte-americano propõe uma nova pauta para o Oriente Médio e para a África. Para o Governo dos Estados Unidos, a expansão dos talibãs já foi contida com a invasão do Afeganistão e a execução de Bin Laden, o líder espiritual da Al-Qaeda, o que representa um declínio da força da organização. O momento atual seria de ascensão das massas ligadas à chamada primavera árabe. Posto isso, em reunião recente do G8, o presidente Obama convocou os países-membro a depositar 20 bilhões na economia egípcia e tunisina, a fim de demonstrar essa importância.

Analisando a situação internacional atual, ressaltou a emergência de novos polos de poder – entre eles, o Brasil – e ressaltou que a grande medição de forças no mundo hoje é econômico-financeira, científica e técnica. Nesse ponto, destacou que, em pronunciamento no Parlamento inglês, Barack Obama declarou que, no horizonte, apresentam-se novos

poderes no mundo: Brasil, China e Índia. Disse, ainda, que a postura norte-americana seja de argumentar contra aqueles que acreditam que essa ascensão significa um declínio dos Estados Unidos e da Europa. Segundo o palestrante, Obama dividiu o mundo em norte e sul, com os gigantes emergentes de um lado e a Europa – incluindo a Rússia – e os Estados Unidos de outro. E isso num discurso de grande importância, um discurso definidor de linhas de ação no mundo.

Ressaltou que o inesperado incidente da prisão do Diretor Executivo do Fundo Monetário Internacional, Dominique Strauss-Kahn, abriu oportunidade para um processo de mudança na organização, mesmo que os europeus emplaquem sua candidata ou seu candidato. Para o professor, essa transformação consiste na emergência do Brasil, Índia e China como detentores de um grupo de cotas capaz de equilibrar com os Estados Unidos e com a Europa. Com a África emergindo nesse contexto, o impacto no cenário mundial é ainda maior.

Para o Professor Severino, os chineses têm a simpatia das elites africanas porque não se apresentam com uma postura de ex-metrópole, mas como um país em desenvolvimento que, por ter mais renda, pode ajudar aos que estão precisando, fazendo investimentos sem exigência de condicionalidades. Nessa conjuntura, o grande problema é a resistência dos antigos impérios coloniais, que inclusive recorreram ao FMI para impedir um empréstimo para reconstrução da economia do Congo.

Desse modo, acrescentou que há elementos na estrutura do sistema financeiro internacional que são obstáculos ao desenvolvimento. Em sua opinião, cabe aos quatro grandes emergentes – Brasil, Índia, China e, ainda, África do Sul – atuarem conjuntamente, fazendo crescer suas economias e mudando essa correlação de forças. Em suas palavras, são países ao mesmo tempo estabilizadores e revisionistas do sistema.

Nesse sentido, sublinhou a importância da recente reunião em Sanya, que culminou com a assinatura da declaração na qual os países-membro do BRICS se comprometeram com algumas metas

estratégicas, como o crescimento de suas infraestruturas, o crescimento de suas economias, o desenvolvimento científico-tecnológico e o aproveitamento de seus recursos naturais.

Retomou a apresentação do Professor Altemani para dizer que a questão central de tudo isso é a defesa da soberania, da integridade e da independência dos países, por meio do desenvolvimento. E esse ponto vai de encontro às tendências das antigas metrópoles, que tentam reformar seu passado junto aos países africanos tentando monitorá-los ao dizer o que eles devem ou não fazer. Isso é a base do que vem ocorrendo na África atualmente.

Destacou a importância do que se passa no continente africano para o Brasil, que tem o interesse de preservar a paz e a cooperação com os países da região. Trata-se de uma questão fundamental para a proteção do Atlântico Sul, em articulação com os demais emergentes. De acordo com o palestrante, são pontos estratégicos que estão além das pequenas divergências quanto à política econômica chinesa, pois envolvem a construção de uma nova cena internacional na qual o Brasil aparece como a potência do ocidente e a China como potência do oriente.

Concluindo, enfatizou que, na busca dessa nova ordem mundial, o Brasil deve superar suas debilidades e, assim como a China e a Índia, alcançar um novo patamar de produção de conhecimento sobre si mesmo e sobre as futuras possibilidades de organização internacional. Na visão de Severino, um dos elementos centrais na política externa brasileira é a própria definição da política de poder nacional, do que o país quer ser no futuro e de como fazê-lo de acordo com suas tradições, suas possibilidades, seu papel no mundo.

4. Dr. Antônio Barbosa

O Dr. Antônio Barbosa iniciou sua apresentação afirmando que a China é um país sem rivais em termos de longevidade e permanência da organização política e social, com cinco mil anos de história. Essa é, segundo ele, uma questão de grande importância para a compreensão

do que a China está fazendo neste momento, em termos de inserção internacional.

Essa longevidade está diretamente ligada ao fato de a China ter sido a primeira sociedade que, ao se organizar politicamente, compreendeu a importância insubstituível de uma grande e bem organizada burocracia de Estado. Sobre esse ponto, disse ser inevitável uma remissão a Confúcio, filósofo cujas ideias, valores e princípios se concretizaram na realidade prática de organização do Estado chinês, dando ao país essa capacidade de sobreviver ao longo do tempo, mesmo passando por mudanças – algumas traumáticas – de seus governantes.

Desse modo, destacou como aspecto fulcral para a compreensão do etos, da própria cultura chinesa, a sua concepção de tempo completamente diferente da concepção ocidental. Enquanto esta é linear, a primeira é circular. Ou seja, vai de um ponto, avança, transforma-se e volta a um ponto semelhante. Exatamente por isso, o tempo na China é contado por meio das dinastias: a dinastia que chega, a dinastia que cai um dia e que vai ser, então, substituída.

De acordo com o expositor, os princípios confucianos têm uma presença tão forte no país, sob ponto de vista ideológico, que nem mesmo a grande ruptura ocorrida em 1949 – quando, no dia 1º de outubro, a República Popular da China foi formalmente instituída – conseguiu acabar com eles.

Ao falar sobre a presença da China na África, reportou-se ao fim da Segunda Guerra Mundial, quando, pela primeira vez em 500 anos, a Europa perdeu sua posição de centralidade, viu seus impérios coloniais desmoronarem e novas forças sociais e políticas começaram a emergir na Ásia e na África. Nesse contexto, no ano de 1955, em Bandung, na Indonésia, essas vozes emergentes se reuniram para tentar encontrar um rumo, um discurso que fosse comum e que, de alguma forma, dissesse aos dois polos de poder mundial daquela época – Moscou e Washington – que deveria haver outra alternativa de não alinhamento, de não submissão, de não sujeição absoluta a eles. O representante da China, Zhou Enlai, anunciou, então, quais seriam os cinco princípios

que norteariam a política externa chinesa: respeito pela soberania, não agressão, não ingerência, igualdade, benefícios mútuos.

Nesse discurso, de forte componente ideológico, Antônio Barbosa apontou a clara presença de sinais de que a China iria querer ter um espaço seu, que lhe permitisse fazer parcerias e algum tipo de cooperação com o mundo que tentava sair da pobreza, da miséria, do atraso, do subdesenvolvimento. E há um substrato dessa política externa chinesa, explicitada em 1955, presente hoje.

Encerrando sua apresentação, destacou que é falsa a visão de que a China sempre gostou de se isolar. O país nunca deixou de manter contato com o mundo, desde a antiguidade. Citou como exemplo disso a Rota da Seda, que ligava o Estado chinês a diversos lugares e com caminhos por onde passavam não só produtos, mas também ideias. Contudo, a partir de 1800, época da Revolução Industrial na Inglaterra e exatamente no momento em que história da humanidade se torna verdadeiramente global, o país, por diversos motivos, isolou-se. No século XIX - a partir de 1842 e nas décadas de 1880 e 1890, embora formalmente não tenha se tornado colônia, o país foi massacrado e humilhado de todas as formas.

Por fim, disse acreditar que Deng Xiaoping está, na verdade, acionando o motor que faz a China reencontrar-se com seu passado. Sem tentar definir se se trata ou não de imperialismo, o Professor Antônio Barbosa traçou uma comparação entre dois momentos históricos: a Conferência de Berlim, em 1885, quando as potências europeias imperialistas colocaram o mapa da África na mesa e dividiram o continente; e a formalização do Fórum de Cooperação África-China, em Beijing, em 2006. Trata-se de um acordo de cooperação sem condicionalidades, sem bases militares no exterior e sem a ideia de ajuda propriamente dita; mas baseado em investimento em busca dos materiais primários, energéticos, minerais de que a China necessita para alimentar o seu desenvolvimento. É uma situação diferente do imperialismo clássico do século XIX.

5. Prof. Jorge Lasmar

Sua exposição concentrou-se na análise da presença da Al-Qaeda na África. Destacou a importância do tema, dado que a presença brasileira naquele continente vem aumentando ao longo dos últimos anos e que proliferou a opinião de que a África se torna um parceiro estratégico do Brasil.

Após ressaltar que, na verdade, existem várias Al-Qaedas e que a organização está presente em praticamente todos os países do mundo, o professor listou os principais lugares fora da África em que há presença de um “núcleo duro” da Al-Qaeda: o sudeste asiático, principalmente na região das ilhas; a região do Afeganistão e do Paquistão; a região do Iraque; a península arábica, especialmente o Iêmen, e a Europa.

Sobre a presença da Al-Qaeda no continente africano, o expositor afirmou que é possível elencar diversas razões, tanto internas como internacionais, que a justificam. Chamou atenção, primeiro, para a proximidade geográfica do continente com a península arábica, o que facilita a difusão de ideologias wahabitas e outras mais radicais da península para o continente, principalmente por meio de migrantes africanos que lá vão estudar.

Um segundo ponto é a facilidade que os africanos têm de migrarem para o Afeganistão, o Paquistão e mesmo o Iraque e fazerem treinamento de campo durante os combates e conflitos da região.

Outro ponto, motivo de preocupação frequente para a Europol e Interpol, é o uso da região do Magreb, norte da África, como porta de entrada de atividades terroristas e criminosas para o continente europeu. O professor notou que há um retraimento da Al-Qaeda na região, mas, por outro lado, explicou que, na medida em que se torna mais difícil para a rede continuar a prática de atos terroristas, a organização começa a se voltar para as atividades criminosas. Citou, por exemplo, a crescente preocupação das autoridades com o uso da

região como entreposto da rota da droga sul-americana em direção à Europa.

Apontou que a presença da Al-Qaeda na África está concentrada em duas regiões: o norte africano, chamado Magreb, e o leste do continente, conhecido como Chifre da África. Afirmou que essa presença já é bastante antiga, e, para ilustrar, lembrou que Bin Laden morou no Sudão de 1992 a 1996.

O Prof. Lasmar salientou que a ideologia salafista, uma interpretação fundamentalista e que prega o uso da violência para a imposição do Islã, é originária do Egito, com Sayyid Qutb. Essa ideologia, continuou ele, tornou-se influente na Al-Qaeda a partir da entrada de Al-Zawahiri, o segundo no comando da organização. Disse que, como resultado dessa influência, a rede terrorista expandiu seu objetivo de lutar contra os países envolvidos no Afeganistão para tomar como alvo o mundo ocidental como um todo. Ainda sobre o tópico, notou que o novo líder da Al-Qaeda, Saif Al Adel, também é egípcio. De fato, revelou que os agentes da Al-Qaeda mais ativos atualmente se encontram na África.

O expositor passou, então, a elencar falhas institucionais comuns à maioria dos países africanos que favorecem a presença da rede terrorista ali. Em primeiro lugar, o órgão internacional de combate à lavagem de dinheiro e ao financiamento do terrorismo, o Financial Action Task Force – FATF, não tem presença regional na África, à exceção da África do Sul. Essa ausência é agravada pelo alto grau de informalidade dessas economias. Além disso, o Escritório Antiterrorismo da União Africana está mal equipado e conta com poucos recursos.

Explicou também que, mesmo que os países tenham interesse em implementar medidas de contraterrorismo, eles não têm os recursos necessários. O problema é agravado pelo fato de que, quando recebem aportes de recursos para este fim, os países tendem a desenvolver certa tolerância a baixos níveis de terrorismo para poderem continuar recebendo esses recursos.

Citou também o fato de as fronteiras africanas serem muito porosas, permitindo um livre tráfego de pessoas, de armamentos e de explosivos. Este fator torna o continente atrativo à presença de terroristas, que hospedam campos de treinamento de terroristas e o usam como rota de passagem entre a Europa, península arábica e o resto da Ásia. O alto nível de corrupção dos países africanos é, também, facilitador da presença de redes terroristas nesses países.

Analisando a presença da Al-Qaeda no norte da África, apontou como início a guerra civil da Argélia, quando um grupo local se associa a Bin Laden. Após isso, percebe-se uma mudança tática nos ataques na região, com maior uso de homens-bomba e explosivos improvisados e um aumento significativo do grau de mortalidade dos atentados.

Sobre o ponto, notou também que a Al-Qaeda perdeu, na região, bastante força nos últimos tempos. O grande número de vítimas civis nos atentados diminuiu o apoio da população. A chamada “primavera dos povos árabes” retirou-lhe parte da atração ideológica.

Mencionou, ainda, que a rede se desloca, lentamente, do Magreb para a região do Sahel, logo ao sul, atraída pelo isolamento e menor controle das fronteiras do local.

Sobre a presença da Al-Qaeda no leste africano, o palestrante enfatizou que a região é considerada prioritária para a rede desde a década de 90, quando Bin Laden se muda para o Sudão e a população islâmica local experimenta crescente radicalização. Noticiou, no entanto, que a organização tem encontrado dificuldades para expandir sua presença ali. Citou como obstáculos: o predomínio ali de um ramo do islamismo chamado sufismo, uma interpretação muçulmana considerada bem tolerante, e a organização acentuadamente tribalista da população, que faz com que a rede terrorista, no momento em que consegue aliança de uma tribo, passe a ser considerada inimiga pela tribo rival. Ao sul do Chifre da África, no Quênia e na Tanzânia, a organização terrorista tem conseguido difundir sua presença com mais facilidade, apontou.

Após essas considerações, o Prof. Lasmar apontou mapa do continente africano, fundado em informações da RAND Corporation e do Ministério das Relações Exteriores, com a interseção entre o conjunto dos países com presença significativa da Al-Qaeda e o conjunto dos países onde há interesses brasileiros. O conjunto interseção resultou nos países: Líbia e Tunísia, no Magreb; Níger, Mali e Maurítânia, no Sahel; e Somália, no leste africano.

O palestrante listou as principais práticas adotadas pela Al-Qaeda no continente: o sequestro de estrangeiros, principal fonte de financiamento e bastante comum na região do Magreb; o assassinato de estrangeiros, tendo como alvo principal empresários que promovam desenvolvimento local, vistos como ameaça à organização, considerado que a pobreza facilita a propagação da ideologia terrorista; o uso de ataques suicidas e de bombas improvisadas; ataques armados simultâneos em vários pontos de uma cidade; uso de armas antiaéreas e atividades criminosas.

Por fim, noticiou que, com o acirramento do combate ao terrorismo e a necessidade de fontes de financiamento, vários desses grupos estão passando à prática de atividades criminosas, como fraude, extorsão, contrabando, tráfico de drogas e crimes na internet.

V – Questionamentos e Debates

- Questão do Senador Cristovam Buarque:

O senador começou expressando sua opinião de que, atualmente, falta ao mundo uma força moral que sirva de fundamento à formulação de um projeto alternativo para guiar o progresso da humanidade. Afirmou que as duas ideologias concorrentes do século passado, liberdade e igualdade, já não são mais suficientes, e que enxerga a necessidade de uma nova força moral que reúna esses dois valores e agregue, ainda, os valores do novo século, como o respeito à natureza.

Expôs, então, que acha que talvez a China possa trazer essa força, considerados os esforços recentes do país em combater a pobreza e em diminuir os impactos ambientais de sua economia. Mas considerou que, muito mais do que a China, o Brasil poderia exercer essa liderança.

Após essas explicações, perguntou aos expositores se enxergavam indícios do surgimento dessa força moral e se, sem esta, algum país teria força política para se afirmar ao longo das próximas décadas.

- Resposta do Dr. Antônio Jorge Ramalho da Rocha:

Segundo o palestrante, a atual perplexidade da humanidade é ainda maior, mais do que valores, falta-lhe também uma visão clara de como gerir a ordem global. E explicou que está muito claro, depois da crise econômico-financeira de 2008, que o sistema criado a partir de Bretton Woods já não é suficiente para manter funcionando, de uma maneira razoavelmente equilibrada, a economia internacional. Mesmo assim, ainda não se sabe tecnicamente como substituir o sistema vigente.

Afirmou também achar que, a par dos valores liberdade e igualdade, o valor que prevalece e prevalecerá é a segurança. Expôs, então, que as projeções indicam para um futuro em que a pressão demográfica e a pressão por alimentos, por água e por bem-estar vão se acentuar, e que a consequência disto é que o mundo tende a ficar mais perigoso ainda.

Em sua opinião, a China dificilmente ocupará essa posição de liderança moral, por ter uma cultura que sobrepõe a comunidade ao indivíduo, um valor contrário ao da maior parte dos outros países.

Por outro lado, disse que talvez o Brasil, sim, esteja bem posicionado. Lembrou que o Brasil carrega em seu discurso diplomático o respeito pelas instituições e pelas normas internacionais, carrega em sua experiência histórica elevado grau de tolerância, tanto na

assimilação interna da sua própria população, quanto na relação com seus vizinhos e carrega discurso político, no seio das Nações Unidas, em favor de que o Conselho de Segurança funcione não como órgão legitimador de ações militares, mas como órgão político que permita evitar a eclosão de guerras. Além disso, o Brasil tem experiência recente de redução da pobreza. Por isso, concluiu que o país tem tido essa carga moral e, em sua opinião, tende a acentuar ainda mais essa posição.

- Resposta do Prof. Henrique Altemani de Oliveira:

O palestrante disse achar que a China tem como estratégia o não confronto direto com os EUA e que os chineses buscam um crescimento pacífico, cooperativo e harmonioso. Disse também que eles planejam alcançar maior influência internacional pelo desenvolvimento interno e pelo cultivo do chamado *soft power*.

Ainda assim, concordou que a cultura chinesa de valorização do coletivo, contrária ao da maioria dos outros países, é um fator que favorece a liderança moral brasileira, que tem uma cultura mais aberta e que harmoniza melhor os diversos valores dos outros povos.

- Resposta do Dr. Antônio Barbosa:

Após destacar que as duas utopias do século XIX, do socialismo e da ordem liberal, esgotaram-se sem atingir seus objetivos, no fim do século XX, o expositor disse não saber responder se surgiria ou não essa força moral para a construção de uma nova história. Mesmo assim, considerou relevante tratar das perspectivas brasileiras e chinesas sobre esse aspecto.

Quanto ao Brasil, disse concordar plenamente com o Senador Cristovam Buarque. E foi além: o país não apenas pode como já pôde, em dois grandes momentos, exercer essa liderança política. O primeiro, quando as pesquisas e ideias de Josué de Castro conferiram caráter científico ao estudo da fome, levando à criação da FAO, órgão

das Nações Unidas direcionado à alimentação dos povos. O segundo, quando o país sediou, em 1992, a grande conferência universal, que trouxe Chefes de Governo e Chefes de Estado do mundo inteiro para estudar a questão do ambiente e do futuro do planeta.

Sobre a China, a opinião do palestrante é de que este país busca ascender na ordem internacional sem atitudes agressivas, e exercer a hegemonia de forma diferente, extrapolando o ideal chinês de sociedade harmoniosa para mundo harmonioso. Explicou que a forma tradicional de exercício da hegemonia, além de custar muito caro, seria um obstáculo à influência chinesa sobre os países africanos.

- Resposta do Prof. Jorge Lasmar:

O palestrante iniciou destacando que, já em 2009, um documento elaborado pelo diretorado da inteligência norte-americana trazia uma visão de futuro em que os EUA perderiam parte de sua posição de proeminência na ordem mundial. O documento apontava como causas dessa tendência a crise do capitalismo e a não existência de um modelo alternativo ao capitalista, com a complicação adicional dos problemas relacionados à guerra contra o terror.

Esse mesmo documento, continuou o professor, trazia previsão de ascensão da China, da Índia e do Brasil. Mas enfatizava a China, por ter um modelo alternativo ao americano.

Ainda assim, concordou com o Senador Cristovam Buarque que ao Brasil se apresenta uma oportunidade muito grande de aumentar sua inserção internacional, principalmente se a estratégia for de longo prazo e considerar não somente a inserção em termos de política, mas, exatamente, dos valores que o país defende e propaga no plano internacional.

- Intervenção do Senador Fernando Collor:

O senador, lembrando recente justificção da tortura pelos EUA, trouxe à consideração dos presentes à reunião a reflexão de

que essa força moral do Brasil poderia ser fundamentada na defesa dos direitos humanos. Explicou o Senador que o Brasil se destaca significativamente entre os outros países nessa questão, tanto em discursos como em ações.

- Resposta do Prof. Dr. Severino Bezerra Cabral Filho:

Após comentar que a questão levantada pelo Senador Cristovam Buarque é o macroproblema da época atual, o palestrante revelou ter bastante confiança na aptidão do Brasil para criar essa força moral.

Apontou que a cultura brasileira é marcada pela tolerância e pela capacidade de integrar o diferente. Mencionou, também, a propriedade da reflexão do Senador Fernando Collor, destacando que o Brasil precisa levantar a questão dos direitos humanos à sua maneira: transigente, tolerante e marcada pela convivência pacífica de pessoas tão diferentes.

Concluiu afirmando que o mundo do século XXI é um mundo que tem necessariamente no Brasil um valor central. Ressalvou, no entanto, que é preciso o país ter meta e vontade, e respaldar esses valores em ações concretas.

Painel 8

I – Identificação

Assunto: O Brasil e o Conselho de Segurança da ONU – perspectivas.

Local: Plenário da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional

II – Participantes

1. Embaixador Ronaldo Mota Sardenberg;
2. Professor Creomar Lima Carvalho de Souza, professor do Instituto Brasileiro de Mercado de Capitais, do Distrito Federal – IBMEC-DF;
3. Professor Danny Zahreddine, da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais;
4. Professor Albert Fishlow, do Center for Brazilien Studies, da Columbia University.

III – Introdução

Realizou-se, no dia 6 de junho de 2011, às 18 horas, Audiência Pública da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional para tratar do assunto: “O Brasil e o Conselho de Segurança da ONU – Perspectivas.” A presente discussão integra o tema “Geopolítica e Relações Internacionais”, dentro do ciclo de audiências públicas “Rumos da Política Externa Brasileira (2011-2012)”.

Para proferir as palestras, foram convidadas as seguintes autoridades e especialistas: Embaixador Ronaldo Mota Sardenberg; Professor Creomar Lima Carvalho de Souza, professor de Relações Internacionais do Instituto Brasileiro de Mercado de Capitais, do Distrito Federal – IBMEC-DF; Professor, Danny Zahreddine, professor

de Relações Internacionais da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais; e Professor Dr. Albert Fishlow, do Center for Brazilian Studies, da Columbia University.

A reunião foi presidida pelo Senador Fernando Collor. Estiveram presentes os Senadores Cristovam Buarque, Luiz Henrique, Eduardo Suplicy e a Senadora Ana Amélia.

IV – Relato das exposições dos palestrantes

1. Embaixador Ronaldo Mota Sardenberg

O Embaixador Ronaldo Mota Sardenberg contextualizou, inicialmente, o período histórico da criação da Organização das Nações Unidas – ONU. Sua fundação se deu no ano de 1945, depois do fim da Segunda Guerra Mundial e início da Guerra Fria, concomitantemente ao processo de descolonização das colônias europeias na África e Ásia.

A carta que institui a ONU indica, entre os órgãos principais que a compõem, a Assembleia Geral e Conselho de Segurança, sendo que a Assembleia Geral é o órgão mais democrático, em que cada membro possui um voto. Já o Conselho de Segurança representa a face do poder dentro das Nações Unidas, pois o valor do voto é diferente para os membros permanentes e não permanentes, já que aqueles têm o direito de veto.

O Embaixador relatou que a questão central para o Brasil, hoje, é a ampliação da composição do Conselho de Segurança. Para isso, são necessárias duas etapas: primeira, obter a maioria de 2/3 na Assembleia Geral, e, segunda, que todos os cinco membros permanentes votem a favor do pleito.

No entanto, algumas dificuldades são encontradas para o êxito das negociações. A exemplo, os membros permanentes muitas vezes fazem exigências desarrazoadas e, no caso da França e do Reino Unido, sua posição nem sempre é a mesma, denotando certa hesitação.

O Sr. Ronaldo Sardenberg descreveu as duas fases de tramitação do interesse brasileiro em ocupar uma posição permanente no Conselho de Segurança. Uma, ocorrida em 1992, caracterizada por ter sido uma fase de declarações de intenção, mas que serviu para formar o Grupo dos 4 – G4, formado por Brasil, Índia, Alemanha e Japão. Nessa ocasião, também se viu a aparição do United Peace, “Unidos pela Paz”, integrado pelos seguintes países: Paquistão, Indonésia, Irã, Turquia, Egito, Argélia, Itália, Espanha, Canadá, Argentina e México. Para o palestrante, há pouca chance de algum desses países ser içado à condição de membro permanente, uma vez que a união é fraca no sentido parlamentar, estando distante de obter dois terços dos votos na Assembleia Geral.

A segunda fase da tramitação é a de negociações governamentais, que está ocorrendo nos dias atuais. Passou-se a fase de declaração e iniciou-se a fase de negociação entre os Estados membros. Nessa oportunidade, o expositor destacou a grande intensificação do trabalho do G4, que tem a maioria dos votos na Assembleia Geral.

Detalhando a condição brasileira, o Embaixador explicou que o nosso país é membro desde 1946 e foi eleito cinco vezes até 1967/1968. Neste ano, entretanto, houve uma interrupção, pois o Brasil não apresentou candidatura. Porém, 20 anos depois, em 1988, o País retoma sua participação no Conselho e, nesses 22 anos, foi eleito para cinco períodos. No total, o Brasil foi dez vezes membro não permanente, somando-se 20 anos de participação.

Para o estudioso, essa grande participação brasileira no Conselho de Segurança ajuda a fundamentar o seu pleito. Além disso, destacou alguns pontos a favor do Brasil: o seu fortalecimento com a criação do G4; o maior espaço conquistado dentro dos BRICS; sua dimensão nacional; o governo democrático; a posição regional; a autonomia no hemisfério; a capacidade política; e a participação nos processos decisórios multilaterais.

Nesse ponto, especificamente, salientou que o Brasil participou da condução de uma série de questões muito importantes: a questão da Somália; a fragmentação da Iugoslávia; o genocídio em Ruanda; as Guerras do Golfo; a questão do Sudão, do Haiti, de Moçambique,

da Angola, de Guiné Bissau e do Timor Leste. Houve, dessa forma, um aumento gradativo da participação brasileira de modo a torná-la indispensável nas negociações mundiais, o que justifica um assento permanente no Conselho.

Sobre a situação dos outros possíveis candidatos a uma cadeira permanente, tratou primeiramente da Alemanha. Em seu modo de ver, a candidatura do país germânico não é pacífica na Europa, apresentando oposição da Espanha e da Itália. Além disso, há certa resistência também dos EUA, que não querem postos europeus adicionais.

Já a candidatura do Japão é obstada pela China, que parece estar interessada também no congelamento do processo de reforma da composição do Conselho de Segurança. Indício disso foi o vazamento relatado pelo *site* Wikileaks dizendo que houve uma solicitação da China para os Estados Unidos para que não levassem adiante tal processo de reforma. Nesse compasso, o Japão e a Alemanha têm se mostrado sensíveis a soluções intermediárias.

Em relação à Índia, sustentou que ela é o membro mais ativo e é o único país que está sendo considerado nesse momento. Sofre, no entanto, a oposição do Paquistão, que é combatida pelo apoio dos EUA.

Em resumo, o Embaixador disse que o tabuleiro internacional está configurado da seguinte forma, no que diz respeito ao pleito no Conselho de Segurança e a posição dos EUA: eles apoiam o Japão e a Índia, mantêm restrições à Alemanha e continuam distantes da candidatura brasileira. Asseverou que, para ter êxito nessa demanda, o Brasil terá que ter o apoio do grupo africano, já que ele é o maior deles.

Por fim, o Sr. Ronaldo Sardenberg afirmou que cogita-se, no âmbito do G4, a apresentação de uma resolução dispondo que a expansão do Conselho seja tanto no número de membros permanentes como de não permanentes. Aprovada essa resolução, poder-se-á discutir e negociar quem serão os membros permanentes e quem ocupará as cadeiras não permanentes. Essa proposta tem o apoio de 71 países e continua a crescer.

2. Professor Creomar Lima Carvalho de Souza

O Professor Creomar Lima Carvalho de Souza informou que a organização do Conselho de Segurança das Nações Unidas, organismo composto por membros permanentes e temporários, reflete um sistema desigual e excludente. Das 15 nações que o compõem, cinco membros são permanentes, com direito a voto, Estados Unidos da América, Rússia, China, França e Inglaterra; e dez são temporários, eleitos para mandatos de dois anos. Isso significa duas categorias distintas: os membros mais importantes e os menos importantes. Informou que, hoje, os temporários são Brasil, Bósnia, Gabão, que sairão no final do ano; e África do Sul, Alemanha, Colômbia, Índia, Líbano, Nigéria e Portugal, que sairão em 2012.

Em seguida, o Prof. Creomar lembrou as tentativas brasileiras de ingressar como membro permanente nesse órgão internacional. Segundo o professor, houve cinco ciclos. O primeiro ciclo foi de 1921 a 1926, quando o Brasil cogitou uma vaga no Conselho da Liga de Nações, aproveitando-se do fato de que o Conselho estava sendo reformado para agregar a Alemanha. No segundo ciclo, de 1944 a 1947, o Brasil buscou ingressar nesse fórum incentivado pelo então Presidente americano, Franklin Delano Roosevelt, e pelo fato de ter sido o único país latino-americano a participar de maneira efetiva da Segunda Guerra Mundial. O terceiro ocorreu entre 1994 e 1998. O País mais uma vez pleiteou um assento permanente, dessa vez incentivado pelo fim da Guerra Fria e pelo aumento das conferências de nações, quando se consolidou a ideia não só de que novos blocos de poder poderiam ser construídos, mas também de que haveria espaço para o fortalecimento das nações via instituições internacionais. O ciclo atual, que vai de 2003 a 2011, baseia-se no crescimento econômico brasileiro e na atuação do País no BRICS.

Para o palestrante, essa demanda ocorreu, inicialmente, na elite política nacional, que percebeu a importância de o Brasil possuir uma agenda internacional forte e, conseqüentemente, ocupar um espaço diferenciado no cenário internacional. A partir de 1994, no entanto, a demanda brasileira se tornou burocrática, vale dizer, o Ministério das Relações Exteriores, com o conhecimento adquirido, assumiu a

responsabilidade pela condução da política externa brasileira e, de certa maneira, monopolizou e internacionalizou o pleito.

Segundo o Prof. Creomar, questões de âmbito interno e externo impedem que a demanda brasileira, tão recorrente no tempo, seja bem sucedida. Em relação ao âmbito interno, há que considerar três aspectos. O primeiro diz respeito à ausência da sociedade civil na escolha das prioridades da política externa nacional. O segundo refere-se à pequena participação do Congresso nesse processo. Ambos os fatos, que o professor credits à imaturidade da democracia brasileira, fazem-no questionar até que ponto esse pleito deve ser prioridade em um país com tantas necessidades em outras áreas. O terceiro aspecto consiste em que essas decisões estão sob a responsabilidade de uma estrutura burocrática, vale dizer, o Ministério das Relações Exteriores entrega à Presidência da República a agenda pronta, que é levada adiante sem debate. Para o professor, então, apesar da eficiência histórica do Itamaraty, deve haver controle da sociedade e do Congresso sobre esse processo decisório.

Com relação ao âmbito externo, o palestrante destacou a pouca eficiência das estratégias brasileiras, tanto as empreendidas pelo País, quanto as coletivas, realizadas com o G4 – grupo formado pelo Brasil, Alemanha, Japão e Índia – com o intuito de apoiarem mutuamente o pleito comum de ingresso como membros permanentes no Conselho de Segurança da ONU. Para o professor, o G4 se posiciona de maneira ineficiente, sobretudo porque há certo desalinho acerca de até onde esses países querem ir com essa demanda.

O Prof. Creomar ressaltou que existe resistência à entrada de outros integrantes no Conselho, não só por parte dos membros permanentes, mas também de nações das regiões nas quais se inserem os países demandantes. No caso brasileiro, Argentina e México se opõem. Citou também os Estados Unidos da América, que, como estratégia de contenção da China, em termos de segurança, não apoiam a demanda brasileira, mas a indiana. Afirmou que a diplomacia chinesa declara que será favorável ao pleito brasileiro quando o momento chegar, mas, ao mesmo tempo, trabalha para que essa hora não chegue.

Em seguida, relacionou outro ponto pelo qual a demanda brasileira fracassa no âmbito externo, que é a contradição de o Brasil, apesar de não possuir nem poder econômico nem militar, querer fazer parte de um órgão de poder como é o Conselho de Segurança da ONU. Comentou que o momento é propício para que a sociedade brasileira reflita sobre se quer realmente construir ou não esse poderio.

Ao concluir, o expositor resumiu as questões trazidas por ele e que, acredita, devem ser debatidas pela sociedade brasileira: (i) a real importância da demanda, seus custos e benefícios para os que pensam e concretizam a política nacional, diplomatas e parlamentares, bem como para a sociedade civil; (ii) o processo de formação da política externa brasileira, o choque entre estrutura burocrática *versus* interesses da sociedade, a participação da sociedade nas decisões; e (iii) o papel do Poder Legislativo na discussão e no controle das questões de política externa.

3. Professor Danny Zahreddine

O Professor Danny Zahreddine disse, inicialmente, que o conceito de ordem internacional está ligado ao conceito de configuração de poder, sendo que este é determinado por um ator central e por atores periféricos que podem ou não gravitar em torno daquele. Daí decorre a ideia geral de Conselho e do Conselho de Segurança em particular, o qual possui o papel de ordenar essa configuração de poder. Por essa razão, o Conselho de Segurança da ONU é o seu órgão mais importante, pois lida com a tomada de decisões e mostra qual é a acomodação de poder no sistema internacional.

Feita essa introdução, o palestrante apontou as principais reformas pelas quais passou o Conselho de Segurança, mesmo que elas não tenham sido reformas substantivas. Em 1965, houve o aumento de quatro novos assentos, totalizando os 15 que atualmente se configura. Em 1971, a República Popular da China assume o lugar antes ocupado pela República da China, mudando as correlações de força dentro do Conselho. E, em 1992, a Federação Russa assume o lugar da URSS.

Nessa linha de pensamento, sustentou que o sistema internacional vem passando por uma mudança, desde sua configuração bipolar, na Guerra Fria, até sua atual multipolaridade. E é em virtude dessa multipolarização que se faz necessária a modificação da estrutura do Conselho de Segurança,

Para ilustrar seu pensamento, o Professor Danny Zahredine destacou 17 variáveis, dentre elas o PIB, a alfabetização, a expectativa de vida ao nascer, a exportação de componentes de alta tecnologia, o tamanho da população, as reservas naturais, o tamanho do Estado, o consumo de energia total e a produção de energia, que ajudam a definir como se organiza a ordem internacional no decorrer da história.

No período de 1990, levando-se em conta essas variáveis, dois Estados se assemelhavam: Estados Unidos e Japão. Em um segundo grupo, estavam, por exemplo, China, Rússia, França, Alemanha, Itália e Grã Bretanha. E, num terceiro grupo, mais marginal, estavam Brasil, Argentina, África do Sul, Austrália, Índia, Turquia, até mesmo Ucrânia e Polônia, dentre outros.

Já em 2000, esse quadro muda bastante, aparecendo de um lado os EUA, de outro, a China, e, num terceiro grupo, países como Brasil, Índia, Rússia, Espanha, França, Alemanha e Itália. Em 2009, o terceiro grupo passa a se constituir pelo G4 (Brasil, Índia, Alemanha e Japão) e países ligados ao Conselho de Segurança (Rússia, França e Inglaterra).

No que tange à configuração de poder, o palestrante defendeu que essas variáveis nos trazem a informação de que, em 1990, havia uma unipolaridade dos Estados Unidos, mas com aparecimento de poder no leste asiático, sobretudo na China, o que é comprovado no ano de 2000, com o aparecimento chinês na ordem internacional. Nesse período, há um esmaecimento da Europa. Já em 2009, o quadro se modifica sensivelmente, corroborando o aumento de poder no leste asiático, destacadamente a China e a Índia, e o incremento de poder do Brasil.

Na visão do palestrante, três ordens de poder determinam as perspectivas que o Brasil possui para ter êxito no pleito do assento permanente. É preciso ter poder real, isto é, aquilo que o País possui realmente; poder potencial, ou seja, aquilo que o País possui de

recursos e que pode transformar em médio e longo prazo; e, por fim, poder aparente, que se traduz na forma pela qual a ordem internacional concebe a existência de poder de certo país.

Para ele, o Brasil possui as condições materiais necessárias para fazer jus à cadeira permanente. Tem poder real – economia forte e fontes energéticas renováveis; tem poder potencial – biodiversidade, democracia desenvolvida, população economicamente ativa em crescimento, políticas públicas educacionais aumentando o nível intelectual nacional e o fortalecimento gradativo do poder militar; e, por fim, possui poder aparente ou legitimado pela sua atuação multilateral nas questões internacionais.

É preciso, no entanto, refletir sobre as razões de ingresso do Brasil no Conselho de Segurança. Para Zahreddine, o assento permanente se coadunaria com o atual estado de potência regional que o país ocupa e a multipolaridade que o sistema internacional se apresenta.

Justificando essa afirmação, citou alguns eventos nos quais o Brasil se destacou: do ponto de vista regional, a presença no Prata (1864-1876) mostrou sua força regional; na Liga das Nações, sendo o único país da América do Sul a enviar suas tropas na Primeira Guerra Mundial, permitiu que ele participasse das convenções e do Tratado de Versalhes, o que também posicionou o Brasil internacionalmente; e, nas Nações Unidas, o envio de, aproximadamente, 24 mil efetivos militares ao teatro de operações.

Mesmo havendo razões e posicionamento estratégico que justifique a entrada do Brasil para o Conselho de Segurança da ONU como membro permanente, o especialista alerta para o fato de que tal entrada pode representar um ônus elevado tanto financeiramente como militarmente.

4. Professor Albert Fishlow

Encerrando o debate, falou o Prof. Albert Fishlow. Em seu ponto de vista, o interesse do Brasil em ocupar uma cadeira permanente dentro do Conselho de Segurança da ONU advém do contínuo

crescimento econômico por que passa o País. Além disso, sublinhou o fato de que a própria ampliação das Nações Unidas, externadas, por exemplo, pelo aumento do número de reuniões e dos temas por ela tratados, necessitará de uma revisão do seu modelo de configuração, sendo inevitável a decisão de expansão do Conselho.

No entanto, o professor da Columbia University visualizou algumas consequências para o País, caso ele se torne um membro permanente. A primeira delas é o impacto financeiro que esse ônus trará. Para ele, devido às intervenções cada vez mais frequentes do Conselho, atuando no mundo inteiro, a posição de membro permanente demandará do Brasil um custo real que pode por em xeque o relação custo-benefício dessa posição.

Além disso, o estudioso apontou uma consequência na política externa brasileira, hoje pautada pela ideia de não intervenção e da diplomacia multilateral. Para ele, a posição no Conselho fará mudar esse posicionamento para algo mais realista, aos moldes do que se vê com os Estados Unidos.

Enfim, tendo em vista esses motivos, ele sustentou que, caso o País não conquiste esse pleito, isso não representará uma perda nacional, mesmo que o Itamaraty possua interesses reais em sua obtenção.

Finalizado o debate entre os convidados, o Sr. Presidente, Senador Fernando Collor, passou a palavra para os senadores presentes, para que fizessem suas observações e questionamentos.

V – Questionamentos e Debates

- Questões da Senadora Ana Amélia

Para o Prof. Fishlow: relatando o recente embargo da Rússia em relação à carne brasileira e sua tentativa em entrar para a OMC, a senadora indagou se não seria mais lógico que o Brasil buscasse uma representação mais eficaz dentro da OMC. Questionou, também, se esta organização não se sobressai em relação ao Conselho de Segurança, no que diz respeito às questões políticas e diplomáticas.

- Resposta do Prof. Fishlow

O Professor Fishlow enfatizou que o Brasil terá que desempenhar um papel no cenário internacional, mas que, primeiramente, o País tem que considerar os custos de ganhar assento permanente no Conselho de Segurança da ONU. Ele não acredita que os chineses permitam a entrada de outros países nesse fórum, devido à tensão existente na Ásia entre a China, a Índia e o Japão. Isso não significa que o Brasil deva sair das Nações Unidas. Crê que o mais provável seja uma mudança para permitirem tanto a reeleição quanto um termo de quatro anos, ao invés de dois.

Para o Professor Danny Zahreddine: que peso real teria o Brasil para sustentar a argumentação de ingresso no Conselho de Segurança como membro permanente? E, caso ingresse, o País está preparado para o cumprimento das responsabilidades daí decorrentes?

- Resposta do Prof. Danny Zahreddine

Sobre o peso real do Brasil no presente e para os próximos 50 anos, informou que ele se refere, por exemplo, ao PIB industrial, PIB agrícola, terra arável, exportação de tecnologia, tamanho do território nacional, reservas florestais e biodiversidade. Em sua visão, o poder que nós não temos e que poderia nos desabilitar na conquista da cadeira permanente, é o poder militar. Para ele, ter armas nucleares auxiliaria o país a inserir-se no Conselho de Segurança.

Para o Embaixador Ronaldo Sardenberg: que diferença fará para o Brasil integrar o Conselho de Segurança? E, na questão do Irã, a posição do Brasil, contrária à das Nações Unidas, foi proposital ou foi um lapso da diplomacia?

- Resposta do Embaixador Ronaldo Sardenberg

O Embaixador sustentou que ter presença no Conselho é importante, mas há outras esferas de poder que também devem ser exploradas, como a América Latina. Disse que, mesmo nosso país passando por sérios

problemas, isso não nos deve impedir de pleitear o assento permanente. Deu os exemplos da China, que, em 1945, quando ingressou no Conselho de Segurança, passava por uma guerra civil, e da França e da Inglaterra, que acabavam de sair da Segunda Guerra Mundial.

Sobre o Irã, ele asseverou que fez uma opção específica de não responder, mas ressaltou a mudança percebida do Brasil dentro dos BRICS, em razão da última votação no caso da Líbia. Para ele, houve um aumento da possibilidade de ação conjunta com os BRICS após esse evento.

Para o Professor Creomar Lima Carvalho Souza: qual a importância e necessidade de a sociedade participar da formulação da política externa nacional?

- Resposta do Prof. Creomar Lima Carvalho Souza

No que tange ao tema da população na formulação da política externa, asseverou que a decisão de entrar para o Conselho é política, mas deve haver a participação sociedade, uma vez que sobre ela que recairão eventuais consequências.

- Questão do Senador Luiz Henrique

O Senador Luiz Henrique questiona se as condições de poder real do Brasil vão ser importantes para a inclusão do País no Conselho de Segurança. E indaga se a inclusão do país, como representante da América Latina, está condicionada apenas ao decurso do tempo?

- Resposta do Embaixador Ronaldo Sardenberg

A respeito do tempo, disse que não há uma estimativa crível, podendo acontecer a reforma tanto em um ano como em dez. No entanto, é preciso visualizar que o Brasil passa pelo melhor momento de sua história diplomática para fazer valer a sua intenção em integrar o Conselho de Segurança

Sobre a América Latina, o Embaixador defendeu que é natural o Brasil não ter o apoio da Argentina e do México, países que se mostram com maior peso depois do Brasil na região. No entanto, é preciso que o nosso país se legitime como potência regional de forma natural e que defina os valores que irá defender, para que haja uma convergência entre os países latino-americanos.

- Resposta do Prof. Danny Zahreddine

No que se refere à importância do poder real para a inclusão do país no Conselho de Segurança, afirmou que a força econômica é o “carro-chefe” das negociações. Todavia, é preciso haver uma articulação maior com os países da América Latina, para que o Brasil se legitime na sua região e a fortaleça também economicamente.

- Resposta do Prof. Creomar Lima Carvalho de Souza

Sobre a representação que o Brasil deva exercer na América Latina, disse que é preciso ter cautela e deixar que a legitimidade apareça de forma natural, aos moldes do sustentado pelo Embaixador Ronaldo Sardenberg.

- Questões do Senador Cristovam Buarque

O Senador Cristovam Buarque, posicionando-se desfavorável ao pleito do Brasil em ter um assento permanente no Conselho de Segurança, questiona se o país não teria mais força moral se se posicionasse contra a existência de membros permanentes no Conselho? Isto é: se lutasse para a democratização do papel dos Estados dentro do Conselho?

- Resposta do Prof. Creomar Lima Carvalho de Souza

Sobre a força moral levantada pelo Senador Cristovam Buarque, assentiu que ela é um componente importante para as

relações internacionais e que o Brasil pratica a diplomacia de forma muito coerente. Ele espera que esse *soft power* possa se traduzir em uma força para que o país possa se consolidar no cenário internacional.

O Senador Cristovam Buarque indagou, também, o que representará poder para o Brasil nos próximos 50 anos.

- Resposta do Prof. Danny Zahreddine

Para os próximos 50 anos, informou que o poder se relacionará, por exemplo, com PIB industrial, o PIB agrícola, a terra arável, a exportação de tecnologia, tamanho do território nacional, reservas florestais e biodiversidade.

- Questões do Senador Eduardo Suplicy:

O Senador Eduardo Suplicy comentou o livro do Professor Albert Fishlow, que trata da concentração de renda no Brasil, e pediu ao palestrante que discorresse sobre o Brasil sem Miséria.

- Resposta do Prof. Professor Albert Fishlow

O Professor Fishlow considera que, neste ano, a eliminação do deficit público, a criação de superávit primário e a conseqüente redução da taxa de juros devem ser prioridades para o Brasil.

Consultoria Legislativa do Senado Federal

Coordenação: Roberta Maria Correa de Assis

Painel 1: Sebastião Araújo Andrade, Maria Rita Galvão Lobo e Ana Maria Cristina Barbosa Labarrère

Painel 2: Emílio Moura Leite da Silveira

Painel 3: Sebastião Araújo Andrade

Painel 4: Maria Rita Galvão Lobo

Painel 5: Ana Maria Cristina Barbosa Labarrère

Painel 6: Ângela de Almeida Martins e Eduardo dos Santos Ribeiro

Painel 7: Sebastião Araújo Andrade e Maria Rita Galvão Lobo

Painel 8: Ana Maria Cristina Barbosa Labarrère, Emílio Moura Leite da Silveira e Pedro Gomes da Costa

Gabinete do Senador Fernando Collor

Assessoria Especial: Darke Nunes de Figueiredo

Assessoria de Imprensa: Iva Velloso

Assessoria Parlamentar: Carlos Murilo Frade Nogueira

Chefia de Gabinete: Joberto Mattos de Sant' Anna

Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional

Secretário: Álvaro Araújo Souza

Equipe: Donaldo Portela Rodrigues, Eduardo Carvalho, Hebe Machado Guimarães-Dalgaard; Henrique de Campos Porath, Lairton Pedro Kleinübing, Nilza Viana Esteves, Talita Kaczan de Freitas e Thales Roberto Furtado Morais

Capa: José Tadeu Alves

Formatação: Angelhitto Paulino Rocha

Revisão e Impressão: Secretaria Especial de Editoração e Publicações





RIO+20
Conferência das
Nações Unidas
sobre
Desenvolvimento
Sustentável